



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 073

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE JUNHO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Fernandes Litro - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 073

67ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Ofícios 03

Mensagens 03

Requerimentos 14

Projetos de Lei 15

Pequeno Expediente:

Dep. Tadeu Veneri 19

Dep. Luciana Rafagnin 21

Dep. Luiz Claudio Romanelli 22

Dep. Plauto Miró 24

Dep. Pastor Edson Praczyk 25

Dep. Marcelo Rangel 27

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto 27

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 20

Dep. Enio Verri 33

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 23

Liderança do PSB/PRB/PV

Dep. Ribas Carli Filho 30

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 32

Liderança do PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 35

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 36

Discussão/Votação

Redação Final 37

3ª Discussão 37

2ª Discussão 37

1ª Discussão 37

Requerimentos 49

Encerramento da Sessão 49

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 50

Diretoria Geral

Portarias 50

Portaria DAT 50

DIÁRIO Nº 073

67ª SESSÃO ORDINÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 67ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
24 DE JUNHO DE 2008**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademair Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Dobrandino da Silva, Douglas

Fabício, Dr. Batista, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Valdir Rossoni (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Carlos Simões, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Edgar Bueno, Luiz Fernandes Litro, Miltinho Pupio, Pedro Ivo e Waldyr Pugliesi (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 242/08, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa os Projetos de Lei nºs 019/08 de autoria do Deputado Alexandre Curi, 031/08 do Deputado Stephanes Júnior, 079/08 do Deputado Nelson Justus, 106/08 do Deputado Durval Amaral, 111/08 do Deputado Antonio Belinati, 123/08 do Deputado Cleiton Kielse, 127/08 do Deputado Péricles de Mello, 128/08 do Deputado Luiz Nishimori, 133/08 do Deputado Dobrandino da Silva, 141/08 do Deputado Reni Pereira, 149/08 da Deputada Cida Borghetti, do Deputado Fábio Camargo e 809/07 de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. **Ao conhecimento da Casa.**

Mensagens

MENSAGEM Nº 020/08

Curitiba, 24/06/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso

anteprojeto de lei objetivando acrescer e alterar os dispositivos que especifica, das Leis nºs 1943/54 (Código da Polícia Militar do Paraná), 5940/69 (Lei de Promoções de Praças), 6416/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná), assim como aditar outras providências.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

JUSTIFICATIVA:

A sociedade paranaense, nos dias atuais, submete-se a constantes mudanças de ordem social, econômica e cultural, que geram significativos efeitos na vida pessoal e profissional dos cidadãos, impondo ao Poder Público a adoção de uma série de medidas de proteção e atendimento das necessidades sociais, principalmente no que diz respeito à Segurança Pública, considerada como necessidade fundamental do ser humano e como um dos pilares para o exercício dos demais direitos assegurados na legislação constitucional e infraconstitucional.

Neste cenário, a Polícia Militar do Paraná avulta em importância, considerada a sua nobre missão relacionada à execução das atividades de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, constituindo-se em efetivo instrumento de garantia da tranquilidade pública e do bem-estar social.

É importante destacar que o Governo do Estado do Paraná tem implementado uma série de medidas no sentido de revitalizar a estrutura afeta à Segurança Pública, cujos reflexos podem ser facilmente observados no âmbito da Polícia Militar.

Neste particular, verificou-se a ampliação e criação de unidades policiais militares; a aquisição de novos equipamentos; o treinamento constante do efetivo policial militar; a realização de concurso público visando à reposição de efetivo; o investimento em tecnologia de ponta destinada ao mapeamento delitivo, mediante o geoprocessamento das infrações penais; a implementação da filosofia de polícia comunitária, por intermédio do desenvolvimento do Projeto de Policiamento Ostensivo Volante (POVO), com o intuito de aproximar os policiais militares da comunidade; o desenvolvimento de programas específicos no ambiente escolar, promovendo a prevenção contra a violência e o uso de drogas; a implementação da Patrulha Escolar Comunitária: a criação de incentivos na remuneração dos policiais militares entre outras medidas.

É inquestionável a importância das providências supra-referidas, cujos reflexos incidirão diretamente para melhoria da qualidade do atendimento destinado à comunidade pela Polícia Militar do Paraná.

Entretanto, há de se considerar que qualquer que seja a atividade de uma empresa ou de uma instituição pública, a sua eficiência não está vinculada somente ao alcance da satisfação dos seus clientes e/ou usuários, mas também à satisfação de seus integrantes.

Nesse espectro, romper barreiras tradicionais e buscar melhores resultados no desempenho e nos níveis

de satisfação do pessoal policial militar é medida fundamental para o sucesso das atividades desenvolvidas pela Polícia Militar em prol da comunidade paranaense.

Destarte, torna-se imperiosa a busca constante de alternativas capazes de contribuir para a melhoria da atuação e eficácia operacional e administrativa da Corporação, por intermédio da majoração do grau de motivação dos policiais militares, seja em relação a sua organização, seja em relação a sua atividade profissional.

Sob a ótica o anteprojeto tem por escopo a valorização e a motivação dos Praças da Polícia Militar do Paraná, garantindo-lhes a ascensão na carreira, mediante justa promoção, em caráter especial, pelo critério da antiguidade, considerando-se o tempo de Serviço Prestado em prol do estado do Paraná e da segurança pública paranaense, assegurando-lhes, ainda compensação remuneratória condigna. Essa sempre foi a visão e permanente preocupação do Coronel Nemésio Xavier.

Nesse sentido, objetiva-se a alteração da Lei Estadual nº 5940, de 08/05/69 - Lei de Promoções de Praças, de forma a instituir a promoção especial de praças pelo critério da antiguidade, valorizando-os pelos serviços prestados, motivando-os ao exercício profissional e incentivando-os a permanecer nos quadros da Corporação pelo tempo máximo fixado em lei.

Cumpra destacar que o atual dispositivo legal não contempla a promoção, pelo critério de antiguidade, de Cabos e Soldados, a qual, ao contrário, é assegurada, mediante quadro de acesso, aos Sargentos e aos Oficiais da Corporação, estes sob a égide da Lei Estadual nº 5944/59 - Lei de Promoção de Oficiais.

Destarte, os Cabos e Soldados, em plena atividade funcional, sujeitam-se obrigatoriamente à participação em concursos internos, desenvolvidos pela própria Corporação, destinados à frequência em Cursos de Formação de Cabos e de Sargentos, desde que obtida a respectiva aprovação, para garantir a progressão na carreira policial militar.

Nesse diapasão, estabelece-se uma acirrada competição de ordem intelectual durante a realização dos sobreditos concursos internos, sendo comum a preterição dos Cabos e Soldados com maior antiguidade, dada as naturais limitações decorrentes da idade e do tempo de serviço, em que pese a previsão, nos certames, da destinação de vagas pelos critérios de antiguidade e merecimento.

De fato, as dificuldades de progressão na carreira policial militar, em face de circunstâncias de ordem pessoal, ocasionam a desmotivação destes profissionais para a atividade policial militar, os quais, não raras às vezes, optam pela transparência à reserva remunerada com proventos proporcionais ao completarem 25 (vinte e cinco) anos de serviço público.

O cenário atual comporta, portanto, duas situações preocupantes: a) a permanência de policiais militares desmotivados na Corporação, detentores de significativo tempo de serviço prestado ao estado do Paraná, com

reduzida perspectiva de promoção; b) a precoce transferência, a pedido destes profissionais, para a reserva remunerada aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço público com proventos proporcionais, nos termos da Lei.

É inequívoco, na primeira hipótese, o prejuízo à Corporação e à sociedade paranaense, visto que o nível de motivação dos policiais militares inseridos no contexto da Segurança Pública está diretamente relacionado à eficiência e à eficácia das atividades de polícia ostensiva e de manutenção da ordem pública.

Na mesma linha, a segunda hipótese, isto é, a transferência de policiais militares à inatividade, a pedido, aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço público, além de revelar o descontentamento dos mesmos para com a Corporação, ocasiona significativo déficit de efetivo impondo a contínua contratação e formação de novos policiais militares, gerando dispêndio aos cofres públicos, sem solucionar efetivamente a carência de recursos humanos.

Diante do exposto, visando a enfrentar o problema e a corrigir distorções existentes, o presente anteprojeto de lei adquire acentuada relevância, constituindo-se em instrumento eficaz de valorização dos profissionais que dedicaram longos anos de sua vida à causa da Segurança Pública.

O cerne da proposta, em termos de promoção de Praças no âmbito da PMPR, está na alteração do artigo 44 da Lei Estadual nº 5940, de 08/05/69 - Lei de Promoções de Praças, estabelecendo-se as seguintes garantias e benefícios aos praças da Corporação:

*O Soldado que contar, no mínimo, com 15 (quinze) anos de efetivo serviço para todos os efeitos legais adquire o direito de participar do Curso Especial de Formação de Cabos e de obter a respectiva promoção, desde que o curso seja concluído com aproveitamento.

- O referido direito será assegurado aos Soldados de 1ª Classe que estiverem configurando no almanaque militar, considerando-se o critério da antiguidade absoluta;

- Os Soldados detentores de maior antiguidade absoluta serão matriculados nos respectivos Cursos Especiais de Formação de Cabos, cuja realização e fixação do número de vagas estarão vinculadas à capacidade administrativa e orçamentária da Corporação, assegurando-se, ao término do curso, mediante conclusão com aproveitamento, a respectiva promoção;

- A promoção, nos termos propostos, sujeitará o policial militar ao cumprimento de interstício mínimo de 2 (dois) anos na graduação de Cabo, a ser considerado como requisito para a inscrição para a inscrição do militar estadual em concurso interno destinado à frequência ao Curso de Formação de Sargentos.

- O policial militar, por razões de natureza particular, poderá declinar do direito de frequência ao Curso Especial de Formação de Cabos e da respectiva promoção por, no máximo, 2 (duas) vezes, perdendo, a partir da terceira recusa, o referido direito.

- O declínio do direito de frequência ao Curso Especial de Formação de Cabos deverá ser efetivado por escrito, mediante requerimento ao Comandante Geral da Corporação.

- Em tese, a proposta beneficiará, neste ano, 4.604 (quatro mil e seiscentos e quatro) Soldados de 1ª Classe, desde que cumpridos os requisitos necessários à frequência nos Cursos Especiais de Formação de Cabos e à respectiva promoção.

* A participação de Cabos nos Cursos de Formação de Sargentos dependerá de prévia aprovação em concurso interno, a ser desenvolvido no âmbito da Corporação, assegurando-se e preenchimento de até 50% (cinquenta por cento) das vagas previstas pelo critério de antiguidade.

- Competirá à Corporação, por intermédio da Diretoria de Ensino, a organização e a realização dos concursos internos destinados ao ingresso em Cursos de Formação de Sargentos.

Oportuno ressaltar que a realização do Curso de Formação de Cabos e do Curso de Formação de Sargentos decorre de imposição da norma federal que regula a matéria, conforme estabelece o artigo 14 do Decreto Federal nº 88777, de 30/09/83 (R-200), o qual regulamento o Decreto-Lei nº 667, de 02/07/69 de julho de 1969, nos seguintes termos:

Art. 14. O acesso na escala hierárquica, tanto de oficiais como de praças, será gradual e sucessivo, por promoção, de exigidos dentre outros, os seguintes requisitos básicos:

1) para todos os postos e graduações, exceto 3º Sargento e Cabo PM:

- tempo de serviço arregimentado, tempo mínimo de permanência no posto ou graduação, condições de merecimento e antiguidade, conforme dispuser a legislação peculiar;

2) para promoção a Cabo: Curso de Formação de Cabo PM;

3) para promoção a 3º Sargento PM: Curso de Formação de Sargento PM;

(Grifos nossos).

Para efeito das promoções especiais de Soldados de 1ª Classe, pelo critério de antiguidade absoluta, considerar-se-á o universo de Cabos/Soldados, em conformidade com a Lei de Fixação de Efetivo da PMPR.

Destarte, impõe-se a atualização da Lei de Fixação de Efetivo, especificamente no que diz respeito ao seu anexo, que contempla o quadro de efetivo previsto por postos e graduações.

Valorizando-se a prevalência do bom desempenho profissional e a conduta ilibada construída ao longo da carreira, os benefícios supra-referidos, no que dizem respeito à promoção especial de Soldados de 1ª Classe, pelo critério da antiguidade absoluta, ainda ficarão condicionados ao cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar classificado, no mínimo, no comportamento ótimo;

b) Não estar submetido a Conselho de Disciplina ou Conselho de Justificação;

c) Não estar agregado ou licenciado para tratar de interesses particulares;

d) Não estar respondendo a processo criminal comum ou militar, cumprindo pena criminal ou ter contra si qualquer tipo de prisão provisória decretada, em razão de crimes dolosos em geral que atendem contra os valores éticos e morais da Corporação ou que afetem a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe, competindo à Comissão de Promoção de Praças proceder à avaliação do caso concreto, manifestando-se, mediante decisão fundamentada irrecorrível, sobre a incidência das referidas restrições, assegurando-se a publicidade ao interessado.

Infere-se que o atendimento irrestrito aos requisitos supra delineados, sobretudo no que diz respeito à exigência do comportamento ótimo, será instrumento de grande valia na melhoria e na manutenção dos níveis de disciplina militar, considerada como princípio fundamental no ambiente castrense.

No tocante à questão *sub judice* julga-se necessária a alteração do artigo 25, inciso V, da Lei Estadual nº 5940, de 08/05/69 - Lei de Promoções de Praças, o qual dispõe sobre a matéria, de modo a destinar-lhe nova redação, visando a manter um equânime tratamento legislativo a todos os Praças da Corporação, sejam os mesmos promovidos, em caráter especial, pelo critério da antiguidade, sejam normalmente promovidos mediante configuração em quadro de acesso.

Ressalte-se que a promoção especial do Soldado de 1ª Classe, nos termos propostos, estará vinculada à necessária aptidão em inspeção de saúde, a ser realizada e atestada pela Junta Médica da Corporação.

* Redução do interstício previsto para a promoção de 3º Sargentos para a configuração em quadro de acesso, passando de 6 (seis) para 4 (quatro) anos.

- A previsão impõe a alteração do artigo 25, VIII, da Lei de Promoções de Praças.

Objetiva-se, ainda, alterar a redação do artigo 54 e 56 do sobredito diploma legal, traçando contornos objetivos acerca da conceituação da antiguidade absoluta e relativa e, sobretudo, dos critérios para a apuração desta.

No tocante aos vencimentos, a presente proposta objetiva assegurar o seguintes benefícios:

- Aos Cabos, aos 3º Sargentos e aos 2º Sargentos que completarem, no mínimo, 26 (vinte e seis) anos de efetivo serviço e estiverem, no mínimo, no ótimo comportamento, será assegurado o direito de 80% (oitenta por cento) de soldo e das gratificações, em caráter de compensação, inerentes à graduação imediatamente superior, operando-se, em conseqüências, a suspensão obrigatória do direito de transferência à reserva remunerada pelo prazo de 4 (quatro) anos;

- Aos Cabos, aos 3º Sargentos e aos 2º Sargentos que completarem, no mínimo, 31 (trinta e um) anos de

efetivo serviço e estiverem, no mínimo, no ótimo comportamento, será assegurado o direito de complementar o soldo e as gratificações da graduação imediatamente superior até o limite de 100% (cem por cento), operando-se, em consequência, a suspensão obrigatória do direito de transferência à reserva remunerada pelo prazo de 4 (quatro) anos;

- É necessário estabelecer regra de transição para os policiais militares que, na graduação de Cabo, 3º Sargento e 2º Sargento, já contarem com mais de 26 (vinte e seis) ou mais de 31 (trinta e um) e estiverem, no mínimo, no ótimo comportamento, quando da edição da Lei, assegurando-se aos mesmos o direito de perceber as referidas vantagens, de acordo com os percentuais fixados em lei.

- O direito de perceber o soldo e as gratificações inerentes à graduação imediatamente superior começa a partir do dia em que o militar estadual completar o tempo de efetivo serviço exigido em lei, desde que atenda ao requisito de estar, no mínimo, no ótimo comportamento, e será concedida, mediante requerimento, após o reconhecimento, em processo próprio, pelo Comandante Geral da Corporação.

- O direito supra-referido será assegurado até que se efetive a promoção do policial militar à graduação imediatamente superior, dentro dos seis meses anteriores à transferência compulsória para a reserva remunerada.

A proposta, em termos de vencimentos, beneficiará, neste ano, os seguintes militares estaduais:

Praças com 26 anos ou mais de efetivo serviço		
2º Sargentos	3º Sargentos	Cabos
065	142	154

Praças com 31 anos ou mais de efetivo serviço		
2º Sargentos	3º Sargentos	Cabos
001	014	008

Os números demonstram, com exatidão, que os Praças da Corporação tendem a ingressar na reserva remunerada, a pedido, após os 25 (vinte e cinco) anos de efetivo serviço.

Por fim, será assegurado, por intermédio da inclusão do artigo 44-A, na Lei de Promoções de Praças, a respectiva promoção à graduação imediata aos policiais militares contemplados com o direito de perceber o soldo e as gratificações inerentes à graduação imediatamente superior, a ser efetivada no período de seis meses anteriores à data limite de permanência no serviço ativo, como recompensa dos excelentes serviços prestados à Corporação e coroamento do encerramento da carreira policial militar.

O direito à percepção do soldo e das gratificações inerentes à graduação imediatamente superior cessará imediatamente após a promoção dos referidos policiais militares, sendo necessária a previsão no Código de Vencimentos da PMPR.

Acredita-se, finalmente, que os benefícios decorrentes do presente anteprojeto de lei, em termos de pro-

moções e no tocante aos vencimentos, além de assegurar a motivação dos Praças da PMPR quanto à oportunidade de carreira e de compensação remuneratória, constituir-se-á em adequado mecanismo para a permanência dos mesmos em serviço ativo após os 25 (vinte e cinco) anos de efetivo serviço, coroando a transferência à inatividade com justa e adequada remuneração.

Impacto Financeiro

Objetivando-se a verificação do impacto financeiro para o erário público, adotou-se o valor do soldo, da gratificação policial militar especial e da gratificação pelo efetivo exercício de função com risco de vida como base de cálculo para o estabelecimento da diferença de valores existentes entre a graduação atualmente ocupada pelo policial militar e aquela a ser ocupada em decorrência da promoção ou da concessão de vantagem remuneratória.

Nesse sentido:

(A) Promoção de soldados de 1ª Classe, que contém, no mínimo, com 15 anos de efetivo, à graduação de Cabo;

(A)	Soldo	Grat. PM Especial	Grat. Risco de Vida	Total
Cabo	R\$ 314,12	R\$ 1.303,60	R\$ 104,70	R\$ 1.722,42
Soldado 1ª Classe	R\$ 304,25	R\$ 1.201,79	R\$ 101,41	R\$ 1.607,45
				Diferença R\$ 114,97
				Número de Soldados 4.604
				Impacto Financeiro R\$ 529.321,88

Observações: O valor é estimado, uma vez que o Soldado deverá cumprir os requisitos fixados em lei para fazer jus à promoção, reduzindo, em consequência, o número de beneficiários. Não estão sendo consideradas as vantagens decorrentes de critérios funcionais e/ou pessoais, a exemplo da Gratificação de Tempo de Serviço (adicionais), Gratificação de Função PM (cursos) e Gratificação Técnica, dada a variação de valores quanto ao tempo de serviço, aos cursos realizados e à diplomação em curso de nível superior.

(B) Compensação remuneratória aos Cabos, aos 3º Sargentos e aos 2º Sargentos que estando, no mínimo, no ótimo comportamento, completem ou possam, no mínimo, 26 (vinte e seis) anos de efetivo serviço para todos os efeitos legais, sendo-lhes assegurado o direito de perceber 80% do soldo e das gratificações inerentes à graduação imediatamente superior.

Em relação aos 2º Sargentos:

	Soldo	Grat. PM Especial	Grat. Risco de Vida	Total
1º Sargento	R\$ 392,24	R\$ 1.608,18	R\$ 130,73	R\$ 2.131,15 // 80% = R\$1.704,92
2º Sargento	R\$ 367,57	R\$ 1.488,66	R\$ 122,51	R\$ 1.978,74 // 80% = R\$1.582,99
				Diferença R\$ 121,93
				Número de 2º Sgt. 065
				Impacto Financeiro R\$ 7.925,45

Observações: O valor é estimado, uma vez que o 2º Sargento deverá cumprir o requisito inerente ao ótimo comportamento para fazer jus à gratificação, reduzindo, em consequência, o número de beneficiários. Não estão sendo consideradas as vantagens decorrentes de critérios funcionais e/ou pessoais, a exemplo da Gratificação de

Tempo de Serviço (adicionais), Gratificação de Função PM (cursos) e Gratificação Técnica, dada a variação de valores quanto ao tempo de serviço, aos cursos realizados e à diplomação em curso de nível superior.

Em relação aos 3º Sargentos:

	Soldo	Grat. PM Especial	Grat. Risco de Vida	Total
2º Sargento	R\$ 367,57	R\$ 1.488,66	R\$ 122,51	R\$ 1.978,74 // 80% = R\$1.582,99
3º Sargento	R\$ 351,12	R\$ 1.404,48	R\$ 117,03	R\$ 1.872,63 // 80% = R\$1.498,10
				Diferença R\$ 88,89
				Número de 3º Sgt. 142
				Impacto Financeiro R\$ 12.053,81

Observações: O valor é estimado, uma vez que o 3º Sargento deverá cumprir o requisito inerente ao ótimo comportamento para fazer jus à gratificação, reduzindo, em consequência, o número de beneficiários. Não estão sendo consideradas as vantagens decorrentes de critérios funcionais e/ou pessoais, a exemplo da Gratificação de

Tempo de Serviço (adicionais), Gratificação de Função PM (cursos) e Gratificação Técnica, dada a variação de valores quanto ao tempo de serviço, aos cursos realizados e à diplomação em curso de nível superior.

Em relação aos Cabos:

	Soldo	Grat. PM Especial	Grat. Risco de Vida	Total
3º Sargento	R\$ 351,12	R\$ 1.404,48	R\$ 117,03	R\$ 1.872,63 // 80% = R\$1.498,10
Cabo	R\$ 314,12	R\$ 1.303,60	R\$ 104,70	R\$ 1.722,42 // 80% = R\$1.377,93
				Diferença R\$ 120,16
				Número de 3º Sgt. 154
				Impacto Financeiro R\$ 18.505,25

Observações: O valor é estimado, uma vez que o Cabo deverá cumprir o requisito inerente ao ótimo comportamento para fazer jus à gratificação, reduzindo, em consequência, o número de beneficiários. Não estão sendo consideradas as vantagens decorrentes de critérios funcionais e/ou pessoais, a exemplo da Gratificação de Tempo de Serviço (adicionais, Gratificação de Função PM (cursos) e Gratificação Técnica, dada a variação de valores quanto ao tempo de serviço, aos cursos realizados e à diplomação em curso de nível superior.

(C) Compensação remuneratória aos Cabos, aos 3º Sargentos e aos 2º Sargentos que estando, no mínimo, no ótimo comportamento, completem ou possuam, no mínimo, 31 (trinta e um) anos de efetivo serviços para todos os efeitos legais, sendo-lhes assegurado o direito de perceber 100% do soldo e das gratificações inerentes à graduação imediatamente superior.

Em relação aos 2º Sargentos:

	Soldo	Grat. PM Especial	Grat. Risco de Vida	Total
1º Sargento	R\$ 392,24	R\$ 1.608,18	R\$ 130,73	R\$ 2.131,15
2º Sargento	R\$ 367,57	R\$ 1.488,66	R\$ 122,51	R\$ 1.978,74
				Diferença R\$ 152,41
				Número de 2º Sgt. 001
				Impacto Financeiro R\$ 152,41

Observações: O valor é estimado, uma vez que o 2º Sargento deverá cumprir o requisito inerente ao ótimo comportamento para fazer jus à gratificação, reduzindo, em consequência, o número de beneficiários. Não estão sendo consideradas as vantagens decorrentes de critérios funcionais e/ou pessoais, a exemplo da Gratificação de

Tempo de Serviço (adicionais), Gratificação de Função PM (cursos) e Gratificação Técnica, dada a variação de valores quanto ao tempo de serviço, aos cursos realizados e à diplomação em curso de nível superior.

Em relação aos 3º Sargentos:

	Soldo	Grat. PM Especial	Grat. Risco de Vida	Total
2º Sargento	R\$ 367,57	R\$ 1.488,66	R\$ 122,51	R\$ 1.978,74
3º Sargento	R\$ 351,12	R\$ 1.404,48	R\$ 117,03	R\$ 1.872,63
				Diferença R\$ 106,11
				Número de 3º Sgt. 014
				Impacto Financeiro R\$ 1.485,54

Observações: O valor é estimado, uma vez que o 3º Sargento deverá cumprir o requisito inerente ao ótimo comportamento para fazer jus à gratificação, reduzindo, em consequência, o número de beneficiários. Não estão sendo consideradas as vantagens decorrentes de critérios funcionais e/ou pessoais, a exemplo da Gratificação de

Tempo de Serviço (adicionais), Gratificação de Função PM (cursos) e Gratificação Técnica, dada a variação de valores quanto ao tempo de serviço, aos cursos realizados e à diplomação em curso de nível superior.

Em relação aos Cabos:

	Soldo	Grat. PM Especial	Grat. Risco de Vida	Total
3º Sargento	R\$ 351,12	R\$ 1.404,48	R\$ 117,03	R\$ 1.872,63
Cabo	R\$ 314,12	R\$ 1.303,60	R\$ 104,70	R\$ 1.722,42
				Diferença R\$ 150,21
				Número de 3º Sgt. 008
				Impacto Financeiro R\$ 1.201,68

Observações: O valor é estimado, uma vez que o Cabo deverá cumprir o requisito inerente ao ótimo comportamento para fazer jus à gratificação, redu-

zindo, em consequência, o número de beneficiários. Não estão sendo consideradas as vantagens decorrentes de critérios funcionais e/ou pessoais, a exemplo da

Gratificação de Tempo de Serviço (adicionais), Gratificação de Função PM (cursos) e Gratificação Técnica, dada a variação de valores quanto ao tempo de serviço,

aos cursos realizados e à diplomação em curso de nível superior.

Impacto financeiro mensal com valor total estimado

Hipótese (A)	R\$ 529.321,88
Hipótese (B)	R\$ 7.925,45
	R\$ 12.053,81
	R\$ 18.505,25
Hipótese (C)	R\$ 152,41
	R\$ 1.485,54
	R\$ 1.201,68
	Total: R\$ 570.646,02

	Folha Atual	Impacto Financeiro em R\$	Nova Folha	Impacto Financeiro em %
Ativos	39.652.700,66	570.646,02	40.223.346,68	1,44

Considerações Finais

Há de se admitir que o anteprojeto de lei, nos termos propostos, acarretará em significativas mudanças na sistemática das promoções de Praças pelo critério de antiguidade no âmbito da Corporação, com efeitos sobre as condições de transferências à inatividade, no que se refere à reserva remunerada, e sobre a remuneração dos referidos militares estaduais, ocasionando substancial alteração legislativa.

Entretanto, as inovações de ordem legal decorrentes da concretização do anteprojeto em exposição serão capazes de promover um significativo avanço na política de valorização dos militares estaduais (policiais e bombeiros militares) que vem sendo implementada, há tempos, pelo atual Governo do Estado do Paraná.

Além disso, a proposta assegurará o alcance de reais e efetivos benefícios à classe policial militar, corrigindo distorções e amenizando obstáculos naturais que, a grosso modo, dificultam, em muito, o adequado acesso dos militares estaduais mais antigos, em tempo de serviço, à carreira policial militar, estabelecendo-se, em consequência, um justo e adequado equilíbrio perante o policiais e bombeiros militares mais novos na Corporação.

De fato, a promoção especial de Praças pelo critério de antigüidade representará um avanço institucional e inestimável em termos de ascensão hierárquica, especialmente para os Soldados da PMPR.

Por certo, o tratamento valorativo destinado pelo Governo do Paraná aos integrantes da Polícia Militar, substanciado na aprovação da presente proposta, promoverá a necessária e fundamental motivação do efetivo policial militar, alcançando excelentes níveis de satisfação, com reais e positivos reflexos na Segurança Pública,

beneficiando não só a Corporação, mas sobretudo, a comunidade paranaense.

Por fim, cumpre enfatizar que além do efeito motivacional gerado sobre o efetivo da Polícia Militar do Paraná, haverá um grande incentivo para a permanência no serviço ativo após os 25 anos de serviço, cujo benefício representará, sem sombra de dúvidas, adequada economia para o erário, diante da desnecessidade de se promover novas inclusões de pessoal, com os decorrentes custos com formação, salários e previdência.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O artigo 160 da Lei nº 1943, de 23/06/54 (Código da Polícia Militar do Paraná), passa a vigorar acrescido dos parágrafos 5º e 6º, com as seguintes redações:

“Art. 160. ...

§ 5º O direito de transferência para a reserva remunerada será suspenso obrigatoriamente, pelo período de 4 (quatro) anos, no caso dos Praças, ocupantes da graduação de Cabo, 3º Sargento e 2º Sargento, que, ao completarem 26 (vinte e seis) anos de efetivo serviço para todos os efeitos legais, sejam contemplados, mediante requerimento, com o percentual de 80% (oitenta por cento) do soldo e das gratificações inerentes à graduação imediatamente superior decorrente de previsão da Lei nº 6417, de 03/07/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná).

§ 6º O direito de transferência para a reserva remunerada será suspenso obrigatoriamente, pelo período de 4 (quatro) anos, no caso dos Praças, ocupantes da graduação de Cabo, 3º Sargento e 2º Sargento, que, ao completarem 31 (trinta e um) anos de efetivo serviço para todos os efeitos legais, sejam contemplados, mediante requerimento, com o percentual de 100% (cem por cento) do soldo e das gratificações inerentes à graduação imediatamente superior decorrente de previsão da Lei nº 6417, de 03/07/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná), sem prejuízo da transferência compulsória à inatividade prevista nesta lei”.

Art. 2º O direito assegurado em decorrência do acréscimo dos parágrafos 5º e 6º ao 160 da Lei nº 1943, de 23/06/54 (Código da Polícia Militar do Paraná) será extensivo aos policiais militares ocupantes da graduação de Cabo, 3º Sargento e 2º Sargento, que estejam, no mínimo, no ótimo comportamento e que já contem, na atividade, com tempo de efetivo serviço superior a 26 (vinte e seis) anos ou superior a 31 (trinta e um) anos, nos percentuais respectivos do soldo e das gratificações inerentes à graduação imediatamente superior, mediante requerimento, importando, em ambos os casos, na suspensão obrigatória do direito de transferência à reserva remunerada, pelo período de 4 (quatro) anos, sem prejuízo da transferência compulsória à inatividade prevista na referida lei.

Art. 3º Não se aplicam aos Praças de Qualificação Policial Militar 1-4 (Músicos) e demais Praças especialistas as previsões do acréscimo dos parágrafos 5º e 6º ao artigo 160 da Lei nº 1943, de 23/06/54 (Código da Polícia Militar do Paraná).

Art. 4º Os incisos VI e VIII, do artigo 25, da Lei nº 5940, de 08/05/69, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25. ...

VI - não estar respondendo a processo criminal comum ou militar, cumprindo penal criminal ou ter contra si qualquer tipo de prisão provisória, em razão de crimes dolosos em geral que atentem contra os valores éticos e morais da Corporação ou que afetem a honra militar, o pundonor militar e o decoro da classe, competindo exclusivamente à Comissão de Promoção de Praças proceder à avaliação do caso concreto, manifestando-se mediante decisão fundamentada irrecorrível, sobre a incidência ou não das referidas restrições quanto ao ingresso do Sargento em quadro de acesso para a promoção:

VIII - possuir o interstício mínimo na graduação:

- a) Subtenente, no mínimo 2 (dois) anos como 1º Sargento;
- b) 1º Sargento, no mínimo 2 (dois) anos como 2º Sargento;
- c) 2º Sargento, no mínimo 4 (quatro) anos como 3º Sargento;”

Art. 5º O Capítulo III (do acesso à graduação de Cabo ou 3º Sargento), do Título V (das promoções), e o artigo 44, ambos da Lei nº 5940, de 08/05/69 (Leis de Promoções de Praças), passam a vigorar com a seguinte redação:

“Capítulo III

Do Acesso à graduação de Cabo ou Sargento

Art. 44. Concorrerão à promoção os Praças que possuírem os cursos respectivos que dêem direito ao acesso, respeitadas as excessões previstas nesta lei.

§ 1º São cursos que dão direito ao acesso:

I - para promoção a Cabo Combatente ou Especialista: Curso de Formação de Cabos de Formação de Cabos, realizados na Corporação, de acordo com as normas estabelecidas;

II - para promoção a 3º Sargento Combatente ou Especialista: Cursos de Formação de Sargentos, realizados na Corporação, de acordo com as normas estabelecidas, habilitando o acesso normal até a graduação de 2º Sargento, inclusive.

§ 2º É assegurado ao Soldado de 1ª Classe, que contar, no mínimo, com 15 (quinze) anos de efetivo serviço e constar no almanaque militar da Corporação, preservada a ordem pelo critério da antiguidade absoluta, o direito à matrícula e à frequência em Curso Especial de Formação de Cabo, realizado na Corporação.

§ 3º A matrícula e a frequência do Soldado de 1ª Classe em Curso Especial de Formação de Cabo está condicionada ao atendimento dos requisitos especificados neste artigo, à existência de vagas e a capacidade administrativa e orçamentária da Corporação.

§ 4º Admite-se ao Soldado de 1ª Classe declinar, mediante requerimento escrito ao Comandante Geral da Corporação, do direito assegurado no parágrafo 2º deste artigo, por no máximo, 2 (duas) vezes, perdendo definitivamente, a partir da terceira recusa, o direito a frequência ao Curso Especial de Formação de Cabos.

§ 5º A promoção do Soldado de 1ª Classe será efetivada após a conclusão, com aproveitamento, do Curso Especial de Formação de Cabos, acarretando no cumprimento obrigatório de interstício mínimo de 2 (dois) anos na graduação de Cabo para que o militar possa se submeter a Concurso Interno, destinado ao preenchimento de vagas no Curso de Formação de Sargentos, realizado na Corporação, pelos critérios de antiguidade e de merecimento, assegurando-se o preenchimento de até 50% (cinquenta por cento) das vagas pelo critério da antiguidade relativa.

§ 6º Para efeito das situações previstas nos parágrafos 2º e 5º, deste artigo, considerar-se-á a universalidade de cabos/soldados, em conformidade com a Lei de Fixação de Efetivo da Polícia Militar do Paraná, em vigor.

§ 7º São requisitos para a matrícula e frequência do Soldado de 1ª Classe em Curso Especial de Formação de Cabos, e para a respectiva promoção:

- a) possui o Soldado de 1ª Classe, no mínimo, 15 (quinze) anos de efetivo serviço para todos os efeitos legais;

b) estar classificado, no mínimo, no comportamento ótimo;

c) não estar submetido a Conselho de Disciplina ou Conselho de Justificação;

d) não estar agregado ou licenciado para tratar de interesses particulares;

e) não estar respondendo a processo criminal, comum ou militar, cumprindo pena criminal ou ter contra si qualquer tipo de prisão provisória, em razão de crimes dolosos em geral que atentem contra os valores éticos e morais da Corporação ou que afetem a honra militar, o pundonor militar e o decoro da classe, competindo exclusivamente à Comissão de Promoção de Praças proceder à avaliação do caso concreto, manifestando-se, mediante decisão fundamentada irrecorrível, sobre a incidência ou não das referidas restrições, assegurando-se a publicidade ao interessado.

§ 8º A promoção dos Soldados de 1ª Classe à graduação imediata, atendidas as condições e requisitos estabelecidos no presente artigo, está condicionada à aptidão em inspeção de saúde, a ser realizada pela Junta Médica da Corporação”.

Art. 6º Fica introduzido o artigo 44-A na Lei 5940, de 08/05/69, vigorando com a seguinte redação:

“Art. 44-A. Os praças ocupantes das graduações de Cabo, 3º Sargento e 2º Sargento, ressalvados os Praças da qualificação policial militar 1-4 (músicos) e os Praças especialistas, contemplados com o direito de perceber o limite percentual de 100% (cem por cento) do soldo e das gratificações inerentes à graduação imediatamente superior, conforme previsão da Lei 6417, de 03/07/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná) serão promovidos à referida graduação no período relativo aos 6 (seis) meses anteriores à data limite de permanência no serviço ativo, como prêmio dos relevantes serviços prestados ao estado do Paraná e à Corporação, coroando-se o encerramento da carreira policial militar.

Parágrafo Único. As promoções previstas no *caput* deste artigo ficam condicionadas ao cumprimento dos requisitos constantes nas alíneas (b), (c), (d) e (e), do parágrafo 7º, do artigo anterior.”

Art. 7º Os artigos 54 e 56 da Lei 5940, de 08/05/69, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54. A antiguidade é absoluta ou relativa:

I - a antiguidade absoluta compreende o tempo integral de serviço prestado à Corporação;

II - a antiguidade relativa compreende o tempo de serviço na graduação.

§ 1º A antiguidade relativa assegura a precedência hierárquica do Subtenente, do Sargento, do Cabo e do Soldado na sua graduação e determina o seu lugar no respectivo escalão.

§ 2º A antiguidade relativa nas promoções coletivas de policiais-militares à graduação de Sargentos,

Cabos e Soldados é determinada pela ordem de merecimento intelectual de cada turma.

§ 3º É aplicável o critério adotado no parágrafo anterior aos Praças Especialistas, considerada a classificação no respectivo Curso de Formação.

§ 4º Na apuração da antiguidade absoluta dos Soldados de 1ª Classe, quando ocorrer empate, tem precedência o militar que:

a) tiver maior antiguidade relativa;

b) obteve maior média no Curso de Formação de Soldados;

c) for mais idoso;

d) for casado ou viúvo, com maior número de filhos.

§ 5º Na apuração da antiguidade relativa dos praças, quando ocorrer empate, tem precedência o militar que:

a) tiver maior antiguidade relativa na graduação anterior;

b) obteve maior média nos Cursos de Aperfeiçoamento, de Formação de Sargentos ou nos especiais correspondentes;

c) tiver maior antiguidade absoluta;

d) for mais idoso;

e) for casado ou viúvo, com maior número de filhos.

“Art. 56. A antiguidade relativa do militar estadual reincluído na Corporação é contada da data que obteve alta da graduação.”

Art. 8º Fica introduzido o artigo 11-A na Lei 6417, de 03/07/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná), passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11-A. Aos policiais militares, ressalvados os pertencentes à Qualificação Policial Militar 1-4 (músicos) e os especialistas será assegurado o soldo da graduação imediatamente superior, atendidas as seguintes condições, requisitos e proporções:

I - Aos policiais militares ocupantes da graduação de Cabo, 3º Sargento e 2º Sargento que completarem, no mínimo, 26 (vinte e seis) anos de efetivo serviço para todos os efeitos legais e estiverem, no mínimo, no comportamento ótimo, será assegurado o percentual de 80% (oitenta por cento) do soldo da graduação imediatamente superior.

II - Aos policiais militares da graduação de Cabo, 3º Sargento e 2º Sargento que completarem, no mínimo, 31 (trinta e um) anos de efetivo serviço para todos os efeitos legais e estiverem, no mínimo, no comportamento ótimo, será assegurado o direito de complementar o benefício constante no item I, até limite de 100% (cem por cento) do soldo da graduação imediatamente superior.

§ 1º O direito ao soldo da graduação imediatamente superior, em conformidade com os percentuais definidos no *caput* do presente artigo, começa no dia em que o policial militar completar o tempo mínimo de efetivo serviço, desde que cumprido o requisito inerente ao comportamento, previstos neste artigo, e encerra-se imediatamente

após a promoção à referida graduação, com previsão na Lei 5940, de 08/05/69 - Lei de Promoção de Praças.

§ 2º A concessão da vantagem prevista neste artigo fica condicionada à apresentação de requerimento, por escrito, pelo interessado, após cumpridas as exigências legais, e reconhecimento, em processo próprio, pelo Comandante-Geral da Corporação.”

Art. 9º Fica alterado o artigo 18 da Lei 6417, de 03/07/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná), passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. Para fins de concessão das gratificações, tomar-se-ão por base o valor do soldo do posto ou graduação que efetivamente possua o policial militar, ressalvados o caso previsto no artigo 9º, quando será considerado o valor do soldo do posto ou graduação correspondente ao cargo, comissão ou função eventualmente desempenhados, e o caso previsto no artigo 11-A, quando será considerado o valor do soldo da graduação imediatamente superior”.

Art. 10. Os direitos assegurados em decorrência da introdução do artigo 11-A e da alteração do artigo 18

diante da Lei 6417, de 03/07/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná) será extensivo aos policiais-militares ocupantes da graduação de Cabo, 3º Sargento e 2º Sargento, que estejam, no mínimo, no ótimo comportamento, e que já contem, na atividade, com tempo de efetivo serviço superior a 26 (vinte e seis) anos ou superior a 31 (trinta e um) anos, nos percentuais respectivos do soldo e das gratificações inerentes à graduação imediatamente superior, estando os mesmos sujeitos às demais disposições constantes nos referidos artigos.

Art. 11. Não se aplicam às praças da Qualificação Policial Militar 1-4 (músicos) e demais praças especialistas as previsões decorrentes da introdução do artigo 11-A e da alteração do artigo 18, ambos da Lei 6417, de 03/07/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná).

Art. 12. O efetivo da Polícia Militar do Paraná, passa a ser conforme os Anexos 1 e 2 desta lei.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXOS

ANEXO 1 RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS								
QUADROS		CEL	TC	MAJ	CAP	1º TEN	2º TEN	SOMA
QOPM		12	40	69	207	238	275	841
QOBM		2	10	25	52	58	61	208
QOS	PM Med.	1	5	6	6	16		34
	PM Dent.	1	2	7	8	14		32
	PM Bioq.		2	1	1	3		7
	PM Vet.				3	2		5
QOA/QEOPM		1	2	4	13	25	76	121
QCPM						1		1
QOE	Músicos				1	1	2	4
TOTAL		17	61	112	291	358	414	1.253

ANEXO 2 RESUMO DAS PRAÇAS POR QUALIFICAÇÃO POLICIAL - MILITAR GERAL						
GRAD. QPMG	ST	1º SGT	2º SGT	3º SGT	CB/SO	SOMA
1 - PRAÇAS PM	186	298	700	1.529	14.429	17.142
2 - PRAÇAS BM	56	89	117	435	2.506	3.203
TOTAL	242	387	817	1.964	16.935	20.345

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1694

Senhor Presidente:

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, justificativa de ausência das Sessões Plenárias dos dias 30 de junho a 3 de julho, para participar do Congresso de Endoscopia e Gastrão, que se realizará em São Paulo.

Sala das Sessões, em 24/06/08.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 1695

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, apoio oficial da Assembléia Legislativa do Paraná, para que o município de Londrina seja sede das Olimpíadas Escolares 2009. A cidade tem uma população de 500 mil habitantes, com três grandes universidades e é pólo de um grande centro educacional que abrange cerca de 2 milhões de habitantes da região norte paranaense. Com aeroporto operando 24 horas, Londrina destaca-se pelas suas indústrias, comércio, ensino, medicina, moderna rede hoteleira e liderança como prestadora de serviços. A cultura tem se destacado no país inteiro, com a realização, todos os anos, do FILO, Festival de Teatro. Com uma mocidade estudantil aguerida, a cidade oferece todas as condições para transformar em acontecimento de absoluto sucesso as Olimpíadas Escolares que pretende sediar.

Requeiro que a decisão deste Parlamento seja comunicada à Sra. Heloisy Pissinati Trentini, Secretária-Executiva do Londrina Convention & Visitors Bureau - Financeiro, com os cumprimentos pelos preparativos que desde já estão sendo promovidos visando sediar tão fantástico evento.

Sala das Sessões, em 24/06/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1696

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de pesar à família de João Dassoler, pelo falecimento da Sra. Flora Berto Dassoler.

É uma grande perda para Cascavel, a morte de dona Flora Berto Dassoler, enlutados amigos e familiares.

Sala das Sessões, em 24/06/08.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 1690

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis,

REQUER à Mesa seja oficiado ao Sr. João Noma, enviando-lhe voto de congratulações, em razão da eleição na Associação Comercial de Maringá, quando foi escolhido o Empresário do Ano de 2008.

Aos 62 anos, Noma é Diretor-Presidente da Noma do Brasil S/A e do Conselho de Administração das empresas do Grupo Noma, que está completando 41 anos. As empresas de Noma empregam mais de 800 pessoas. O grupo atua nos segmentos de implementos para o transporte rodoviário de cargas, abrangendo fabricação, comércio, serviços e também revenda de veículos.

Sala das Sessões, em 24/06/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1691

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito de Ivatuba, Exmo. Sr. Adolfo Semprebom, ao Presidente da Câmara Municipal de Ivatuba, Exmo. Sr. Vereador Dilson Vanso, bem como à Secretária de Educação de Ivatuba, Exma. Sra. Maria Aparecida Trevisan Zaroni, enviando aos mesmos votos de congratulações pelo sucesso no ranking da Educação, sendo uma das cidades mais bem colocadas no Paraná.

Segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), responsável pela avaliação, o município de Ivatuba obteve o conceito 6,3, como umas das cidades mais bem colocadas no Paraná até a 4ª série, bem como o conceito 5,2, até a 8ª série.

Sala das Sessões, em 24/06/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1692

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações a Dom Anuar Battisti, Arcebispo de Maringá, em razão da comemoração dos 10 anos de Bispado.

Dom Anuar Battisti tem 55 anos e nasceu em Lajeado (RS). Ingressou no seminário em 1964, em Toledo, no oeste do Paraná, onde se ordenou Padre em 1980 e foi Diretor do Seminário Maria Mãe da Igreja, de 1981 a 1985.

A ordenação episcopal aconteceu em abril de 1998, quando se tornou Bispo Diocesano, em Toledo.

Em setembro de 2004 foi nomeado para a Arquidiocese de Maringá, onde responde por 52 paróquias em 26 municípios da região noroeste.

Em comemoração pelos 10 anos como Bispo, Dom Anuar Battisti está visitando as paróquias ligadas à Arquidiocese, onde recebe os cumprimentos da comunidade católica de toda a região.

Sala das Sessões, em 24/06/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1697-A

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Escola Municipal Elizabeth Werka, a todos os funcionários e alunos pelo excelente rendimento escolar apresentado por esse estabelecimento, conforme dados divulgados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, o que contribui na cultura em seu sentido maior e na formação de um cidadão completo e capaz.

Requer ainda, envio de cópia ao Diretor da Escola Municipal Elizabeth Werka, Sr. Edson Luiz Verbanek da Maia.

Sala das Sessões, em 24/06/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1693

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Paraná e ao Sr. Nelson Garcia, Secretário do Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social para que sejam tomadas providências no sentido de construção da rede de esgoto no bairro Jardim Dona Evanira.

Sala das Sessões, em 24/06/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que esta rede de esgoto atenderá as ruas Dezenove de Novembro, Serafim Ribas, avenida Hipólito Aires de Arruda e as demais ruas.

Sendo hoje uma das grandes dificuldades do bairro a falta de rede de esgoto ocasionando diversos problemas, pois existe um rio que corta a vila, havendo assim a contaminação deste manancial e ocasionando sérios riscos a saúde da população.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 283/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná à Exma. Sra. Doutora Ellen Gracie Northfleet, Ministra do Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/06/08.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Ellen Gracie Northfleet nasceu na cidade do Rio de

Janeiro-RJ, filha de José Barros Northfleet e D. Helena Northfleet.

Iniciou os estudos acadêmicos na Faculdade de Direito da então Universidade do Estado de Guanabara, tendo concluído, em 1970, em Porto Alegre, o Curso de Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduiu-se, em nível de especialização, em Antropologia Social, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1980/1982).

Durante o ano letivo de 1991/1992, foi bolsista da Fundação Fulbright do Governo dos EUA - Hubert Humphrey Fellowship Program, com vinculação acadêmica à American University, Washington D. C. School of Public Affairs - Department of Justice, Law & Society, onde cursou Complex Organizational Theories in Court Systems and Legal Organizations e Court Management Practices.

Foi Jurista em Residência junto à Law Library of Congress dos EUA, tendo participado da elaboração do Projeto GLIN - Global Legal Information Network.

Foi aprovada, em 1983, mediante concurso público de provas e títulos para o provimento de vaga de professor-horista no Departamento de Direito Privado e Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Também em concurso da mesma natureza, realizado em 1987, foi aprovada docente do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, RS, na disciplina de Direito Constitucional.

Exerceu a advocacia liberal, inicialmente como solicitadora acadêmica e, após a colação de grau, no foro de Porto Alegre. Integrou o Conselho Seccional da OAB/RS, foi fundadora da Escola Superior de Advocacia da OAB/RS e eleita Vice-Presidente do Instituto dos Advogados do RS.

Ingressou no serviço público ao ser nomeada para o cargo em comissão de Assistente Técnico, junto ao Gabinete do Consultor-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, permanecendo de 11/10/71 a 25/10/73, período em que editou a Revista da Consultoria-Geral.

Aprovada em concurso público de provas e títulos para o cargo Procurador da República de 3ª categoria, foi nomeada em 05/11/73, tomando posse e entrando em exercício a 7 do mesmo mês. Foi promovida, por merecimento, à 2ª Categoria, em 12/03/74, passando à 1ª Categoria, por antigüidade, em 28/05/80, cargo que exerceu até 30/03/89.

Durante a permanência no Ministério Público Federal exerceu o cargo de Procuradora Regional Eleitoral Substituta em Sessões do Tribunal Regional Eleitoral, e foi membro eleitoral, integrou o Conselho Penitenciário do Rio Grande do Sul, de 31/03/76 a 14/03/78, e foi membro do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, como representante do Ministério da Justiça.

Em 22/03/89, foi nomeada para compor o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em vaga destinada a

membros do Ministério Público Federal, tomando posse e entrando em exercício em 31 do mesmo mês, sendo indicado pelo Plenário, nessa data, para compor a Comissão Elaboradora do Regimento Interno da Corte.

Escolhida em reunião plenária do TRF 4ª Região, de 22/08/90, integrou o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, biênio 1990-1992.

Participou da Comissão de Estudos e Cursos do TRF 4ª Região, dedicada ao aperfeiçoamento de magistrados.

Integrou a Comissão Permanente de Magistrados do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, como representante do TRF-4ª Região, exercendo a função até 9 de dezembro de 1994. A partir de 10 de outubro de 1994, passou a compor o Conselho de Administração do TRF-4ª Região. Membro integrante da 1ª Turma do Tribunal, desde a sua criação, passou a presidir a 4ª Turma (especializada em Previdência Social) em dezembro de 1994.

Foi eleita pelo Plenário do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sessão de 31/05/95, para exercer o cargo de Vice-Presidente do Tribunal, tomando posse em 21/06/95.

Em Sessão Plenária de 28/05/97, foi eleita para exercer o cargo de Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no biênio 1997-1999, tomando posse em 20/06/97, tendo dedicado sua gestão às metas de ampliação e interiorização da Justiça Federal de Primeira Instância e à racionalização dos serviços e praxes judiciários.

Ao término da gestão, passou a presidir a 1ª Turma do Tribunal Federal da 4ª Região.

Por decreto de 23/11/00, publicado no Diário Oficial do dia imediato, foi nomeada, pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, para exercer o cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Luiz Octavio Pires e Albuquerque Gallotti. Tomou posse em 14/12/00, tornando-se a primeira mulher a integrar a Suprema Corte do Brasil desde a sua criação. Eleita por seus Pares, empossou-se no cargo de Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, em 03/06/04; e também eleita por seus Pares, em Sessão Plenária de 25/03/06, empossou-se no cargo de Presidente do Supremo Tribunal Federal, em 27/04/06, para o biênio 2006-2008.

Integrou o Tribunal Superior Eleitoral, primeiro como Ministra Substituta (fevereiro a junho/2001) e foi, após, eleita por seus Pares do Supremo Tribunal Federal, Ministra Efetiva para o biênio junho/2001 a junho/2003. Assumiu a Vice-Presidência dessa Corte para o biênio fevereiro/2003 a fevereiro/2005.

Compôs a Comissão Permanente de Regimento do Supremo Tribunal Federal (2001/2002); integrou a Comissão Permanente de Documentação do mesmo Tribunal (junho/2002).

É autora dos seguintes trabalhos: “A Dívida Ativa da União e sua Cobrança” - Informe ao I Encontro Nacio-

nal de Procuradores da República, realizado na cidade de São José dos Campos, SP, entre 06 e 09/03/80, in Anais do I Encontro Nacional dos Procuradores da República; “O Ministério Público no Processo de Mandado de Segurança - Um enfoque sobre a atuação do órgão em Primeira Instância” - Informe ao I Encontro Nacional dos Procuradores da República, in Anais do I Encontro Nacional dos Procuradores da República; “A Reforma Tributária e o Aperfeiçoamento do Sistema Federativo”, Tese apresentada ao XI Congresso Estadual dos Advogados do Rio Grande do Sul; tradução da obra Acesso à Justiça, dos professores Mauro Cappelletti e Bryant Garth, Sérgio Antônio Fabris Editor, Porto Alegre, 1988; tradução da monografia “Stare Decisis”, de Edward D. Re. professor na Faculdade de Direito da St. John’s University, em Nova Iorque, in Revista de Processo, no 73, ano 19, janeiro/março/94, pp. 47/54 - RTJE, vol. 122, ano 18, março/94, pp. 55/67 - Revista dos Tribunais, vol. 1702, ano 83, abril/94, pp. 7/13 - AJURIS 60: 94 - AMAGIS XXIII: 123 - Revista Jurídica, no 198, ano XLII, abril/94, pp. 25/35 - Revista de Informação Legislativa, nº 122, ano 31, abril/junho/94, pp. 281/287 - Revista Forense, vol. 327, ano 90, julho/setembro/94, pp. 37/42; “Novas Fórmulas para Solução de Conflitos”, artigo publicado na obra coletiva O Judiciário e a Constituição, coordenação do Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Ed. Saraiva, São Paulo/94, pp. 323/326; Tradução da Obra Os Tribunais nos Estados Unidos, de Daniel John Meador, Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos da América - USIS, Brasília/96; “Utilização do Fax pelo Judiciário”, artigo publicado na Revista dos Tribunais, vol. 728, ano 85, junho/96, pp. 122/127 - RTJE, vol. 150, ano 20, julho/96, pp. 09/16 - Revista Forense, vol. 335, ano 92, julho/setembro/96, pp. 441/445; “Tribunais para o MERCOSUL”, artigo publicado na Revista do TRF 48, no 25, ano 7, julho/dezembro/96, pp. 79/90; Revista Jurídica Consulex, no 5, ano I, maio/97, pp. 54/55; “A questão feminina vista pelo prisma dos Direitos Humanos”, artigo publicado na Revista do TFR 38; “O Judiciário: Como deve ser”, in Anais do I Fórum Nacional de Debates sobre o Poder Judiciário, publicado oficialmente pelo Conselho da Justiça Federal, junho/97; “Suspensão de Sentença e de Liminar”, artigo publicado na Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo, nº 2, julho/dezembro/98, pp. 168/176, Ed. Revista dos Tribunais, SP - Revista de Processo, ano 25, no 97, janeiro/março/2000, pp. 183/193, Ed. Revista dos Tribunais, SP. Publicou também inúmeros artigos na imprensa diária.

Desenvolveu, ainda, as seguintes atividades: trabalhos de tradução da língua inglesa para a portuguesa, de 1966 a 1968; Advocacia liberal entre 1970 e 1975; Membro do Conselho Editorial da revista Advogado, publicação do Instituto dos advogados do Rio Grande do Sul; Membro da Comissão de Estudos da Mulher, da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio Grande do Sul (1985); Secretária do Grupo Executivo da Comissão Pró-Constituinte da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção

do Rio Grande do Sul; Membro da Comissão Permanente criada pela OAB/RS, em janeiro/86, com vistas à proposição de sugestões à futura Assembléia Nacional Constituinte. Participante da Subcomissão: “Poder Judiciário”; Membro da Comissão de Estudos Constitucionais do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, em janeiro/86; Diretora Fundadora da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio Grande do Sul; Participação como membro da Comissão Organizadora do XI Congresso Estadual de Advogados Gaúchos; Diretora de Promoções Culturais do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul (1987); Vice-Presidente do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, no período de dezembro/87 a dezembro/89; Diretora do Departamento de Direito Constitucional do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul; Membro do Conselho Superior do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul (Outubro/88); Membro do Conselho Secional da Ordem dos Advogados do Brasil/RS, para o biênio 89/90; Representante do TRF-4a Região, no Seminário “A Modernização da Justiça Federal de 2a Instância”, realizado nos dias 19 e 20/08/94, no Centro de Estudos Judiciários, em Brasília; Participação no Seminário sobre Administração da Justiça para Juízes do Brasil, realizado no Federal Judicial Center, em Washington/D.C. no período de 07 a 15/10/95; participação no II Congresso de Magistrados del MERCOSUR, como expositora sobre Inserción de las Normas Comunitarias en los Sistemas Jurídicos Nacionales, em Buenos Aires, nos dias 06, 07 e 08/11/97; Participação no Entrenamiento de Entrenadores, como parte do projeto de capacitação judicial Hacia una Jurisprudencia de Igualdad: Mujeres, Jueces/zas y Derechos Humanos, sob os auspícios da Fundación Internacional de Mujeres Juezas y la Asociación de Mujeres Jueces de Argentina, em Buenos Aires, no período de 16 a 27/03/98; conferencista sobre o tema “Justiça Federal: Perspectivas Atuais”, na I Jornada de Estudos Jurídicos da Justiça Federal (16 e 17/04/98); Presidente da mesa e conferencista dos temas “MERCOSUL Balanço atual e perspectivas” e “O Direito da integração no MERCOSUL e perspectivas” no Seminário sobre Direito da Integração, realizado na Seção Judiciária de Santa Catarina, no período de 27 a 29/05/98; Coordenadora Judicial do Intercâmbio Jurídico estabelecido entre os sistemas judiciários brasileiro e norte-americano, com participação das Universidades de Brasília e de Baltimore, MD. (1ª Rodada: Baltimore/Washington. DC de 29/06 a 03/07/98; 2ª Rodada: Brasília/Rio de Janeiro, de 06 a 11/12/98); Membro titular do Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com mandato de um ano, na qualidade de representante da Associação dos Antigos Alunos da UFRGS, a partir de 17/07/98; Participação no painel “Constituição e Relações Internacionais, Instituições Supranacionais, MERCOSUL. Uma Corte Judicial para o MERCOSUL?”, no I Congresso Brasileiro de Direito Constitucional - 10 Anos da Constituição Federal em Debate: Balanço e

Perspectivas”, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Público, em Brasília, no período de 22 a 24/10/98; Integrante da Comissão Honorífica do Centenário da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, consoante ato de instalação da Comissão, 19/11/98; Conferencista do tema “O Poder Judiciário e a Constituição de 1988: A evolução da Justiça Federal no Brasil”, no Encontro de Magistrados do Sul e Sudeste do Brasil, promovido pela Associação dos Magistrados Catarinenses, Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e Universidade do Vale do Itajaí, nos dias 12, 13 e 14/11/98, em Florianópolis; Participação, como comentadora mesa que teve como tema “O papel do órgão regulador: equilibrando interesses de consumidores e investidores - Quem regula o órgão regulador?”, no “V Fórum Brasil-Europa”, promovido pela Fundação Konrad Adenauer, Instituto de Relações Europeu-Latinoamericanas, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Instituto Brasil-Europa, nos dias 26 e 27/11/98, no Rio de Janeiro; Palestrante no Colégio de Presidentes de Subseções da Ordem dos Advogados/SC, com o tema: “A Evolução da Justiça Federal”, no dia 27/03/99, em Blumenau, SC; Expositora no painel “Transparência e Governo - Os Papéis do Judiciário, do Ministério Público e das Polícias”, no Seminário “Transparência: Instrumento da Cidadania”, por ocasião do 2º Encontro Nacional dos ex-Bolsistas Fulbright no Brasil, realizado em Brasília, nos dias 02 e 03/12/99; Participação “I Encontro Nacional de Juízes Federais Criminais”, promovido pela Associação dos Juízes Federais do Brasil, realizado em São Paulo, no período de 24 a 26/02/00; Participação como palestrante no Simpósio Democracy and the Rule of Law In a Changing World Order, sobre o tema Roles of Women: Norms and Culture, a convite da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América, em Washington D. C., no período de 06 a 10/03/00; Participação no “II Curso Formadores de Magistrados Brasileiros”, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários de Portugal e pela Escola Nacional da Magistratura do Brasil, em Lisboa, no período de 03 a 14/04/00; Participação do Seminário de seguimiento de Glin en el Mercosur, realizado no período de 25 a 28/04/00, em Montevideo, Uruguay; Participação como palestrante no workshop Promoting Access to Justice for the disadvantaged: The Gender Dimensions of Human Rights, sobre o tema The Gender Dimensions of Human Rights - A Development Perspective, em Washington, D. C, no dia 01/06/00; Participação como palestrante no congresso “O Direito Brasileiro e os Desafios da Economia Globalizada”, São Paulo em junho/02; Participou do Congresso “O Estado em Juízo”, São Paulo, maio de 2002; Participou do III Fórum Mundial de La Démocratie Électronique - Issy Lès Moulineaux, Paris, abril/02; Participação como palestrante no congresso “O Direito Brasileiro e os Desafios da Economia Globalizada”, São Paulo em junho/2002; Participou do Seminário Internacional Experiências de

Reformas na Gestão Judicial: Projetos e Resultados, organizado pelo Centro de Estudos de Justiça das Américas, Santiago, Chile, agosto/02; Participou do IV Congresso Internacional de Direito Eleitoral, Morélia - México, novembro/02. Apresentou palestra na conferência “Poder Judiciário - Repensando Soluções” no Tribunal de Alçada Criminal em São Paulo, abril/03; Participação na vídeo conferência (tape vídeo message) 5th Gender & Law Conference - Laws, Institutions & Gender Equality, promovido pelo World Bank - Washington, março/03; Participação no Encontro de Organismos de Administração Eleitoral (Electoral Manegment Bodies EMB), com o tema: “Bases da Democracia: Estruturando a Participação Eleitoral”, realizado em Nova Delhi - Índia, no período de 05 a 07/03/03; Apresentou a dinâmica, processamento e desenvolvimento da Urna Eletrônica na Câmaras dos Lordes, em Londres, Inglaterra, em maio/03; Participação, como observadora, das Eleições Locais da Espanha, Madri, maio/03; Conferência “Poder Judiciário - Repensando Soluções”, realizada no Centro de Estudos do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo, em abril/03; Participação na 8ª Conferência Nacional de Tecnologia Aplicada ao Poder Judiciário, realizado em Kansas City-EUA, em outubro/03; Participação na Terceira conferência sobre Justicia y Desarrollo em América Latina y et Caribe - Quito/Equador, com o tema “Juizados Especiais”, em julho/03; Participação na Conferência Internacional “La Reforma Judicial en América Latina Y el Caribe: Mejorando la Gobernabilidad a través del Sector Justicia”, organizado pelo Consejo General del Poder Judicial e Instituto del Banco Mundial, realizado em Madrid, España, 07 a 09/07/04; Participação no “1º Diálogo Constitucional Brasil - Estados Unidos: O Significado Contemporâneo da Constituição”, realizado no dia 26/08/04, na Sala de Sessões do Supremo Tribunal Federal, Brasília, DF, com a conferência sobre “O Impacto da Constituição no Direito Privado”, diálogo com o Professor William Powers, The University of School of Law; Participação no II Congresso de Magistrados Federais da 4ª Região, com o tema “Administração da Justiça”, realizado no período 02 a 04/06/05; Participação na “Reunión Preparatória del IV Foro de Cortes Supremas del MERCOSUR, realizado em Asunción, em 27 e 28/08/06.

Condecorações e agraciações:

I - Do Poder Legislativo:

1) Título Honorífico de Cidadã Porto Alegrense, pela Câmara Legislativa do município de Porto Alegre, em março/01;

II - Do Poder Executivo:

a) Civis

1) Medalha Mérito Santos Dumont (1977); 02) Admitida no grau de Grande-Oficial da Ordem do Mérito Brasília (2001); 03) Medalha (promoção) grau Grã-Cruz, da Ordem de Rio Branco, instituída pelo Decreto nº 51697, de 05/02/93, em 20/04/06; 04) Medalha da Inconfidência, grau Grande Medalha, que lhe foi conferida

pelo Governo do Estado de Minas Gerais, nos termos da Lei nº 882, de 28/07/92 e do Decreto nº 38690/97 de 10/03/97, em 21/04/06; 05) Admitida no grau de Grã-Cruz da Ordem do Mérito Brasília, que lhe foi conferida pelo Governo do Distrito Federal, em 28/06/06; 06) Admitida no grau de Grande Oficial da Ordem Estadual do Mérito Jerônimo Monteiro, que lhe foi conferida pelo Governo do Estado do Espírito Santo, em 02/10/06.

b) Militares

01) Medalha do Pacificador (1981); 02) Admitida no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar, no Grau de Cavaleiro, com a outorga de Medalha Mérito (1996); 03) Admitida no grau de Grande-Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico (2001); 04) Admitida no grau de Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar (2002); 05) Admitida no grau de Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval (2002); 06) Medalha (promoção) grau Grã-Cruz, da Ordem do Mérito Militar, em 19/04/06.

III - Do Poder Judiciário

1) Admitida no grau de Grande Oficial da Ordem do Mérito Judicial do Trabalho (1998); 02) Admitida no grau de Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar (2001); 03) Medalha no grau de Grão Colar do Mérito Judiciário, pelo Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em julho/01; 04) Medalha do Mérito Eleitoral do Distrito Federal, pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, maio/03; 05) Colar do Mérito Judiciário que lhe foi conferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, dezembro/04.

IV - Do Ministério Público

1) Medalha do Mérito do Ministério Público Brasileiro, que lhe foi outorgada pelo Procurador-Geral da República, em 15/08/02.

V - De Instituições Culturais, Universitárias e de Entidades de Classe:

1) Voto de Louvor, proferido pelo Sr. Presidente da OAB/RS, na Portaria GP nº 129/86, datada de 09/09/86, com elogios e agradecimentos da classe pela participação na Comissão de Estudos Constitucionais sobre o Poder Judiciário; 02) Outorga a distinção Mérito ABMCJ-RS 92, pela relevante atuação na jurídica, concedida pela Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica - Seção/RS; 03) Medalha Santo Inácio de Loyola, pela Universidade UNISINOS, Porto Alegre, em março/02; Placa comemorativa dos 15 anos do CPDC, conferida pelo Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor, Brasilcon e OAB/RJ, em 02/06/06; Medalha Visconde de Mauá Grau Ouro, conferida pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, em 10/08/06; Comenda do Mérito “Maçom Ruy Barbosa”, conferida pela Grande Loja Maçônica do Estado do Rio de Janeiro, em 19/08/06.

VI - Estrangeiras

1) Outorga do título Jurist in Residence, da Biblioteca de Direito da Library of Congress, Washington, D.C., 30/06/92; Placa honorífica conferida pelo Federal Judiciary of the United States e entregue pelo Don José Falcón, Orden Nacional del Mérito conferida pelo Minis-

tério das Relações Exteriores da República del Paraguai, em 02/08/06.

PROJETO DE LEI Nº 284/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Amigos da Banda Joubert de Carvalho, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/06/08.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Amigos da Banda Musical Joubert de Carvalho, promove a difusão da música instrumental através de apresentações da Banda, possibilitando inclusive a formação de novos instrumentistas, em cursos promovidos na própria instituição.

Trata-se de trabalho nobre, levando cultura de qualidade para a população de Maringá e região.

A Associação merece o reconhecimento do Estado do Paraná, através da concessão da honraria representada pelo título de utilidade pública. A música enaltece o espírito do homem, traz alegria à comunidade, desenvolve o convívio nos bairros maringenses.

PROJETO DE LEI Nº 285/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Organização Não Governamental Gotas de Esperança - ONG-GOES, com sede e foro no município de Paranavaí.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/06/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

A Organização Não Governamental Gotas de Esperança - ONG-GOES, com sede no município de Paranavaí, conforme disposto no artigo 1º de seu estatuto é entidade civil sem fins lucrativos, que tem como objetivos principais, conforme se vê no artigo 2º desse mesmo diploma legal, dentro outros, Oferecer apoio a pacientes de AIDS e seus familiares, conscientização dos direitos e deveres das pessoas soropositivas para HIV e da sociedade em geral (art. 2º, II).

Atualmente, a ONG-GOES atende várias pessoas de todas as idades, presta serviço inestimável a comunidade de Paranavaí, desenvolve trabalho de conscientização e apoio indispensável.

A declaração de utilidade pública da ONG-GOES constituirá, pois, incentivo indispensável para que essa entidade possa continuar a desenvolver seus trabalhos - sempre carente de meios -, de modo a que a ONG-GOES possa pleitear recursos adicionais e, assim, continuar a auxiliar as pessoas que dela dependem e que, a cada dia, mais a procuram.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O primeiro orador inscrito é o Deputado Tadeu Veneri, a quem concedemos a palavra.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Uso a tribuna hoje, porque, Deputado Elio Rusch, na semana que passou e nas anteriores nós fizemos um debate interessante aqui nesta Casa a respeito da Parana-Previdência. E a ParanaPrevidência, em que pese, ocorreram dúvidas a respeito de uma série de situações, inclusive se há ou não déficit, se esse déficit é de uma bilhão e meio ou de 100 milhões, de 500 milhões, se esse é um déficit operacional e que poderá ser coberto futuramente ou se não é. Fizemos esse debate aqui e encaminhamos, embora o Deputado Elio Rusch, tenha tentado através de um requerimento de uma Comissão Especial de Investigação, requerimento com o qual concordo, porque assinei, mas não conseguimos fazer com que tivesse sucesso e aprovação aqui em Plenário e, portanto, não será instalada essa Comissão Especial de Investigação.

Mas, o que me chama atenção é que o argumento utilizado para que não pudéssemos fazer, ou para que não possamos fazer um debate mais demorado a respeito do ParanaPrevidência - obviamente esse argumento não é utilizado por todos, mas em alguns momentos - foi o argumento que estávamos próximo ao processo eleitoral e que por isso tinha um viés político-partidário, um viés eleitoral. Obviamente, que entendemos que a ParanaPrevidência está acima dos debates, como V. Exa. já falou, como eu já falei, como o Deputado Líder do Governo, Deputado Romanelli, fez questão de frisar que está acima das questões específicas deste ou daquele Governo, deste ou daquele partido.

Agora, veja o senhor como a política é interessante, porque na mesma semana em que debatíamos aqui entre os Democratas, o Partido dos Trabalhadores, o PSDB, o PMDB a condição de instalar ou não uma Comissão Especial de Investigação sobre a ParanaPrevidência e que na avaliação, inclusive de alguns Conselheiros, tem um déficit, a Prefeitura de Curitiba, está sendo questionada sobre o ICS, o Instituto Curitiba de Saúde, que inclusive saiu um jornalzinho que é patrocinado pelos Sindicatos da categoria. Esse jornal, coloca uma ação que o ICS saiu a partir do antigo IPMC - assim

como o estado tinha o IPE, a Prefeitura de Curitiba tinha o IPMC, que depois na sequência sucedeu o IPMC, que é a previdência, e o ICS, que é a Saúde.

Já de algum tempo, o Instituto Curitiba de Saúde vem sendo questionado na sua personalidade jurídica e o jornal coloca o seguinte: “O Instituto Curitiba de Saúde corre o risco de ser extinto. Uma ação civil pública, proposta em 2005 pelo Ministério Público Estadual questiona o serviço, a personalidade jurídica do Instituto Curitiba de Saúde. Para o Ministério Público a administração não pode usar recursos do Fundo Municipal de Saúde para o ICS”. Muito parecido com aquilo que vimos aqui, inclusive com os recursos que são utilizados do SUS para determinados gastos com saúde e que, no nosso entendimento, não contempla a Emenda nº 029. “Pois esse dinheiro deve ser investido no SUS, dinheiro do Fundo Municipal de Saúde. A tese do Ministério Público não está errada, mas é equivocada”. Isso segundo o jornal. “O ICS não usa recursos de fundo, suas verbas vêm do plano de benefício dos servidores públicos. Vem do IPMC que depois faz repasse, fazia.

Ação civil pública, tramita na 3ª Vara de Fazenda Pública, sob nº 27142/00. O ICS é atacado e a Prefeitura omite. Faz a defesa burocrática. Não encaminha nenhuma solução para manter o Instituto funcionando. O Ministério Público já poderia ter pedido liminar para extinguir o Instituto. Não o fez, porque espera que a Prefeitura apresente defesa. E a Prefeitura pode apresentar a defesa e trazer todos os argumentos, justamente esse, que o Instituto não recebe dinheiro do Fundo.

E o Prefeito já teve todas as condições para buscar alternativas ao ICS. Em 2006, foi formada uma Comissão composta pelo ICS, PMC, Sismuc, Sismmac e a Procuradoria Geral do município. Aí os servidores fazem toda uma manifestação e o que eles pretendem - que o Instituto deixe de ser um serviço social autônomo e, passe a ser uma autarquia e que mantenha o princípio da solidariedade e outros princípios.

O que faz eu trazer esse assunto aqui é que, coincidentemente, os argumentos são os mesmos. Que, por estarmos num ano eleitoral é que está sendo levantado esse problema. Por estarmos num ano eleitoral é que está sendo levantado esse problema. Por estarmos num ano eleitoral a Oposição tenta desqualificar a ação do Prefeito. Parece que, às vezes, quando se trata de recursos do Fundo dos Servidores Públicos os argumentos são os mesmos. Parece que o problema não é ideológico. Quando se fala que os servidores públicos estão sendo lesados o Governo, seja qual for, se levanta dizendo que é um problema por questões eleitorais.

Seria um absurdo não alertar que o ICS pode sim, embora o Prefeito Beto Richa não admita isso e colocou em jornal em todas as unidades de saúde, dizendo que estão fazendo terrorismo contra o município, contra os servidores públicos. Que isso é para criar um constrangimento com o Prefeito.

Ora, que responda a ação. São alguns milhões de reais que estão lá. São 37 mil servidores públicos, que pode chegar em 2016 a mais de 70 mil dependentes. O ICS hoje ainda, é o Instituto de referência no Paraná e no Brasil. Tem atendimento odontológico, psicológico, fisioterapêutico sem limitação de consultas. Assim como aqui já tivemos o IPE. E hoje temos o SAS e queremos debatê-lo.

Agora, todas as vezes que o servidor público, se manifesta achando que alguma coisa está errada na condução do seu Instituto, seja o Governo que for, do partido que for, parece que não aceita que as coisas tenham sido encaminhadas diferente daquilo que foi previsto inicialmente. Estou falando isso porque já havíamos dito que no 2º semestre pretendemos fazer aqui, nesta Casa, um seminário sobre a ParanaPrevidência. A ParanaPrevidência, obviamente, não pode ser motivo de um debate que inclua o ICS. Seria uma situação absolutamente surreal. A Prefeitura de Curitiba e os sindicatos que estão representando os servidores públicos municipais de Curitiba, a Procuradoria Geral do Estado têm todas as condições para fazer um diagnóstico e apontar para esses servidores que nos questionam.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Deputado Dobrandino, o senhor conhece alguns servidores públicos municipais de Curitiba. Eu sei disso porque encontro pessoas conhecidas suas. A maioria dos Deputados tem pessoas conhecidas dentro do serviço público municipal de Curitiba. Entretanto, quando nos perguntam se o ICS vai acabar ou não vai acabar, eu não sei dizer. Seria extremamente leviano se disséssemos, que iria acabar ou se disséssemos que está tudo maravilhoso. Então, não entendo qual é a razão que quando você faz um questionamento sobre uma situação que envolve recursos de vulto, recursos de bastante monta, ao invés de termos uma solução rápida e uma explicação razoável, a primeira explicação e a primeira resposta que tem é que esse é um problema político-partidário. Isso só está acontecendo, agora, por causa da questão eleitoral.

Acho que assim não vamos caminhar para lugar algum. Nós vamos continuar tendo problemas, não vamos conseguir resolvê-los, vamos continuar tendo dúvidas e, talvez, tenhamos situações muito semelhantes àquelas que tivemos com alguns planos de saúde, recentemente. Dou um exemplo: eu trabalhava no Banco do Brasil e acompanhei, durante 27 anos, a CASSI e a PREVI. Nós tivemos, no Banco do Brasil, num determinado momento, a quase extinção, a quase falência da CASSI. Só não aconteceu porque, funcionários do banco, enfim, todos os segmentos envolvidos fizeram um grande esforço para que a CASSI não quebrasse, mas a CASSI perdeu muito daquilo que fazia de atendimento, deixou de fazer determinado tipo de atendimento, passou a fazer determinadas consultas com limites, passou a fazer um tipo de atendimento que não era o anterior. Pode ser que

o anterior não fosse o ideal, pode ser que este seja o ideal e não questiono isso. O que eu vejo é que, naquele momento em que todos achavam que a CASSI estava numa situação muito grave, houve uma união de setores do Governo Federal - e não era o Governo do atual Presidente, era o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso ainda - houve uma união do Banco do Brasil, enquanto direção, e do segmento dos funcionários, que possibilitou a CASSI ser recuperada e continuar atendendo a mais de 200 mil pessoas, hoje.

Essa é uma consideração, que quero fazer porque quando falo que parece que quando aperta no calo o grito é igual. Tanto faz se é PSDB, se é PMDB, se é PT, se é Democratas, se é PPS. Acho que, às vezes, esse grito não deveria ser feito dessa forma, porque os servidores terão um prejuízo muito grande se não conseguirmos trazer à luz esse debate, com o mínimo de coerência, para sabermos se de fato existe um problema na ParanaPrevidência, qual é o problema; se não existe ótimo. Se de fato existe um problema no ICS e qual é o problema e se não existe que bom; mas se existe como está colocado, aqui, pelo Ministério Público Estadual, numa ação questionando inclusive a existência do próprio ICS, não podemos esperar que o Instituto Curitiba de Saúde feche para depois sair correndo atrás.

O que me parece, Deputado Dobrandino, e algumas vezes está acontecendo é você esperar que a situação fique tão ruim que qualquer coisa que venha acabe sendo aceita. Acho que aí é o pior dos mundos. Faço esse paralelo porque, como os Governos muitas vezes não tem distinção, ontem, o Prefeito Beto Richa que, aqui, duas vezes, inclusive com a sua contribuição, aprovamos projeto que prevê sanções à prática do assédio moral no âmbito do serviço público, por duas vezes aprovamos o projeto, por duas vezes ele foi vetado e não conseguimos derrubar o veto. Hoje, há uma outra iniciativa do fórum dos servidores, para coletar assinaturas e trazer esse projeto como um projeto de iniciativa popular. Pois bem, quando houve o veto, determinados Deputados, inclusive o Deputado que hoje é Vice-Prefeito, Deputado Luciano Ducci, votou a favor do projeto, votou contra o veto e se manifestou, logo no início do seu mandato, dizendo que era um absurdo que houvesse um veto ao projeto do assédio moral, que esse projeto que traria relações civilizadas dentro do âmbito do serviço público. Na sequência, representei esse projeto, o atual Vice-Prefeito Luciano Ducci não era mais Deputado, aprovamos e tivemos novamente o veto.

Qual não foi a nossa surpresa agora, quando a Câmara Municipal de Curitiba aprovou o projeto de assédio moral, de autoria da Vereadora Josete e o Prefeito Beto Richa vetou o projeto. Ora, ainda vou conversar se tiver oportunidade com o Vice-Prefeito, o que mudou? Quando era no estado era bom, quando na Prefeitura é ruim? Onde fica a coerência? Não é por outra razão que as pessoas cada vez acreditam mais em outras coisas que não naqueles que fazem política, porque há um zigue-

zague de posições muito grande. Quando está aqui há um voto de uma forma, como com as 30 horas. O ex-Deputado Luciano Ducci votou a favor, quando foi para a Prefeitura, não é mais a favor porque não cabe, administrativamente não pode.

Então, fico pensando se quisermos ter mais respeito, precisamos ter mais coerência também. Não é possível que dependendo da situação em que nos encontremos o projeto é bom para o estado e ruim para a Prefeitura ou é bom para a Prefeitura e ruim para o estado.

Aquele projeto que apresentamos aqui é exatamente o mesmo projeto que foi apresentado e aprovado na Câmara Municipal de Curitiba e vetado pelo Prefeito Beto Richa. Ou seja, é absolutamente incoerente que quem defendeu que o assédio moral era um mal que de certa forma cometiam os servidores públicos do estado do Paraná e por isso deveria ser erradicado. E agora depois de dois anos esse projeto engavetado, quando é aprovado na Câmara, vai o Prefeito e com os mesmos argumentos utilizados quatro anos atrás pelo Governador do Estado que não é seu aliado político, faz a mesma argumentação e veta o mesmo projeto. Fica difícil de entender.

Eram essas considerações, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próxima oradora inscrita, Deputada Luciana Rafagnin, por cinco minutos.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sra. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, dia 23 de junho, completou um ano que aconteceu um assassinato, casal de professores no município de Coronel Domingos Soares, na região sudoeste do Paraná. E no dia de ontem, várias Lideranças, o povo daquele município se mobilizou, realizou uma missa e também fez um manifesto cobrando que realmente esse crime seja desvendado.

Um ano e até agora não foi possível ainda identificar o assassino. O que circula é que foram mortos por engano porque são professores que nunca tiveram nenhum problema com ninguém, professores que tinham uma participação muito forte na Igreja.

No dia de ontem o município todo se mobilizou e cobra justiça. Também esperamos que esse crime possa ser desvendado. Já tivemos várias Audiências com o Secretário da Segurança, com o Delegado Renato. E a última Audiência que tivemos cerca de 15 dias atrás, o Delegado prometeu que está quase chegando ao final dessa investigação, está quase desvendando esse crime. E esperamos que isto realmente aconteça, para podermos dar uma resposta ao povo de Coronel Domingos Soares, aos familiares do Luiz e da Elaine que até agora não sabem o porquê da morte desse jovem casal de profes-

res e infelizmente até agora, então, nada foi desvendado. Fica aqui também o nosso pedido de justiça para que esse crime realmente seja desvendado e que o assassino ou assassinos sejam punidos.

Mas também uso da tribuna nesta tarde, Srs. Deputados, tendo em vista que no próximo dia 13 de julho o Presidente Lula fará o lançamento do Plano Safra 2008/2009, e está destinando para o PRONAF cerca de 13 bilhões. Treze bilhões de reais que vai para o PRONAF, que vai para o crédito da nossa agricultura familiar. Significa que estamos estimando, que cerca de mais de dois milhões de famílias sejam atendidas através do PRONAF.

A nossa agricultura familiar representa hoje cerca de 85% dos estabelecimentos do campo são considerados agricultores familiares, ou seja, 85% dos estabelecimentos rurais são da agricultura familiar.

A agricultura familiar também é responsável, por 70% do alimento colocado na mesa dos brasileiros e isto para nós diz muito. Por isso que o Governo Lula está criando muitos programas que vão do incentivo à produção e comercialização da agricultura familiar, tanto na questão do crédito, colocando recursos, criando novos programas. Também no próprio dia 13 de julho o Governo Lula estará anunciando o Programa Mais Alimentos, que é um Programa que está sendo criado pelo MDA, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, e que ele visa, ampliar a oferta de alimentos no país por meio do aumento de produção e produtividade da agricultura familiar.

Esse programa, com toda certeza, vai atender aos nossos agricultores familiares. É um programa que vem de encontro as necessidades, reivindicações que tem a nossa agricultura familiar, e ele deve ser investido, tanto na cultura do arroz, do milho, do feijão, da mandioca, do café e também terá uma linha de crédito no valor de até R\$ 100 mil para beneficiar em torno de um milhão de produtores rurais até 2010. Esse é um recurso que o Programa Mais Alimentos vai ter disponível e claro, que sabemos que esse recurso também não fica apenas na questão dos recursos, ou seja, mais crédito no banco, mas é um programa que vai trabalhar na questão da assistência técnica, que vai ter um investimento no melhoramento do solo, da pastagem, na questão de sementes. Isto tudo vai contribuir muito para que os nossos agricultores da agricultura familiar realmente possam produzir cada vez mais, tendo todo esse incentivo.

São cobranças que já vinham sendo feitas pelos nossos agricultores familiares, de uma maneira especial através das organizações da agricultura familiar e o Governo Lula vem atendendo e sentimos que cada vez mais o Governo Lula, está dando prioridade na agricultura familiar e a agricultura familiar esta, realmente, mudando também a cara do nosso país e ajudando o Brasil a se tornar um país um pouco mais igual.

Muito obrigado, Sra. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Ainda no Pequeno Expediente, próximo orador inscrito, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Antes porém, esta presidência gostaria de convidar para a reunião sobre o projeto que culmina no etanol, a partir da batata-doce, por proposição do Deputado Luiz Eduardo Cheida, Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, a realizar-se às 10h do dia 25 de junho de 2008, portanto amanhã, na sala de reuniões das Comissões do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury.

Sintam-se todos convidados.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sra. Presidente, Cida Borghetti, Sras e Srs. Deputados.

Tenho em minhas mãos, projeto de lei, na verdade a Mensagem nº 020/08, que foi encaminhada a esta Casa no dia de hoje e foi recebida pelo Presidente Nelson Justus. A nossa presidenta acaba de receber das mãos da assessoria porque chega, nesse momento, a mensagem que foi recebida pelo Deputado Nelson Justus e enviada pelo Governador Requião, V. Exas. estão me perguntando: O que é a mensagem? Vou explicar aqui porque é uma mensagem muito importante, é um anteprojeto e estavam presentes eu, o Deputado Enio Verri, depois o Deputado Alexandre Curi, além do Dr. Batista e, recebemos esta mensagem das mãos honradas do Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Dr. Luiz Fernando Delazari, além do Comandante Geral da Polícia Militar, o Coronel Anselmo e com eles estava o ex-Comandante da Polícia Militar o Coronel Nemésio Xavier que é o autor intelectual dessa proposta.

Esta é uma proposta extraordinária que muda uma regra que era perversa na nossa Polícia Militar e o nosso Governo depois de ter já conseguido avançar, romper barreiras porque V. Exas. sabem, até 2004, nós no Corpo de Bombeiros não tínhamos pessoas do gênero feminino, hoje nós temos. O Governo instituiu agora, pelo princípio do mérito, a possibilidade de alguém que ingressa como Soldado chegar a Coronel. Eu conversava inclusive com uma Sargenta, porque nós ainda temos que utilizar a terminologia que é a formal, mas conversava eu com uma moça que vai fazer o concurso agora para se tornar oficial, dentro do princípio do mérito. Mas o que é interessante, é que este projeto que nós recebemos e o compromisso do Presidente Nelson Justus é votarmos ainda neste 1º semestre é justamente uma alteração que é substancial na vida do policial militar. E de quem estamos falando? Da base, do Soldado, como V. Exas. sabem até hoje o policial militar para ser promovido ele tem que passar pelo curso de formação de Cabos e este curso é um curso que era difícilimo, era um concurso que tinha que ser feito.

Este projeto subverte esta ordem, subverte no bom sentido, subverte porque passa a ser um direito do Soldado que tem mais de 15 anos no efetivo exercício da função, passa ele a ter o direito de fazer o curso de formação de Cabos. E isso vai garantir o quê? O acesso à ascensão profissional e o projeto também tem uma lógica fantástica, porque todos sabemos que o Soldado, o policial militar quando completa 25 anos de serviço ele está chegando próximo de sua aposentadoria e por que ele quer aposentar? Porque dentro da lógica da aposentadoria do militar que é diferente da aposentadoria do servidor civil ele está próximo do limite máximo, do teto salarial. Agora, se formos observar a linha do tempo nós vamos verificar que justamente aquele profissional que completar os 25 anos e decidir ficar na força, continuar ele policial militar ele vai ter uma gratificação extraordinária, do ponto de vista salarial, porque ele vai passar a receber também, com o soldo. A diferença do soldo do Cabo.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Um minuto para V. Exa. concluir o seu pronunciamento, ou consulto a V. Exa. se deseja usar o horário da Liderança?

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

O horário da Liderança do PMDB.

(**Assentimento**)

O que ocorre na prática. Vamos ter uma modificação, porque o policial vai ser incentivado a justamente a transpor a barreira dos 25 anos, porque ele vai ganhar um salário maior. Ou seja, ele vai ter uma modificação na promoção, por quê? Aos Cabos e Soldados. É necessário estabelecer regras de transição para policiais militares, que na graduação de Cabo, 3º Sargento e 2º Sargento já contarem com mais de 26 anos, ou mais de 31 e estiveram no mínimo no ótimo comportamento, quando a edição da lei. Ou seja, eles vão, na verdade, passar a receber uma gratificação de 80% do valor do soldo do 3º sargento. O 3º Sargento vai passar a receber, quando chegar a 3º Sargento, com 30 anos, ele vai passar a receber gratificação do 2º Sargento. Isso sem fazer o curso de Sargento.

Então o que ocorre na prática, vamos ter um incentivo para que o policial militar, ao invés Soldado aos invés de permanecer como tem sido a regra, 25 anos do trabalho efetivo, ele vai ser incentivado salarialmente a permanecer 35 anos. Onde é positivo isso? Ele vai ganhar mais. Vamos ter profissionais melhor qualificados, sei que agora cinco mil já terão praticamente direito de fazer esse curso de formação de Cabos. Todos eles vão ter uma ascensão salarial, ganha maior estabilidade, a própria política, a ascensão, a motivação. Diria que a auto-estima do policial militar vai aumentar com essa regra aqui. Vamos ter gente mais qualificada e com mais tempo de exercício na função.

Experiência. Palavra que me socorre aqui, o Deputado Cheida. O policial militar bem formado, com experiência de vida, isso cria um diferencial fantástico aqui na nossa Polícia Militar do Estado do Paraná.

Quero dizer as V. Exas., que essa regra nova que estamos aqui recebendo hoje para Casa discutir e votar, não tenho dúvida que é uma grande inovação. Claro, ela tem que ser discutida, tem que ser debatida, mas tenho certeza absoluta, que o compromisso que o Presidente Nelson Justus assumiu é que nós possamos votar isso ainda nesse 1º semestre da Sessão Legislativa, para que possamos dar ao Governador o documento legal, o instrumento legal para que ele possa sancionando esse projeto de lei, fazer com que possamos dar a possibilidade de ter uma Polícia cada vez mais profissionalizada.

Outro dia, tínhamos discutido muito, sobre a questão da previdência do estado. Uma das coisas benéficas, Deputado Cheida, fazendo o policial permanecendo mais tempo, ganhamos mais, vamos ter de fato uma melhoria inclusive do desempenho do Plano de Custeio da Previdência, por conta claro que mais tempo vai ficar na ativa, menos tempo você vai ter que contratar novos policiais para repor aquele que aposenta. Ou seja, nós aqui estaremos prolongando o tempo de permanência do policial por conta não de uma obrigação legal, mas por conta de um incentivo salarial, de pagar melhor salário para esse profissional.

Já conversei com muitos policiais militares agora pela manhã e há um grande entusiasmo por parte dos policiais, por conta do que finalmente os Soldados vão ter reconhecido o seu direito. Daí da para reconhecer esse esforço que o Governador Requião faz para que nós possamos avançar mais, quando se tratar em qualificar e pagar melhor àqueles que dão a sua vida a favor do estado.

Quero aqui de novo dizer as V. Exas., quando nós aqui falamos em política salarial e discutimos temas importantes nesta Casa, eu tenho dito que este Governo, está tratando de resolver o que nós fomos encontrando ao longo do caminho. São temas que eram tabus. O primeiro, qual deles? O Corpo de Bombeiros, até 2004, não tinha mulheres como Bombeiras. Só do gênero masculino, só homens. Hoje, não. Hoje já temos mulheres integradas no Corpo de Bombeiros. O princípio do mérito, ou seja, entra como Soldado, faz o curso superior e pode virar Coronel e vai virar Coronel, tanto homens quanto mulheres.

Agora, esta ruptura. A pessoa não poderá ter acesso só pelo concurso, para formação de Cabo que é exigido para ter a promoção. Mas, tem o direito. Muda, inverte está lógica perversa que excluía a grande massa. Calcula-se que serão beneficiados, com esta lei que vamos votar aqui, cerca de cinco mil policiais que estão na ativa, atualmente. Vejam, só Curitiba. Sabemos, temos em Curitiba e região metropolitana cerca de cinco mil policiais militares. Deve ter mais ou menos 600 a 800 que são Oficiais, que têm uma patente de graduação superior,

e o restante, mais de quatro mil, pelo menos, são policiais militares, a grande massa, Soldados. Estes todos terão acesso. É um direito a este benefício, desta lei que estaremos apreciando e votando nos próximos dias.

É um grande avanço e indiscutivelmente, como é bom integrarmos um Governo e aqui nesta Casa dar sustentação a um Governador como o Roberto Requião, que se preocupa justamente em promover a superação destas profundas diferenças que temos no seio da sociedade. Muitas pessoas, quantas tantas sonharam em fazer o curso de formação de Cabos, ascender na carreira, fazer com melhor salário um curso superior e depois, efetivamente, se tornar um Oficial da Polícia Militar, terminar sua carreira com uma patente graduada, que vai lhe permitir além da dignidade, porque sinceramente, o Policial Militar trabalha por causa do soldo, do trabalho, remuneração é fundamental na vida de qualquer pessoa, mas quem escolhe a carreira policial não faz só por causa do salário, não. Faz por idealismo. Faz, porque entende que aquela profissão pode servir à comunidade. É uma pessoa respeitada pela sua família e pela comunidade.

Então, eu compreendo que quando um Governo como o nosso promove esta alteração significativa, nós vamos aumentar muito a expectativa do ponto de vista da auto-estima da nossa Corporação, que é a Polícia Militar, que é um grande exemplo para todos. E tenho que reconhecer, aqui, porque o próprio Governador tem feito, o atual Comandante tem feito, o próprio Secretário da Segurança, Luís Fernando Delazari, fez; estava inclusive acompanhando o ex-Comandante Xavier, porque foi ele o autor intelectual. Foi ele quem pensou esta mudança. O Coronel Xavier sempre trabalhou muito próximo à tropa. Ele foi um Oficial sempre muito presente. E isso fez com que ele tivesse, justamente, uma grande aspiração da Corporação.

Por isso entendo que esta Casa, saberá dar a resposta no tempo devido. Espero que possamos já na próxima terça-feira, na Comissão de Constituição e Justiça, analisar este projeto sob o aspecto da constitucionalidade e que na próxima semana, antes do dia 17, possamos votar este projeto de lei, transformando em lei a possibilidade do Policial Militar, Soldado, ter o direito de poder virar Cabo e depois virar Sargento, por conta do benefício que esta lei prevê.

A linha do tempo é para fazer permanecer mais tempo o policial na carreira. Não tenho dúvida de que isto é um grande avanço. Esta Casa vai apreciar este projeto de lei e se Deus quiser e o prazo permitir, vamos votar nesse 1º semestre e com isso o Paraná, vai ter a legislação mais avançada e que beneficia os seus servidores, Policiais Militares que prestam um grande e relevante serviço à população. Parabéns ao Governador Roberto Requião, ao Secretário Luiz Fernando Delazari, ao Coronel Anselmo, ao Coronel Xavier, e a todos os Oficiais da Polícia Militar e a todos que contribuíram para que pudéssemos ter um projeto tão bom!

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Dr. Batista, para que proceda a leitura da referida mensagem.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Dr. Batista**)

“Mensagem nº 020/08.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por esta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando acrescer e alterar os dispositivos que especifica, das Leis nºs 1943/54 (Código da Polícia Militar do Paraná), 5940/69 (Lei de Promoções de Praças), 6416/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná), assim como adotar outras providências.

É importante destacar que o Governo do Estado do Paraná tem implementado uma série de medidas no sentido de revitalizar, a estrutura afeta à Segurança Pública, cujos reflexos podem ser facilmente observados no âmbito da Polícia Militar.

Por certo, o tratamento valorativo destinado pelo Governo do Paraná aos integrantes da Polícia Militar, substanciado na aprovação da presente proposta, promoverá a necessária e fundamental motivação do efetivo policial militar, alcançando excelentes níveis de satisfação, com reais e positivos reflexos na Segurança Pública, beneficiando não só a Corporação, mas, sobretudo, a comunidade paranaense.

Por fim, cumpre enfatizar que além do efeito motivacional gerado sobre o efeito da Polícia Militar do Paraná, haverá um grande incentivo para a permanência no serviço ativo após os 25 anos de serviço, cujo benefício representará, sem sombra de dúvidas, adequada economia ao erário, diante da desnecessidade de se promover novas inclusões de pessoal, com os decorrentes custos com formação, salários e previdência.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(aa) Roberto Requião
Governador do Estado”

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães, por cinco minutos.

Deputado Plauto Miró (Partido Democratas)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sra. Presidente e Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna hoje é uma grande reportagem do jornal Gazeta do Povo, que traz uma matéria sobre a: “Mancha de pobreza nos municípios do estado do Paraná”. Aqui aponta que o levantamento foi feito pelo IPARDES e, naturalmente, avaliando a situação econômica da população do nosso estado. E essa mancha

abrange, em maior parte, municípios do centro e da região sul e também do norte pioneiro - são as regiões que denominaram de Caminhos de Tibagi, Cantuquiriguaçu, centro-sul, Norte Pioneiro, Paranacentro, região de União da Vitória, Vale do Ivaí e Vale da Ribeira.

Na verdade, Srs. Parlamentares, dos 399 municípios do Paraná, 113 estão dentro dessa mancha que foi apontada como a mancha da pobreza e o pior é que, nos últimos anos a diferença vem crescendo entre os mais pobres e os que têm um poder aquisitivo melhor.

Aqui na região Norte Pioneiro, 40% da população que vive nos municípios de Nova Santa Bárbara, Salto de Itararé, São Jerônimo da Serra, São José da Boa Vista e Sapopema vivem em nível de miséria. Recebendo menos de meio salário-mínimo. Isso foi o levantamento que o IPARDES fez. Quero deixar claro, um levantamento contratado pelo próprio Governo do Estado do Paraná.

Aqui no Vale da Ribeira, que é próximo a região metropolitana de Curitiba, tem 55% da população, vou repetir, 55% da população vive em nível de miséria. Só em Doutor Ulisses 69% da população está em nível de miséria. Vejam o quanto é preocupante. O estado do Paraná tão rico, mas tem nele, em determinadas regiões, que vivem em situação difícil.

Temos dados de Santo Antonio da Platina, um filho de um pequeno produtor que diz que vive com seu pai aposentado e ele está desempregado. E, num passado próximo, nos últimos 10 anos, eles exploravam uma pequena área que arrendavam e plantavam frutas. Só que, com a dificuldade de vender, de transportar sua produção, inviabilizou a atividade deles. Tiveram que entregar a área por não conseguir pagar o arrendamento. Então, a verdade é uma. Temos sérios problemas no estado do Paraná. Cabe aos Poderes constituídos investir nessas áreas, para fazer com que a população tenha uma condição de vida melhor.

Sra. Presidente, um terço do território paranaense está dentro dessa área.

O interessante é que vemos que o Governo, através da Secretaria de Planejamento, aponta que, nos próximos anos de Governo, deve investir recursos nessas áreas apontadas pelo IPARDES. Esperamos que isso aconteça. Porque o atual Governo do Estado do Paraná está já caminhando para o 6º ano de mandato e, naturalmente, os problemas crescem dia-a-dia.

E, com o discurso que o Governo do Estado do Paraná é voltado para o problema dos menos favorecidos, aguardamos que aconteça uma ação concreta, que o Governo invista recursos em obras de infra-estrutura, em ações de qualificação de mãos-de-obra, para que as pessoas que lá vivem, possam aprender uma profissão e ocupar o seu espaço dentro do mercado de trabalho.

Quero dizer que existe no estado do Paraná, como em outros estados brasileiros, uma ampla região de pobreza. E tem o Governador do Estado que investir e buscar soluções para essas famílias, que nessas regiões vivem.

Para vocês terem uma idéia, uma população de mais de um milhão e 800 mil paranaenses vivem dentro das áreas apontadas como a mancha da pobreza do estado do Paraná.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa aqui presente, senhoras e senhores telespectadores.

Sexta-feira, o Partido Republicano Brasileiro, aqui em Curitiba, teve a satisfação, de realizar a sua convenção municipal para sacramentar o nome e o número dos nossos candidatos às vagas de Vereadores da capital do estado do Paraná. Embora muitos tenham, no início da nossa construção municipal da chapa de Vereadores ou pré-candidatos, duvidado de que alcançaríamos uma performance tão grande como foi alcançada, fechamos a nossa chapa com 51 candidatos e não o fizemos na sua totalidade - que seriam 57 candidatos - em função, estrategicamente falando, de outros partidos terem optado por seis mulheres do Partido Republicano Brasileiro, o que já era previsto e faz parte desse jogo democrático, principalmente em ano eleitoral.

A convenção tratou, também, do apoio ao candidato à Prefeitura de Curitiba. Com uma margem vasta de votos, o Partido Republicano Brasileiro acordou com 75% dos votos favoráveis ao apoio à prefeiturável Gleisi Hoffmann do Partido dos Trabalhadores. Portanto, aqui em Curitiba, estaremos apoiando a candidatura do PT. Após a convenção, seguimos de viagem - eu e um grupo de assessores - ao oeste do estado, visitamos Toledo, cidade do nosso futuro Prefeito Elton Welter, ali participamos da convenção do Parlamentar, o que muito me alegrou, foi com muito prazer que ali estive, aprendendo bastante com a militância e com o grupo político do nosso amigo excelentíssimo ainda hoje Deputado, mas futuramente Prefeito Elton Welter.

Dali nós seguimos pela região, fomos para outros municípios, dos quais eu destaco Cascavel. Em Cascavel tivemos conversações muito adiantadas de apoio ao atual Prefeito de Cascavel e um café da manhã que reunia estudiosos de várias áreas, principalmente ambientalistas, Deputada Rosane Ferreira - o Partido Republicano tem sua ala verde também - e várias lideranças religiosas (Pastores, Pastorais, missionários). No café da manhã, depois de várias entrevistas, depois de explanar uma série de coisas concernentes ao pleito de 2008 e à maneira do Partido Republicano Brasileiro fazer política, tive o prazer de conhecer um cidadão fantástico, defensor do meio

ambiente, que me fez uma solicitação, a qual não poderia de forma alguma negar, a divulgação de sua opinião registrada no jornal Hoje de Cascavel, uma matéria propriamente dita voltada à defesa da nossa Amazônia.

Não vou ler na íntegra, Sra. Presidente, Srs. Deputados, porque a matéria é extremamente vasta, mas darei por lida a matéria para que seja inclusa nos Anais da Casa e lerei, apenas, nesses 19 segundos que me restam, o parágrafo inicial:

(Lê):

“SOS Planeta Terra do Sr. Gilnei Fróes, Presidente do Instituto Bering Fróes Eco Global.

Falo como qualquer cidadão planetário. E minha indignação pode ser traduzida em qualquer idioma. Falo como ser consciente dos seculares absurdos e atrocidades econômicas cometidas contra a ecológica Floresta Amazônica. Essa devastação é um aborto, contrariando a alquimia da natureza massacrada. Ecossistemas, habitat, seres de flora e fauna, matrizes de animais, ovos, ninhos, filhotes e seus alimentos são extirpados da selva. E as leis nacionais, que poderiam defender, preservar, conservar, impor respeito, são meras palavras mortas! Afinal: a floresta será extirpada na nação!?

De fato nasci no Brasil, mas temos antepassados europeus. E o código genético é porta-voz das decisões, criatividade, tendências, dons, espírito de solidariedade e irmandade que nos une. Quem lê artigos do projeto SOS Planeta Terra sabe que não aprovo a esperteza, a trapaça, o jeitinho, nem a soberania da incompetência. Ética que me custou muito sacrifício, época de estudante universitário. Fomos discriminados, mais do que poderia sofrer um escravo. E no auge da ditadura, sendo Presidente da Federação Acadêmica de Pelotas (70/2), órgão máximo da classe universitária, custaram-nos reprovações, perseguições, ameaças, detenções, atrasando só mais nove anos a nossa graduação. Crime? Defender a liberdade de pensar, discordar, mobilizar e defender princípios dos direitos e retidão humana.

O planeta Terra é só uma nação, com vários povos, múltiplos idiomas, diversos credos, muitas guerras infrutíferas, extrema ignorância e desrespeito humano, ganância desmedida a qualquer preço e instituições políticas falidas pela inoperância dos que deveriam ter consciência da fragilidade da “vida da natureza” e da “natureza da vida”. E a miséria ambiental - com desertificações, solos inférteis - é a origem da miséria humana - fome, violência, guerras. Por isso, nossos projetos comprovam que a energia da fraternidade pode ser universalista, consolidando uma planetária “fraternidade de energias” boas, concederem-se autonomia e apoio a institutos e fundações nacionais.

A Amazônica, sob ótica de patrimônio do Brasil, é tratada como mero objeto egoístico de posse. Todos os Governos não foram sérios em cuidar, zelar, proteger este cofre e santuário brasileiro e latino. E mais, quem quiser ajudar com projetos sérios, não é levado a sério no próprio ministério, pela falta de ética e ótica futurista. Cien-

tistas são vistos como sonhadores, alarmistas ou bobos! Será que, só os que passam pelo “poder temporário” - desprezando idéias, projetos da sociedade, ao desconhecer C&TI ou Gestão Ambiental produtiva - não abrem as portas para o futuro. Será que só as idéias oficiais é que valem? Será que conhecem que só na época do soberano Imperador Dom Pedro o Brasil impôs respeito aos nossos limítrofes amazônicos? Para quem escrevi o livro Dossiê da Amazônia? Satisfazer o ego? Ganhar fortunas? Ou levar cultura às bibliotecas de escolas e universidades?

A Amazônia é importante para a humanidade do planeta Terra, tanto quanto os oceanos com muitos nomes. Tem uma múltipla coleção de biodiversidade e funções reguladoras globais inseridas em seu poético manto florestal-aquático. A Amazônia tem minérios, flora e fauna exuberantes, povos com culturas indígenas raras. E seus rios são como veias e artérias que integram a filosofia Gaia, que não podem ser contaminados, assoreados, corrompidos, degradados, assassinados com suas ricas espécies de peixes, répteis e mamíferos. Todas as fortunas do mundo juntas e todo ouro, petróleo, diamantes, não pagam sua função reguladora climática, na exclusiva vocação de ser floresta.

Tampouco nem todo capital do sistema financeiro mundial, somado a fortunas de impérios empresariais, pode pagar as funções ecossistêmicas da floresta e seus seres. Tampouco as relíquias de arte do Louvre - ou de quaisquer museus ou bibliotecas de todos países - esculturas e telas de criatividade de Aleijadinho, Da Vinci, Toulouse Lautrec; ou obras musicais de Bach, Beethoven; ou direitos autorais dos Beatles ou nossa opera. O Guarani, (do maestro Carlos Gomes) podem pagar o valor de sua exuberância planetária da Amazônia? Sem dúvidas! Não! a floresta é de interesse global! E enfático: o que vale mais? O petróleo, ouro, diamantes, propriedades e o dinheiro? Ou a água, alimentos naturais e o oxigênio que as árvores nos dão? O amor é a plena certeza da posse? Ou a posse é a plena certeza de amar? Quem ama permite devastar seu objeto de posse? Esperaremos até a última árvore, para ter um atestado de óbito?

Nem a Torre Eiffel ou a Estátua da Liberdade produzem oxigênio, água ou plantas medicinais. E o petróleo só enriquece poucos e penaliza todos os cidadãos planetários - escravidão da high tech consumistas - com poluição ambiental. Por isso, a política ambiental do Governo deve direcionar apoio a ONGs nacionalistas. Temos gênios nacionais & criativos cientistas sufocados pela política da ignorância e pela ignorância política.

Herdamos grande parte das idéias, crenças, modelos, leis, impostos e opiniões. Herdamos hábitos e costumes mental-existenciais: religiões, vestimentas e partidos. Somos moldados pelo ambiente que nos circunda. Poluição, degradação, miséria humana e ambiental, fome, violência crescente! Quem foi criativo, autêntico, honesto e inovador não precisa de rótulo de rebelde. Por isso estou neste café histórico, senhor Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, temos

soluções. Por isso, poderemos continuar a conversa em Brasília?

Obrigado pelo convite oficial.”

E aí ele discorre sob a sua óptica, dizendo do valor que há na nossa preciosa Amazônica. E da matéria em si destaca apenas uma frase desse estudioso da preservação do meio ambiente: “O que mais vale, o petróleo, ouro, diamante, propriedades e o dinheiro ou a água, alimentos naturais e oxigênio que as árvores nos oferecem?” Com isso encerro meu pronunciamento ressaltando que seja dada por lida essa matéria.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Último orador no Pequeno Expediente, com a palavra Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, amigos da imprensa, cidadãos do Paraná.

Uso o Pequeno Expediente para falar de um Projeto de Lei, nº 279/08. E o projeto é extremamente polêmico, mas de grande importância. Fala assim: “Torna obrigatória a uniformidade de distribuição de verba de propaganda institucional”. Vou explicar: fica obrigatório em anos eleitorais, municipais e estaduais a uniformidade de distribuição de verba de propaganda institucional. As verbas de publicidade aplicada pelo Poder Executivo deverão ser distribuídas de maneira uniforme em todos os meses do ano e não centralizadas em períodos pré-eleitorais. Porque, estamos vendo senhores Deputados, em todo o estado de Paraná, abusos nesse sentido. Você liga a TV, o rádio e de minuto em minuto tem propaganda de Prefeituras em todo estado do Paraná. Curitiba, Ponta Grossa, Cascavel, Foz de Iguaçu e outros municípios. Ou seja, os Chefes do Poder Executivo, concentram toda verba de publicidade disponíveis nas Prefeituras e descarregam tudo no mês de junho. Claro, com evidentes motivos eleitorais.

Portanto, com este projeto o Poder Executivo terá a obrigatoriedade de destinar o mesmo valor da verba publicitária em janeiro, fevereiro, março, em todos os meses, com exceção dos três meses que antecedem a eleição, segundo a legislação eleitoral. Portanto, vamos acabar com esse abuso, gastam-se milhões de reais, dinheiro público, concentram toda essa verba em junho. Esta é a minha opinião pessoal. Gostaria muito de ouvir a opinião dos senhores Parlamentares porque tenho certeza absoluta que, em todas as cidades que os senhores Parlamentares representam, inclusive, vocês estão observando que as Prefeituras, o Governo do Estado, despeja todo volume de verbas publicitárias, somente nesses dois meses que antecedem o período eleitoral.

Portanto, com este projeto, com esta lei nós teremos uniformidade para todos, porque não sou contra a

publicidade legal. Pelo contrário. Eu acho que o Poder Executivo tem o direito e o dever...

O Sr. **Péricles de Mello (PT)**

Permite um aparte, Deputado?

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Gostaria muito de ouvi-lo, Deputado Péricles, mas é que estou no Pequeno Expediente, mas gostaria muito de ouvi-lo, gostaria de ampliar este debate, porque vocês podem prestar atenção, eu vou falar no horário da Liderança, mas é de extrema importância que façamos uma lei, aprovemos uma lei aqui na Assembléia Legislativa, para que esse tipo de abuso com o Poder Público, com o dinheiro público aconteça - os gastos excessivos em publicidade em apenas junho, dois meses antes do período eleitoral, claro, uma demonstração evidente de abuso eleitoral.

Era isto, Sra. Presidente, gostaria muito de discutir este assunto, de ampliar o debate, mesmo porque estou vendo que vários Parlamentares, vários Deputados gostariam de comentar a respeito deste assunto, mas eu acredito que até mesmo no horário do PP, quando estivermos conversando com o Deputado Belinati aqui na tribuna, vou ter a oportunidade de apartear-lo, porque acho realmente importante o debate deste assunto.

Claro que para este ano infelizmente a lei não estará em vigor, mas para os próximos anos eleitorais, teremos já a lei específica para este assunto.

Era isto, Sra. Presidente.

Grande Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Passa-se ao horário do Grande Expediente. Com a palavra o Deputado Jocelito Canto, por 15 minutos.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidenta, Srs. Deputados, Srs. e Sras, utilizo este horário hoje do Grande Expediente para tratar de alguns assuntos.

Primeiramente, queria dizer ao Deputado Marcelo Rangel que acho bom esse seu projeto. Acho que o projeto coíbe realmente os abusos em período de eleição. Agora mesmo estava lendo aqui os documentos que recebi visando as eleições de agora, as próximas eleições, e a Lei de Responsabilidade Fiscal, Deputado Cheida, V. Exa. que já foi Prefeito e não viveu a Lei de Responsabilidade Fiscal, eu vivi o começo dela um pouco ainda truncado.

Então, ela tem algumas interpretações daquele começo difícil, mas eu estava analisando ali agora alguns documentos que a minha assessoria prepara já para as eleições, e como é fantástico o fato de você cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O que a maioria dos Prefeitos fazem hoje, Deputado Péricles? O recurso entra geralmente no começo do ano, Deputado Marcelo Rangel, na Prefeitura, o IPTU entra em grande quantidade, e então, começa o ano o Prefeito está com saldo, com o caixa cheio. Aí, o que o Prefeito faz? Ele começa a gastar e muitos Prefeitos não cuidam que aquele dinheiro vai acabar em três, quatro meses e chega o final do ano e ele chega lá pelo mês de outubro ele já está sem dinheiro, porque ele já gastou o dinheiro antecipado. Aí, o que ele começa a fazer? Ele começa a enrolar os empenhos, não empenha mais nada para poder colocar a casa em ordem, onde geram as confusões que o Tribunal de Contas rejeita as contas.

Qual o caminho para isto? A lei é muito clara. Estou lendo com muita atenção a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ela determina que tudo aquilo que você recebe no município você tenha que apartar o que é conta de convênio e o que é conta que você recebe de outras receitas que, necessariamente, você tem que colocar naquelas contas convênio. Com isso você só pode gastar o que arrecada. Você vai deixar lá tanto por cento para Educação, tanto por cento para Saúde e já pode separar o salário dos servidores para não ter problema. Tenho que deixar lá 53% do orçamento, que é para pagar funcionário, 13º, férias, tenho que segurar esse dinheiro para chegar no fim do ano e ter tudo prontinho.

Então, a Lei de Responsabilidade determina o que o Prefeito pode gastar. Em publicidade ele pode gastar 2%, então tem que gastar em publicidade. Ele não pode usar aquela prerrogativa que a Câmara lhe dá de mexer no orçamento até 10 ou 15%, depende da Câmara, para você gastar em vez de 2, 5%. Aí que entra a lei que o Deputado Marcelo Rangel acaba de citar, os Prefeitos acabam gastando mais no período que antecede a eleição, isso está acontecendo em Ponta Grossa agora, vemos propaganda da Prefeitura em todas as rádios, em todos os jornais, até enche o saco de tanta propaganda que tem! Por quê? Porque tem aquela vontade de mostrar obras e se gasta além daquilo que podia!

Então, seu projeto tem o fundamento da LRF, ele determina que o governante não vai poder gastar aquele "x" a cada mês. Se ele gastar dois em janeiro tem que gastar dois em fevereiro e lá em dezembro tem que gastar dois, não pode gastar três. Sempre digo que a reeleição é horrível, mas a volta de um ex-Prefeito ao comando de uma Prefeitura, bem intencionado, é muito bom! Por quê? Porque a primeira vez você naturalmente não sabe nada, vai levar quatro anos para aprender! Agora, a volta de um Prefeito que já esteve lá e está bem intencionado, já não vai ter aquele problema de começo, ele já fez o começo, já vai para a segunda etapa, ele já tem experiência, desde que ele tenha responsabilidade e desde que ele tenha, acima de tudo, boa vontade e respeito à causa pública!

Administrar uma Prefeitura, hoje, é muito pior que uma empresa. A empresa é sua, se você errar, não tem problema. Agora, a coisa pública é do povo e aí você tem

sua responsabilidade! Por isso, seu projeto tem meu apoio, porque é um projeto que visa definir os recursos que a Prefeitura e o Estado têm e quanto deve ser aplicado. Isso vai acabar com a farra de se gastar dinheiro num período de eleição! acho que toda Lei de Responsabilidade determina isso: tanto por cento para o funcionalismo, tanto por cento para cá, tanto por cento para lá. Sobrou um dinheiro? Sobrou, pagou tudo, sobrou 5%, aí vou definir o que fazer com os 5%, vou botar na Educação, ou na Saúde. Aí o Prefeito, como agente político, define aonde vai o restante daquela verba. Não pode brincar de transparência, não existe isso, não existe mais, o Prefeito tem que mostrar na internet quanto gastou, todo dia! Prestação de contas diária, não é quadrimestre, não! O Prefeito que se preza, hoje, bota as suas contas diariamente na internet. Isso é fácil de fazer, as contas devem ser públicas, o Prefeito é um grande público, a Prefeitura não tem que esconder quanto tem em caixa, não tem que esconder nada!

A Prefeitura ou o estado têm que acabar com aquele negócio que o super Secretário tem o dinheiro guardado e ele paga quem quer. Quando começa a acontecer isso, naturalmente começa a corrupção, começa o cara a oferecer vantagem para fazer o pagamento, o que é ruim! Uma Prefeitura que se preze, hoje, deve cumprir, acima de tudo, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Pagamento de acordo com a compra. Só se compra, Deputado Belinati, o que se pode. V. Exa. vai sofrer muito, quando for Prefeito. V. Exa. é daqueles que está acostumado na rua, vamos sofrer também. Olha, tem que fazer isso, o senhor vai mandar fazer, não pode mais.

O Prefeito não pode fazer mais isso. Quero que faça aquilo: não pode fazer mais. Tem que olhar lá a Lei de Responsabilidade, tem que ver se tem recurso, mas quero que faça. Não é assim mais. O país mudou, os governantes não prestaram atenção nisso ainda. O público passa a ser público, tem que ser transparente. Não se pode mexer mais com dinheiro.

Prefeitura nenhuma que se preze usa mais dinheiro. Usa só transferências bancárias, para quem presta serviço. Prefeitura que se preze nem cheque usa mais, é tudo transferência bancária. Transfere da empresa que está fazendo a licitação para o outro.

Vou dar um exemplo: o Prefeito recebe meio milhão de recursos, em Brasília, para fazer uma obra. Tem o Governo que ele tem que botar 100 mil. O que os Prefeitos fazem? Eles pegam os 500 mil e começam a gastar. Depois eles põem os 100 mil. Está errado.

Hoje, para receber um recurso desse, o Prefeito tem que ter os 100 mil e no momento em que o Governo Federal coloca os 500 mil, ele coloca os 100 mil dele. Daí começa a pagar. Bem, tenho 600 mil, começo a pagar a obra que vai custar 580 mil.

A Lei de Responsabilidade determina ainda que o Prefeito pague pela ordem que fez as coisas. Ele fez uma obra primeiro, primeiro paga aquela obra. Ele comprou lá algum produto para a Prefeitura, paga primeiro aquilo

que comprou. Tem 100 mil em caixa, tenho que resolver se pago o fulano, A, B, C ou pago o meu amigo ou pago o outro. Não tem mais isso não. Acabou. Hoje tem que pagar de acordo com aquilo que você fez. É a lei.

Estou, exatamente, lendo isso, Dr. Batista, depois vou lhe passar, uma assessoria minha está trabalhando nesse caso, porque eu pedi um estudo muito profundo sobre a Lei de Responsabilidade. Estou estudando muito isso. Porque um Prefeito hoje é muito vigiado. Agora se ele tiver uma controladoria a altura e de responsabilidade, ele vai ser um grande Prefeito, porque ele vai ter o controle da máquina. Vai ter a situação da máquina.

Então esse projeto, Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. tem o meu apoio, e pode ter certeza, se eu vier a ser Prefeito de Ponta Grossa, vou implantar esse projeto porque está dentro da Lei de Responsabilidade. Ele já faz parte da Lei de Responsabilidade. O governante tem que gastar de acordo com a lei, não pode gastar mais. Antigamente podia à vontade, Belinati. Antigamente podia fazer tudo, hoje não pode fazer mais nada. Hoje tem que seguir os trâmites da lei. Porque senão por uma questão desse tamanhozinho aqui, que a Prefeitura errou tecnicamente, que nós pela primeira vez podemos ter uma justificativa. Errou uma vez tudo bem, não houve má-fé. Mas começar a errar muito, começa a se entender que houve má-fé.

Então para aqueles que estão me assistindo, me ouvindo e querem ser candidatos a Prefeito e estão se preparando para serem Prefeitos, não se pode mais trabalhar sem a devida atenção da Lei de Responsabilidade Fiscal.

E a questão pública de prestar conta? Especular, tem que prestar conta não mensalmente, tem que prestar conta diariamente. As contas da Prefeitura têm que estar lá. Uma coisa que nenhum Prefeito fez ainda, Deputado Marcelo Rangel, por exemplo, a Prefeitura de Ponta Grossa paga todo mês, está pagando financiamentos feitos de cinco gestões para trás. Está pagando asfalto lá, Prefeito Cunha. Agora a Prefeitura nunca mostrou isso publicamente, que vem descontado do ICMS do estado. Precisa mostrar: olha, esse mês eu paguei R\$ 100 mil, que é do asfalto que foi feito lá no Rio Verde, há 20 anos atrás. Eu paguei R\$ 50 mil que é um dinheiro que se fez um ginásio de esporte, do tempo do Jocelito. Estou pagando asfalto do tempo da Polícia Militar. Estou pagando centro de eventos do tempo do Wosgrau. E assim por diante.

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina, e vejo que V. Exa. está preocupado, depois vou lhe passar um estudo que estou fazendo, que não é difícil, basta ter a pessoa certa, no lugar certo, e pessoa que tem nome e sobrenome para cuidar das coisas públicas. Aí as coisas funcionam. Este é o tema que estou lendo, então podemos errar uma vez. Agora, errar duas vezes, é porque ou se tem má intenção ou porque é burro, mesmo. Ou porque é burro ou porque é mal intencionado. Agora, uma pessoa que já passou pelos problemas, ela deve ter a

devida responsabilidade para não pagar mais caro, depois.

Por isso, Deputado Verri, V. Exa. que é candidato a Prefeito, que já foi Secretário do Planejamento, que tem grande experiência nesta área, os Deputados que serão candidatos, é preciso ter muito cuidado com esta lei. Ela não é uma cobra perigosa, não. É uma minhoquinha, se bem cuidada. Agora, se não cuidar, depois ela faz confusão. Mas, nada que não se possa resolver.

Queria aproveitar hoje, e vou usar o horário do PTB também, para falar de um tema bom. Neste momento, S. Exa. o Governador Roberto Requião está de novo em Ponta Grossa. Está de marcação com Ponta Grossa, agora. Está lá neste momento, agora, cumprindo mais uma agenda de entrega de equipamentos. Eu pedi hoje à Regional de Saúde que me informasse o que é que foi feito em Ponta Grossa a partir do Governo Roberto Requião, somente no que se refere a UTIs. A gente vem brigando com as UTIs desde a reunião lá em Tibagi, quando se fez uma carta que a universidade levantou, quantas UTIs tinha em Ponta Grossa e levantou que tinha 18 leitos de UTI em 2002.

Em 2002, Ponta Grossa tinha 18 leitos de UTI sendo que um não funcionava. Mas, tinha 18. Em 2006 passou para 47 leitos de UTI. Em 2006! Em 2007, passou para 74. Agora, neste momento, estamos com 84 leitos de UTI em Ponta Grossa. Contando com as UTIs que neste momento estão sendo inauguradas em Ponta Grossa, leitos de UTI pediátricas.

E o hospital regional, quando estiver funcionando, deverá ter mais 30 leitos de UTI e mais dois serão instalados no Hospital João Vargas de Oliveira, de isolamento. São mais 32 leitos. Prevalecendo o total de quando estiver funcionando o hospital regional, que não está funcionando ainda, 116 leitos de UTI.

Mas, vamos falar do momento. Atualmente, 84 leitos funcionando. Hoje, 74. O Prefeito, neste momento com o Governador, inaugura mais leitos lá em Ponta Grossa. Mais 12 leitos, que não vão funcionar hoje, o Prefeito está inaugurando, mas dia 5 já não pode mais. Então, ele vai inaugurar hoje e começa a funcionar dia 7. Inaugura antes. Normal. O Prefeito quer fazer média. É preciso entender. Inaugura hoje e vai funcionar dia 7. Dia 7 está aí, estamos a 15 dias.

Vamos contar com as UTIs funcionando, 84 leitos. Para quem tinha 18 leitos em 2002, nós temos hoje 84 leitos, sendo que 74 estão funcionando e os 10 que estão sendo inaugurados neste momento começam a funcionar dia 7. Então, acho que é um avanço daquele problema nosso das UTIs, que tanta polêmica gerou e que eu não tenho dúvida nenhuma de que já melhorou e que por ocasião da vinda do hospital regional, porque o Governo Requião teve que fazer o quê?

Teve que recuperar os leitos que não foram colocados pelo Governo anterior, de 18 para 47, teve que colocar os seus também, de 74 para 84, e tem que pensar no futuro e daí vêm os leitos do hospital regional, que são

mais 30 e mais dois do Hospital da Criança, totalizando 32. Vamos chegar a 116 leitos de UTI em Ponta Grossa, o que razoavelmente é bom, poderia até ser melhor, mas acho que para quem tinha 18 leitos em 2002, nós estamos em 2008 com 74 leitos funcionando e mais 10 sendo colocados hoje em Ponta Grossa.

Então, é isso que eu queria comemorar! Leito de UTI não salva uma vida, mas é muito difícil você dizer para uma família que aquela senhora que vai entrar na UTI não teve a oportunidade de conseguir chegar na UTI. O leito de UTI muitas vezes não salva a vida, mas ele, pelo menos, dá à família o direito de uma última tentativa de salvar aquela vida.

Então, hoje esses números são maravilhosos, acredito que os investimentos em UTI são os mais importantes dos últimos anos na região de Ponta Grossa e não contei aqui ainda, mas temos que colocar os 10 leitos de UTI colocados em Telêmaco Borba, que iriam fechar e o estado teve que assumir e mais nove leitos de UTI que estão colocados na cidade de Castro e que estão funcionando. Porque quando funciona um leito de UTI em Castro, o pessoal de lá não vem para Ponta Grossa e o pessoal de Piraí não vem para Ponta Grossa, mas vai direito para Castro e de Tibagi vai para Castro ou vai para Telêmaco Borba. Então, a colocação estratégica desses 19 leitos no hospital de Telêmaco Borba e também em Castro acabam diminuindo a procura de leitos na cidade de Ponta Grossa e, conseqüentemente, também a colocação agora de leitos de UTIs neonatal, que não existiam em Ponta Grossa e temos 16 leitos e as pediátricas sendo colocadas neste momento agora em Ponta Grossa. Então, vejam que caminhamos para aquilo que não é a perfeição, mas é a melhoria no que se refere às UTIs.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Jocelito, primeiro agradeço pelo seu apoio ao meu projeto de lei, a respeito da uniformidade das verbas publicitárias em anos eleitorais realizadas pelo Poder Executivo!

Gostaria de dizer que também quero comemorar, juntamente com os meus eleitores, com os nossos ouvintes o avanço também nessa questão dos leitos de UTI, principalmente com relação aos leitos de UTIs pediátricas. Nós fizemos campanha no mesmo momento, e o senhor sabe que chegamos à Assembléia Legislativa falando muito sobre os problemas na área de Saúde na nossa região dos campos gerais. Pelo fato de hoje poderemos anunciar, principalmente a Bancada Governista, e aqui gostaria de deixar registrado, porque sou extremamente claro nos meus atos e com relação à minha personalidade, mas a Bancada Governista realmente precisa comemorar também esses avanços, mas como Deputado de Oposição também tenho o direito de comemorar, porque sou Parlamentar daquela região e principalmente pelo fato de termos feito tanta cobrança a respeito dos leitos de UTIs pediátricas para a cidade de Ponta Grossa.

Portanto, sinto-me feliz e também comemoro com os nossos eleitores, com as pessoas que depositaram confiança no meu nome e também nos Deputados, os Parlamentares da cidade de Ponta Grossa e da região dos campos gerais.

Muito obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado, Deputado Marcelo Rangel.

Quero me lembrar aqui e não posso me esquecer que certa vez estávamos aqui nesta Casa, acredito que fosse em 2004, e recebi a notícia que o então Vereador Leopoldo Cunha, que é seu assessor hoje, estava se deslocando de Ponta Grossa a pé, num protesto por falta de UTI. E eu, numa medida louca, me juntei a ele e viemos caminhando a pé até Curitiba. Foi a primeira caminhada pela Saúde. Levamos três dias caminhando.

Queria comemorar esses números, porque o importante é saber que 18 é menor que 74. E hoje o Prefeito está lá inaugurando e teremos 84 leitos em Ponta Grossa. Pediátricos, neonatal, adultos, isolamento. É uma beleza o que estamos vivendo neste momento. Não é a perfeição! A perfeição é ligar lá para a central de leitos e a moça dizer que estão sobrando leitos. Tem dias que sobra. Para quem começou com 18, está com 74 e, depois da inauguração de hoje, vai estar com 84. É, sem dúvida nenhuma, uma grande vitória.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Bloco PSB/PRB/PV; com a palavra o Deputado Ribas Carli.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Ribas Carli Filho (PSB)

O SR. RIBAS CARLI FILHO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero hoje fazer uma denúncia gravíssima no estado do Paraná, no que tange ao Instituto de Criminalística e aos IMLs da região central do Paraná, oeste, da região metropolitana de Curitiba, do noroeste, do norte, enfim, todo o estado do Paraná.

Vivemos, há tempo, uma fase de crise nesse setor. Faltam peritos, mão-de-obra especializada, médicos, faltam recursos humanos para atender as pessoas que, num momento de tristeza, e que mais precisam ser atendidos, providos pelo estado, nesse momento o estado deixa a desejar.

Vou dar um exemplo de cidades como Guarapuava, Cascavel, Foz do Iguaçu, que há mais de 10 anos se nomeiam peritos criminais. Não se renova a mão-de-obra. Por outro lado, existem em torno de 20 peritos cri-

minais que estão em vias de se aposentar, o que vai gerar um caos dentro dos Institutos de Criminalística e no IMLs do estado do Paraná.

O que quero atentar é que muitos peritos criminais cumprem o seu horário regular em uma cidade e precisam suprir a falta de funcionários, a falta de peritos de outras cidades, tendo que se deslocar, muitas vezes, de Paranaguá até a região central do Paraná, de Foz do Iguaçu, até o norte do Paraná. Isso tem causado um transtorno muito grande para as famílias que, com falta de peritos, com falta de médicos, de especialização, ficam com seu familiar, com seu ente querido que há pouco se perdeu, durante 10, 15, 20, 30 horas, em que o corpo fica à espera da liberação e à espera de um profissional para ser atendido.

Gostaria muito que os Deputados da base do Governo, os Deputados da Oposição, o Deputado Líder do Governo possam nos ajudar a intervir nessa questão que, tenho certeza, não é isolada, não é um problema isolado da minha região. Como Deputados Estaduais devemos cumprir nossas prerrogativas e defender os interesses da população.

Deputado Dobrandino, essa é uma questão grave que estamos levantando, que o Deputado Felipe Lucas levantou aqui, que o Deputado Douglas Fabrício, da região de Campo Mourão, já comentou sobre esse assunto. Sabemos da dificuldade de se contratar funcionários, da burocracia existente, muitas vezes, em concursos, mas é indispensável que o estado dê atenção a esses casos.

Quero fazer esse apelo para que se procure, aos poucos, normalizar a situação por meio de concursos, com nomeações. As Prefeituras têm ajudado, sendo provedoras de estagiários que fazem o serviço administrativo, o serviço burocrático, disponibilizando funcionários para ajudar o estado e não culpo isso, de forma alguma. Acredito que todos os entes, os municipais, o federal e os estaduais devem, sim, comungar dos serviços, devem se ajudar, devem participar, mas nós, realmente, Deputados, precisamos atentar para essa questão. A Secretaria da Segurança, a Secretaria da Administração, precisam atentar para esse problema que é gravíssimo. É muito triste ver as famílias que nos abordam, que vêm nos pedir ajuda no momento em que perdem o familiar e que esse familiar leva dias, muitas vezes, para ser liberado, o que tem causado um transtorno muito grande para todas as famílias.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Carli, agradeço seu aparte e parabênizo V. Exa. pelo pronunciamento. Realmente a situação do Instituto Médico Legal do Paraná é dramática. Sabemos da dificuldade que estão passando e imagino que o Governo não medirá esforços para reverter a situação. É grave e não é de agora. Como V. Exa. citou, a minha

cidade de Foz do Iguaçu, queria dizer que deve ser uma exceção, porque tenho acompanhado de perto e, desde a época em que eu era Prefeito, fizemos um convênio com a Secretaria da Segurança e aparelhamos o IML em Foz. Há pouco tempo pedi ao Instituto e nomearam mais um médico em Foz do Iguaçu.

Foz do Iguaçu tem dado condições de atender, se não o ideal, mas muito próximo disso. Imagino que é uma exceção, mas Foz do Iguaçu não está nas mesmas condições em que se encontram os demais IMLs do estado do Paraná.

Parabéns pelo seu discurso e obrigado pelo aparte.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Agradeço o aparte do Deputado Dobrandino. Talvez não esteja, também, ainda perto do ideal e acredito que seja, talvez, quase que uma exceção, Deputado Dobrandino, porque nessas questões, quando tratamos da vida, diretamente da vida do cidadão paranaense, o estado deve prover o ideal, deve prover ao cidadão paranaense a excelência em atendimento no momento em que o cidadão morre e a família padece e precisa de um atendimento. Isso que queremos: a melhoria do atendimento. Sabemos das dificuldades existentes.

Faço aqui de uma forma crítica, mas quero sugerir para que dessem uma atenção maior ao setor de criminalística do estado. Tenho notícias, através de jornais que circulam nas regiões do estado, que em Umuarama, Guarapuava, Cascavel, fala-se em fechar o Instituto de Criminalística dessas regiões. Quero fazer um apelo para que, urgentemente, tomem iniciativas que possamos ter uma contra-medida para tudo isso que vem acontecendo. Para que, no mínimo, as regiões que estão carentes de atendimento, possam chegar talvez perto do ideal, como hoje acontece em Foz do Iguaçu.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel, e na sequência ao Deputado Elton Welter.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Agradeço, Deputado, pela oportunidade de me manifestar também. Há cerca de duas semanas atrás trouxemos também a mesma denúncia, porque na região dos campos gerais está acontecendo o mesmo problema. Parece-me que esse problema se estende a todo o Paraná.

Na região dos campos gerais, o IML da cidade de Ponta Grossa atende cerca de quase 30 municípios e tem apenas cinco funcionários. E o Diretor nos disse que se até o dia 30 o Governo do Estado não tomar medidas sérias e emergenciais, o IML, um serviço público e essencial ao nosso povo, irá fechar.

Agora, estava acompanhando algumas notícias do passado, não foi por falta de aviso, Deputado Ribas Carli, já avisamos através da Assembléia Legislativa várias e várias vezes nos pronunciamentos. E no ano passado, uma comitiva, representantes do governo vistoriaram o IML e prometeram providências. E até hoje, absolutamente nada.

Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Agradeço Deputado Marcelo Rangel e quero aqui ser coerente no meu pronunciamento. Isso não vem de um, dois, ou cinco anos atrás, esse problema passa dos 10 anos, esse descuido com o Instituto de Criminalística e o IML do Paraná. As nomeações, concursos, contratações deveriam ser atentadas há muito mais tempo. Há mais de 10 anos que esse cuidado deveria ser feito.

Quero aqui fazer um apelo ao Governo do Estado, à Secretaria de Segurança, aos Deputados, a todos que nos acompanham: que tomem atitudes cabíveis e urgentes para sanarmos o problema.

O Sr. Elton Welter (PT)

O concurso público para os legistas foi feito e está *sub judice*, por isso não foram contratados. Mas a princípio não foram contratados. Mas a princípio se houver a solução jurídica, acredito que a nomeação deverá ser breve.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Antonio Belinati no horário do PP.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, Deputada Rosane, Deputado Tadeu Veneri, Deputadas, Deputados, comitê de imprensa, pessoal que visita a Assembléia.

Inicialmente parabenizar essa pessoa inteligente, aguerrida, muito atuante aqui, uma Liderança que veio com tanto entusiasmo que é o Deputado Marcelo Rangel, pela oportunidade, pela felicidade do seu projeto de lei para dar um pouco de descanso às famílias que à noite, depois de um dia puxado de trabalho querem sentar no sofá, assistir uma televisão e chega a arder os olhos e ouvidos o excesso de publicidade chapa branca. Temos notado que tem horas que dá a impressão até que a novela não vai voltar, que o Jornal Nacional não vai voltar, de tanta propaganda, de tantos Prefeitos que estão usando descaradamente o dinheiro público. É uma promoção pessoal. Quer queira, quer não, mas é uma promoção pessoal do Prefeito.

É aquela velha história - você entra no cargo e começa a falar mal de quem, indiretamente de quem saiu. Ele é o bom. Ele é o todo poderoso, não é isso, Dobrandino. O que chega, lá para trás ninguém fez nada, um bando de incompetentes. Que o bom é ele que está no poder. E dá-lhe dinheiro público, e dá-lhe publicidade oficial, dinheiro que faz falta para creche, para o Bolsa-Saúde, para melhorar a escola, tanta obra que dá para fazer.

Fico imaginando - quando era Prefeito de Londrina, uma das maiores cidades do Brasil, quero confes-

sar uma fraqueza, muitas vezes eu tinha vontade, quero crer que o Cheida também tinha esta vontade, de colocar a propaganda da Prefeitura na Rede Globo. Quem não sabe que a Globo é líder absoluta de audiência, heim, Deputado Cheida? Mas quando víamos quanto iria custar para produzir o marketing e para poder jogar a propaganda do município na tela da Globo e evidentemente dos demais canais, muitas vezes recuávamos e ficávamos de fora.

No entanto, agora, Londrina, o Deputado Cheida deve estar acompanhando, é a noite inteira a propaganda. Começa de madrugada e vai até a madrugada do dia seguinte.

Então, Deputado Marcelo Rangel, acho que o projeto de V. Exa. é muito bom. V. Exa. não quer proibir propaganda até os 90 dias que antecedem as eleições. V. Exa, quer disciplinar. O que gastou na média de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho não se poderia gastar, descarregar tudo na época de eleição.

E muitas vezes o prefeito na empolgação, para querer se promover, ele larga uma conta maior do que uma jamanta para o sucessor pagar. E daí se o sucessor não pagar ele se queima com a televisão, se queima com o dono do jornal, se queima como o dono da emissora de rádio.

Parabéns pelo projeto de V. Exa.

Sr. Presidente, a notícia não é boa para os consumidores de energia elétrica da COPEL. A conta já está tão cara a conta de luz e a COPEL está com bilhões de dinheiro no caixa, tanto é que queria construir novas praças de pedágio no Paraná, investindo bilhões, e a notícia é que a conta que está chegando, a conta de luz, vem com mais um ferro, vem mais salgada, mais apimentada para furar de vez o bolso do povo trabalhador do nosso Paraná.

É uma pena, se a COPEL tem tantos bilhões no caixa para que aumentar ainda mais a conta de luz do povo? Por quê? A empresa está quebrada? Não está. A empresa está precisando de dinheiro para se estabilizar? Não está, porque o próprio Governo e parabéns ao Governo que anuncia que a COPEL tem muitos e muitos bilhões de reais em caixa.

Então, era a hora de um entendimento, de um gesto respeitoso e até humanitário com o nosso povo de não aumentar mais esta conta de luz, não.

Nossa crítica, nosso lamento. É lógico que vamos ficar apenas aqui na tristeza, lamentando, criticando esse aumento. Minha gente, quantas vezes aquele caminhãozinho da COPEL aquela caminhonete toda equipada para na porta da casa do cidadão e corta a energia elétrica e o dono-da-casa, com vergonha, tenta mentir para a vizinhança que queimou o fusível, que a instalação está com defeito, de vergonha de contar que o defeito é econômico, porque não pagou, a COPEL não perdoa mesmo.

Então, vai acontecer, é inevitável que muita gente vai comprar menos pão, vai comprar menos leite, vai colocar menos comida na panela para poder guardar o dinheirinho sagrado para a COPEL porque, ou paga ou

fica na escuridão! Na minha visão não era hora não, a COPEL não tem necessidade desta notícia que não agrada ninguém, só agrada a diretoria da COPEL. Mais um aumento, a partir da conta de luz, que vai começar a chegar para os consumidores de energia elétrica do Paraná.

Sr. Presidente, se botar a Polícia na entrada de Santa Felicidade, domingo, vamos ter que reservar toda a área da Amazônia para botar os presos. Agora, pela nova Lei de Trânsito, se o sujeito tiver, deixe ver se eu entendi aqui - eu não bebo nada de bebida alcoólica - se fizer o exame no motorista e encontrar seis decigramas de álcool para cada litro de sangue, o cidadão pode ficar de seis meses a três anos na cadeia, paga uma multa pesada. Meu Deus do céu! Seis decigramas de álcool no sangue equivale a uma latinha de cerveja! Eu não bebo e posso falar com toda tranqüilidade, não estou aqui para defender porque quero beber, nunca bebi, acho que estou encerrando a vida e não vou entrar agora nesse vício. Mas, Sr. Presidente, estou citando Santa Felicidade, é lógico, parece uma brincadeira, a medida é bem intencionada, mas será que o Presidente Lula vai ter pulso firme para agüentar a mão? Você vai num casamento aqui em Santa Felicidade ou num buffet, quando a Polícia parar todos convidados prende até o noivo, prende a noiva! Tomou uma latinha de cerveja, vai preso! O noivo vai curtir a lua-de-mel, três anos na cadeia, com apenas uma latinha de cerveja. Esta na lei! Três anos de cadeia, mais a multa pesada etc., e etc.

O Presidente Lula, lá atrás, se precipitou, tomou uma série de medidas para proibir a venda de bebida alcoólica na beira das rodovias, houve pressão, bagunçou tudo, já mudou a lei, reformulou, alterou!

Agora vem a grande pergunta, essa nós queremos ver: será que a Polícia vai fiscalizar cidadão por cidadão? Curitiba tem quase 2 milhões de habitantes. Tenho impressão que em cada final de semana vai ter que ter cadeia para prender 1 milhão de curitibanos, 1 milhão! Então é isso, Sr. Presidente, vai ter que reservar a mata da Amazônia e fazer ali uma prisão coletiva para prender os milhões e milhões de brasileiros. A medida é boa, porque sabemos quanta desgraça a bebida provoca, quantos acidentes, gente que pega o carro, perde o controle do carro, atropela gente que está na calçada, no ponto do ônibus, invade escola, todo canto! Então, somos totalmente contrários, radicalmente contrários a pessoas que abusam do álcool e saem por aí com sua maluquice em alta velocidade, dando cavalo-de-pau! Este final de semana, em Curitiba, uma Ferrari trombou com um Mustang. Olha o preço do carro, uma Ferrari se destruiu numa batida com um Mustang. O que eles estavam fazendo? Dando cavalo-de-pau. E para dar cavalo-de-pau, parece que o combustível do piloto do carro quase sempre é a bebida alcoólica ou a própria droga! Sr. Presidente, agora fica aqui uma interrogação: o Presidente Lula vai agüentar o tranco?

Aliás, o Presidente Lula precisa botar uma gradinha em volta da cama dele porque, coitada da Dona Marisa, caiu da cama. Coitada! Tem que fazer igual a cama de bebê para a coitada da mulher não cair mais. Não sei porquê ela caiu, se o Presidente estava rolando muito na cama, empurrou a Dona Marisa Letícia sem querer, a coitada caiu da cama. Bota uma gradinha para bebê ali e a mulher não cai mais!

Com o aparte o Deputado Malucelli.

O Sr. Luiz Malucelli (PSDB)

Parabéns, Deputado Belinati, o senhor é realmente um ícone da política paranaense!

Deputado Belinati, gostaria de voltar na questão da COPEL, até faria uma desafio para nós mesmos, Deputados, quem sabe eu e o senhor, por que não fazemos um projeto de lei para que o pequeno e microempresário possa pagar a luz em duas vezes, por exemplo? Porque a luz vem bem no momento em que tem que pagar os funcionários. Os funcionários que têm, mais os encargos e os tributos federais, estaduais e municipais.

Fica aqui o meu desafio para nós, porque não fazemos uma lei - se passar pela Comissão de Justiça - que divida, se for pequena e microempresa, até um determinado faturamento, que se divida em duas vezes. A COPEL não perde receita.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Obrigado, Presidente Nelson Justus, com a nossa crítica com o aumento de luz. O nosso desejo é que o Lula mande arrumar essa cama para a dona Marisa não cair mais.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, no horário do PT, o Deputado Enio Verri.

Liderança do PT: Deputado Enio Verri

O SR. ENIO VERRI

Sr. Presidente e Srs. Deputados, ontem durante o evento, que o Deputado Nishimori me deu a honra de participar e coordenar, trabalhando com 100 anos de IMIN, o Deputado Romanelli usou um termo que julguei bastante importante na análise do desenvolvimento do Paraná e do Brasil, o chamado processo civilizatório.

Uma obra de Darci Ribeiro, que entrou para a história do nosso país. Quando se pensa no processo civilizatório, se pensa necessariamente em como se organiza um país, um estado, como as pessoas vivem. Penso mais até como economista, penso que quando se pensa em processo civilizatório, pensamos em como se faz, como se produz a riqueza de um país.

Ainda como Deputado do PT, mais preocupado ainda como se distribui a riqueza de um país, de uma

região. São as escolhas políticas que se fazem que determinam a distribuição dessa riqueza.

Ficamos muito tempo em nosso país, acreditando que o mercado resolve tudo, que o estado mínimo é fundamental, que a iniciativa privada, ela só é a procura do lucro faz com que se construa um país e um estado desenvolvido, uma sociedade mais justa. Se consiga de fato distribuir renda e melhorar a vida das pessoas.

Chega-se a conclusão quando vemos os 500 anos de Brasil, vemos que essa prática o resultado foi exatamente o oposto, temos um país pobre, com uma renda concentrada e com regiões ricas e regiões pobres. Quando você olha o país como um todo, encontra isso de maneira muito clara, quando se olha o sul do país e quando se olha o nordeste.

Nós sabemos o que acontece no nordeste, não tem nada a ver com a seca, com a religião, com a cultura, tem a ver com a distribuição de renda, tem a ver com a maneira que esse país se desenvolveu, como as políticas públicas foram aplicadas em nosso país. O grande mérito do Presidente Lula na produção de colocar em nosso país, o Plano de Aceleração do Crescimento.

O PAC, já disse isso aqui antes, ele é muito mais do que você pegar o orçamento do país, pegar o dinheiro, colocar o nome e colocar na televisão, nos jornais e dizer que agora sim o país vai mudar.

O PAC é um grande projeto de desenvolvimento econômico social deste país, que faz não só olhar o país a partir do nordeste, do norte, ou do sul, mas de olhar o país dentro do litoral para o interior. Porque um país subdesenvolvido como o nosso subjulgado há tantos anos, que foi colonizado, é comum que você tenha o litoral mais desenvolvido, e no interior muito menos desenvolvido, muito mais justo.

Nesse desempenho o PAC vem para mudar a realidade da pobreza regional, da concentração de renda local que existe de tal forma não só aqui no Paraná, mas como em todo o país.

O Sr. Elton Welter (PT) (Aparte)

V. Exa. está num raciocínio muito interessante em relação ao PAC e neste momento conjuntural do país, iniciou sua fala falando da questão como um todo do país e nós falávamos antes do momento no qual vive o país, desta questão do crescimento, onde a preocupação da parte da economia, V. Exa. tem conhecimento profundo na área da economia, temos que tomar medidas, agora, que devam aparentemente conter o crescimento para não haver inflação, conter o consumo. Quem diria que nós iríamos adotar uma política como esta, para evitar maiores problemas, com relação à estabilidade e o crescimento duradouro do país. É um momento ímpar o qual vivemos, e certamente o que puxou isto foi esta ação bem planejada do PAC.

O SR. ENIO VERRI (PT)

Sim, Deputado, foi de uma clareza muito grande do nosso Presidente, ao perceber que se tem que ter uma

opção muito clara de classe social, também, quando se faz uma política pública. Mas, adiantando, o que se percebe é que o PAC faz um processo de integração nacional, um processo de relação leste-oeste, norte-sul, que faz com que se diminuam as desigualdades regionais, as diferenças sociais e que se tenha, de fato, um país mais justo.

O Paraná não é diferente. O nobre colega, Deputado Plauto Miró Guimarães, que me antecedeu, trabalhou com um artigo que saiu na Gazeta do Povo de hoje sobre uma mancha de pobreza que desafia o Paraná. Na verdade, se pegarmos a literatura sobre a economia do nosso estado, podemos perceber três grandes momentos. Uma época que se dizia que eram três Paranas. Os três Paranas, basicamente, eram o Paraná político, região de Curitiba, Paranaguá, até Ponta Grossa. Tínhamos o Paraná dinâmico, desenvolvido, que era nosso norte do Paraná, Londrina, Maringá e toda aquela região, graças ao café. E tínhamos o Paraná sudoeste, que graças ao povo de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que por lá entraram nos anos 40 e 50, fizeram com que se desenvolvesse de uma outra maneira.

Nos anos 90, graças a uma política neoliberal, em especial na segunda metade dos anos 90, que foi aplicada neste estado, na aplicação de uma política de estado mínimo e acreditar que a lei de oferta e procura resolveria tudo, estes três grandes Paranas transformaram-se em só dois Paranas. Um Paraná dinâmico, competitivo, industrializado, que pegava até Ponta Grossa. Se pegasse Curitiba e rodasse 100 quilômetros, teríamos a cada lado o Paraná dinâmico, industrializado, com centros de pesquisa, universidades. E tínhamos o resto do Paraná, a procura de qual o caminho do seu desenvolvimento, de qual a solução para que nossas regiões pudessem se desenvolver.

Final da década de 90, início de 2000. Não temos três, não temos dois, temos vários Paranas. Um estudo do IPARDES que consta aqui e que tive a oportunidade de estudar, que consta deste jornal, mostra que não temos mais nem três nem dois, mas temos um Paraná muito mais difícil. O resultado deste período neoliberal aumentou o empobrecimento do nosso estado, de tal maneira que de 399 municípios, 127 municípios são extremamente pobres, passando por grandes necessidades, com Índice de Desenvolvimento Humano pior que os piores municípios de Alagoas, de Sergipe, do Piauí, qual estado queiram, porque passam tantas dificuldades no nordeste.

Isso, primeiramente, é resultado de políticas públicas mal aplicadas, políticas públicas preocupadas em atender uma minoria, que se preocuparam com capital e não com o conjunto da sociedade. Neste desenho, foi construído pelo Governador Roberto Requião o seu plano de desenvolvimento econômico anunciado no ano passado. Um plano que prioriza estes 127 municípios, que entende que o Paraná precisa crescer como um todo. Só que para ele crescer como um todo, tem regiões que merecem uma atenção especial. E esta região, chamada centro expandido, composta por 127 municípios, que inclui a sua região também, tem um atendimento especial.

O Banco Social, com sua linha de crédito, é só naquela região. As políticas de Trator Solidário, prioritariamente naquela região, pega-se os recursos da Secretaria da Agricultura, onde fortalece a agricultura familiar, os assentamentos, prioritariamente nessa região.

Quero ressaltar dois grandes investimentos: a Usina de Mauá, em que pese todo o debate a ser resolvido, da questão ecológica, que será um investimento de R\$ 1 bilhão naquela região, que irá mudar a cara daquela região, não só pelas obras que geram emprego, mas após a obra pronta, os royalties que os municípios receberão e a dinâmica econômica que aquela região vai receber. Em segundo, foi encontrado na região de Campo Magro, gás para 10 anos, o que não permite um gasoduto, mas por caminhão permitirá a exploração desse gás junto com a COMPAGAS, a nossa estatal, e a PETROBRAS, o que irá dinamizar totalmente aquela região. Tínhamos um problema com a BR-153, a chamada Transbrasiliana, que não chegava até essa região e hoje o Governador assinou, então, uma autorização para o DER, em conjunto com a PETROBRAS, para que façam a estrada que liga essa região, fazendo então com que o acesso a esse gás seja possível e fazendo com que essa região seja totalmente dinamizada.

Portanto, caros Deputados e Deputadas, passamos, a partir de hoje, a aprofundar ainda mais esse novo momento que o Paraná vive, não só como Brasil, que está mudando a cara deste país, diminuindo as diferenças regionais e sociais, mas no nosso estado também. Acredito e tenho confiança que em cinco anos esse mapa estará muito reduzido. Não estará extinto, porque o que se levou pouco tempo para empobrecer, levará muitos anos para se recuperar, mas acredito que persistir com políticas públicas, como são aplicadas pelo Governo Requião, somadas às grandes políticas públicas do Governo Lula, teremos o que acontece no Brasil, acontecendo nesses 127 municípios.

Portanto, só quero aqui, de novo, ressaltar que essa política de desenvolvimento econômico com recursos do Governo Estadual será de R\$ 18 bilhões e mais os R\$ 11 bilhões do Plano de Aceleração do Crescimento do Governo Lula. Disso, mais de 30% serão exatamente somente para os 127 municípios, mostrando que a preocupação que é colocada pela imprensa, a preocupação colocada por esta Casa, tem razão, é necessário que se preocupe, mas o Governo está procurando os melhores caminhos para resolver.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário da Liderança do PPS, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Deputado Nelson Justus, Presidente, Deputada Rosane, Deputado Tadeu Veneri, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, comitê de imprensa, senhoras e senhores.

Ouvi há pouco alguns Deputados se pronunciando e falando do Governador, que está hoje no interior do estado levando obras, levando ambulâncias, levando equipamentos para a área da Saúde. Então, agora o pronunciamento está dizendo: ele está fazendo. Mas, quero ressaltar duas coisas. Primeiro, lembrar à população que é ano de eleição e em ano de eleição quem está no Poder - e aí vale para todos os partidos - faz aquele barulho de inaugurações, de eventos e que a coisa está acontecendo. Não sei se querem mudar a opinião da população ou o quê querem fazer! Acho que deveríamos ter essas inaugurações, essas ações em todos os anos ou ter eleição em todos os anos, porque daí a população sempre iria ganhar, porque me parece que as coisas acontecem só em ano de eleição.

Mas, com relação à Saúde, quero deixar aqui também o registro, que tivemos um trabalho muito forte na área da saúde desde o 1º ano aqui na Assembleia Legislativa, principalmente focamos o nosso trabalho nas Santas Casas de Saúde do Estado do Paraná, sendo que são 18 Santas Casa e Maringá também tem uma. Na nossa região, a Santa Casa de Campo Mourão, quando cheguei nesta Assembleia a notícia que tínhamos lá era que a Santa Casa iria fechar, porque não tinha o apoio necessário do Governo Municipal e também nem do Governo Estadual, sendo que inclusive tinha atrasos de repasse do Governo Estadual. Não estava repassando o dinheiro que tinha o compromisso de repassar mensalmente.

Fizemos uma Audiência Pública para tratar da Saúde Pública, com diversos Deputados da Comissão de Saúde. Reunião com os Diretores da Santa Casa de Goioerê e na Câmara Municipal com os Vereadores daquela cidade. Resultado desse trabalho - a Santa Casa não fechou. O Governo passou a repassar o dinheiro mensalmente, inclusive ampliou o valor de repasse, e com isso vai se atendendo os pacientes que necessitam da Santa Casa.

E agora fiquei sabendo que o Governador Roberto Requião vai, daqui a alguns dias, levar equipamentos para a Santa Casa. Por quê? Porque nós, na hora da discussão do orçamento do estado, colocamos emendas, que foram aprovadas por todos os Deputados, ao orçamento do estado, privilegiando verbas para as Santas Casas. Então, o Governador vai lá atender o nosso pedido e ficamos felizes com isso.

Só quero deixar destacado que foi com o apoio de todos os Deputados, um trabalho nosso em defender a região de Campo Mourão, para que a Santa Casa atendesse sempre os pacientes, porque todos precisam. E os que mais

precisam são as pessoas mais pobres. O Governador Roberto Requião está indo aos municípios, porque os Deputados fizeram um movimento para cobrar recursos para as Santas Casas do Paraná. O nosso compromisso está sendo honrado com isso.

Quero falar também da Segurança Pública. Fizemos na região uma Audiência para tratar desse tema, porque lá aumentou o número de assassinatos, em relação ao ano passado. Só nesse último final de semana, em Campo Mourão, foram assassinadas duas pessoas. As conversas que existem nos bastidores é que o problema é droga.

Conseguimos 40 novos policiais. Compromisso do Governo. Esses policiais já foram designados para lá. Presenciei, nesse final de semana, eles fazendo um treinamento lá no SESC. Fui lá e contei os policiais, só tem 38. Não tem 40 policiais. O Governo ainda está devendo dois policiais para a nossa região. Quero deixar aqui esse registro, por enquanto só tem 38 policiais.

Por último, como é época das convenções dos partidos políticos, estive participando de três convenções nesse final de semana. Uma em Quinta do Sol e teremos como candidato a Prefeito o Sr. Antonio Roberto de Assis, do PPS, e a Vice-Prefeito o Sr. João Cláudio Romero, do PP, juntamente com o PSB, PP, PDT, DEM, PTC e PSDB.

Também participamos em Moreira Sales, PPS e PSL estão fazendo uma coligação para ter candidato a Prefeito e a Vice-Prefeito. Mas o grande evento da região foi a convenção de Campo Mourão. E quero aqui fazer o registro e agradecimento aos Presidentes desses partidos em nível estadual e os Deputados desses partidos, aqui da Assembléia Legislativa: PPS, PTB, PDT, PSDB, PSC, PTC, PRP, PRTB, PC do B, PT do B, PHS, PRB, PSB e Democratas. Esses partidos políticos, ao todo são 14, numa convenção única, escolheram como candidato a Prefeito de Campo Mourão o ex-Prefeito Tauillo Tezelli. O Ex-Prefeito Tauillo Tezelli, já é oficializado pela convenção, falta sim o registro da candidatura, o candidato a Prefeito por Campo Mourão.

Acredito que todos conheçam o Tauillo Tezelli, mas lembrando ele foi Vice-Prefeito do Rubens Bueno, depois o Tauillo foi Prefeito, se reelegeu Prefeito e, agora, é candidato a Prefeito, novamente. Por que candidato a Prefeito? Ele não queria, mas esses partidos se reuniram e a população, por meio de solicitações, pede que ele seja, novamente, Prefeito de Campo Mourão. Ele terá nosso apoio. Ele que fez um excelente trabalho como Prefeito. Fui candidato a Prefeito de Campo Mourão, na eleição passada, perdi a eleição por 281 votos para o atual Prefeito de Campo Mourão, atual Prefeito que era do PSDB e que, depois da eleição, mudou para o PMDB e que, agora, deve ser candidato à reeleição enfrentando esse grupo de partidos.

Quando fui candidato a Prefeito, tínhamos em torno de quatro, cinco partidos. Agora, o Tauillo tem 14 partidos, diversas Lideranças que estão apoiando. Então, vou deixar, aqui na Assembléia, o agradecimento a todos os

Deputados desses partidos que fazem parte dessa coligação e que, tenho certeza, vai ser uma coligação vitoriosa. Todos os Deputados, os Presidentes de partidos irão sim ajudar o Prefeito Tauillo Tezelli, em Campo Mourão, se ele foi eleito, se a população achar que ele merece, mais uma vez, ser Prefeito de Campo Mourão. O Vice-Prefeito ainda não foi escolhido, porque diversas pessoas se colocaram como candidatas a Vice-Prefeito. Então, agora, numa reunião, numa conversa irá se decidir o nome do candidato a Vice-Prefeito.

O que quero deixar de mensagem final, é o agradecimento a todos os Deputados que puderem, de uma forma ou de outra, ajudar nessa coligação e torcer para que seja uma coligação vitoriosa e que, depois, precisemos todos nós ajudar não só Campo Mourão como todos os municípios da região. Era isso, Sr. Presidente, agradeço mais uma vez, todos os partidos e parabênzo o ex-Prefeito Tauillo Tezelli e, se Deus quiser, futuro Prefeito pela grande Liderança que tem e pelo grande apoio que tem desses diversos partidos.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança do Governo. Liderança da Oposição. (**Declinam**).

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 020/08, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei objetivando acrescer e alterar os dispositivos que especifica, das Leis nºs 1943/54 (Código da Polícia Militar do Paraná), 5940/69 (Lei de Promoções de Praças), 6416/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná). **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1694, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 30/06 a 03/07/08, para participar do Congresso de Endoscopia e Gastro, que se realizará em São Paulo. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 029/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, fica instituído o Programa Estadual de Aprendizagem do Jogo de Xadrez - PAX, na rede pública estadual de ensino. **Aprovado. (Publ. no DA nº 005/08, de 19/02/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 210/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/08, que objetiva dar nova redação ao artigo 3º da Lei nº 14077, de 04/07/03. (Agente de Aviação). **Aprovado. (Publ. no DA nº 053/08, de 19/05/08, em Mensagens).**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 061/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, da nova redação ao *caput* dos artigos 152, 154 e 156 da Lei Estadual nº 15608/07, os quais tratam das sanções administrativas aplicáveis ao licitante e/ou contratado. **APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovado o Substitutivo Geral.**

2ª Discussão

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 533/07, de autoria do Deputado Luiz Malucelli, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo ao Turismo Educativo e dá outras providências. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 168/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/08, fica o Poder executivo autorizado a abrir crédito especial até o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ao orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/08, de autoria do Deputado Elio Rusch, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a adotar medidas com escopo de reduzir as tarifas de pedágio nas rodovias que compõem o anel de integração. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CDHCD e COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (Publ. no DA nº 014/08, de 05/03/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 068/08

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame nesta Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do Deputado Elio Rusch e outros Parlamentares, sob a forma do Substitutivo Geral encaminhado pelo autor a este Relator, tem o objetivo viabilizar uma efetiva redução das tarifas de pedágio e para tanto autoriza o Poder Executivo a desonerar às concessionárias das rodovias públicas estaduais quanto às seguintes imposições:

1. pagamento de verba de fiscalização destinadas ao DER;
2. pagamento de verba destinada ao reaparelhamento das Polícias Rodoviárias Estadual e Federal; e
3. responsabilidade sobre as vias vicinais, distintas do anel de integração, que deverão retornar à tutela do estado.

A proposta de lei estabelece ainda que a respectiva redução de custos seja proporcionalmente deduzida do pedágio pago pelos usuários das rodovias concessionadas.

Inicialmente cabe afirmar que é inconteste a competência do Parlamento estadual para legislar sobre esta matéria.

E, na condição de poder concedente para a terceirização da prestação de serviços públicos em rodovias estaduais, é que o estado, em consonância com Constituição Federal (artigos 22, inciso XXVII, 37, inciso XXI e 17) e com as leis nacionais, Lei nº 8987/95 e Lei nº 8666/93 que estabelecem normas gerais sobre as Concessões de Serviços Públicos e sobre as Licitações, editou Lei Complementar nº 076/95, que rege as concessões e permissões de serviços públicos neste estado.

A providência legal proposta está em consonância com a legislação referida e também não traz qualquer confronto com as determinações das leis orçamentárias e tampouco da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Primeiramente, porque a adoção das medidas propostas não importaria em renúncia de receita e tampouco em geração de despesa, conforme previsão dos artigos 14 e 16 da Lei Complementar 101/00. Da simples leitura do texto proposto verifica-se que não se trata de concessão ou de ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária ou de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que importe em aumento de despesa.

Portanto, está o projeto de lei em consonância com a legislação nacional e estadual pertinente, acarretando a manifestação parecer favorável desta Constituição e Justiça, na forma do Substitutivo Geral, do próprio autor, em anexo.

Sala das Comissões, em 25/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 066/08

Art. 1º Para efeito de reduzir as tarifas de pedágio nas rodovias que compõem o anel de integração no estado do Paraná, fica o Poder Executivo autorizado a desonerar as respectivas empresas concessionárias quanto:

I - ao pagamento das verbas de fiscalização das rodovias pedagiadas, destinadas ao DER;

II - ao pagamento das verbas de reaparelhamento das polícias rodoviárias federal e estadual;

III - a responsabilidade das concessionárias sobre as estradas vicinais que não compõem o anel de integração e que retornarão à tutela do Governo do Estado;

Art. 2º O valor proporcional às desonerações dos custos previstos no artigo anterior, deverá ser deduzido da tarifa paga pelo usuário da rodovia.

Art. 3º Esta lei passa a vigorar na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 068/08

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de autoria do Deputado Elio Rusch, tem como escopo autorizar o Governo do Estado do Paraná, na condição de poder concedente em face das empresas concessionárias de serviços de manutenção e conservação das rodovias, que implantam pedágio como contraprestação, a adotarem medidas objetivando desonerar algumas obrigações contratuais das empresas, com fins de redução da tarifa de pedágio paga pelo usuário da via.

Distribuído a esta Comissão para que, regimentalmente, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, especialmente no tocante ao impacto financeiro à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta relatoria conclui que não há óbice algum à prosperidade do mesmo em face da lei supracitada. Isto porque as desonerações previstas não implicam em impacto financeiro por parte do Poder Público Estadual, pois os repasses de valores pelas empresas ao estado do Paraná decorrem do contrato de concessão, não significando, portanto, renúncia de receita.

Em assim sendo, respeitadas todas as disposições concernentes à Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela aprovação do projeto em tela, exarando assim parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02/04/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS,
CIDADANIA E DEFESA DO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 068/08

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de autoria do Deputado Elio Rusch, tem como escopo autorizar o Governo do Estado do Paraná, na condição de poder concedente em face das empresas concessionárias de serviços de manutenção e conservação das rodovias, que implantam pedágio como contraprestação, a adotarem medidas objetivando desonerar algumas obrigações contratuais das empresas, com fins de redução da tarifa de pedágio paga pelo usuário da via.

Distribuído a esta Comissão para que, regimentalmente, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, especialmente no tocante à manifestação sobre esta os assuntos relativos à defesa do consumidor contidos neste pleito, conclui-se que, com sua implementação, exaltados estarão os consumidores usuários da rodovia pedagiada, na medida em que diminuirá o preço da tarifa.

Em assim sendo, estando a proposição em tela em total acordo com o interesse público, e vindo ao encontro dos direitos do consumidor, opinamos pela aprovação do projeto em tela, exarando assim parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03/06/08.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 068/08

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de autoria do Deputado Elio Rusch, tem como escopo autorizar o Governo do Estado do Paraná, na condição de poder concedente em face das empresas concessionárias de serviços de manutenção e conservação das rodovias, que implantam pedágio como contraprestação, a adotarem medidas objetivando desonerar algumas obrigações contratuais das empresas, com fins de redução da tarifa de pedágio paga pelo usuário da via.

Distribuído a esta Comissão para que, regimentalmente, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, especialmente no tocante às proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral.

Em assim sendo, não havendo qualquer óbice à prosperidade da proposição em tela, tendo em vista seu objetivo vir de encontro ao interesse público, sem qualquer prejuízo ao contrato de concessão, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 068/08.

Sala das Comissões, em 07/04/08.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, para discutir, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Volto a esta tribuna nesta tarde, agora para discutir o projeto que foi apresentado pelo nobre Deputado Elio Rusch, hoje no exercício da Liderança da Oposição. É um projeto que, embora tenha uma súmula que diz que autoriza o Governo do Estado a adotar medidas com escopo de reduzir as tarifas de pedágio, nas rodovias que compõem o Anel de Integração, eu modificaria se fosse possível, fazendo uma emenda que autoriza o Governo a conceder ainda mais benefícios para as empresas que se tornaram donas das rodovias do estado do Paraná.

E digo isso, Exas., com o maior respeito que tenho pelo Deputado Elio Rusch, porque esse projeto parece que foi feito com a assessoria da ABCR, porque nunca vi tanta vontade num projeto para poder beneficiar concessionárias de pedágio. Primeiro que estamos discutindo aqui, nesta tarde, a constitucionalidade do projeto, Deputado Strapasson. E sob a égide da Constituição do Estado do Paraná, por óbvio que o projeto é inconstitucional. É inconstitucional porque aqui já tivemos vários projetos, Deputado Reni Pereira, que foram aprovados por esta Casa, no sentido de tentar reduzir ou diminuir o impacto da tarifa do pedágio no estado do Paraná e que, infelizmente, o Poder Judiciário acabou por restringir a efetividade das leis que por esta Casa foram aprovadas. E muitas aliás, foram sancionadas pelo Governador Requião e esse projeto que beneficia aqui as concessionárias, o que ele pretende? Pretende isentar as concessionárias do pagamento das verbas de fiscalização destinadas ao DER. *Inciso II - desobrigar as concessionárias do pagamento das verbas de reaparelhamento das Polícias Rodoviárias Federal e Estadual.*

E terceiro ponto, desonerar as concessionárias da responsabilidade sobre estradas, rodovias vicinais que não compõem o Anel de Integração, retornando estas à tutela do Governo do Paraná.

Vejam, Exas., se é para beneficiar ainda mais as concessionárias ou não. No último item, inclusive, Exas., estamos tratando da ilegalidade do projeto. Por que ilegalidade? Porque V. Exas. sabem, Presidente Nelson Justus, e hoje, ao poder analisar um projeto que é do Deputado Felipe Lucas, na Comissão de Justiça, e que acabou não sendo votado, Deputado Felipe Lucas, aquele seu projeto que propõe a parceria público/privada, eu estava analisando o parecer jurídico feito pela assessoria jurídica, que é chefiada pelo Dr. Sebastião e pelos jovens que ali compõem a Comissão de Justiça, e fiquei intrigado, inclusive. Na hora liguei para o advogado Pedro Henrique Xavier que, seguramente, é dos administrativistas, aquele que

sempre demandou a favor do interesse público neste estado, contra as concessionárias, até para constatar uma coisa: eu me lembro quando a Lei de Concessões e Permissões, que originou o pedágio no Paraná, foi votado aqui nesta Casa e eu votei contra esta lei, aquela lei teve, Sr. Presidente, e eu fazia uma análise e até liguei ao advogado Pedro Henrique Xavier e perguntei a ele, porque aquela lei teve origem neste Parlamento, e das 80 ações judiciais que temos contra o pedágio do Paraná, eu me flagrei e consultava a ele, entendendo que não há nenhuma ação que questionou, Dra. Lídia, o vício de iniciativa da Lei de Concessões e Permissões, porque ela foi uma lei de autoria do Deputado Neivo Beraldin e que recebeu um substitutivo geral na CCJ, Deputado Nelson Justus. E o interessante é que não há nenhuma ação questionando justamente este tema, inclusive tendo que provavelmente, vou requerer à diretoria legislativa uma cópia, de capa a capa, daquele projeto de lei que muito provavelmente abre-se aqui, se descortina uma nova hipótese para se trabalhar contra o pedágio, porque ele está fundado numa lei ilegal, numa lei que é inconstitucional.

E este tema, Deputado Elio Rusch, por que estou abordando aqui, agora? Justamente por conta de que o inciso III do seu projeto de lei quer desobrigar justamente as empresas naquilo que viabilizou esse modelo perverso, tarifário, porque olha, V. Exa. sabe, a concessão aqui no Paraná é diferente daquela que foi feita pelo Governo Federal, onde houve uma licitação na BOVESPA. Aqui não, aqui houve um acordo entre as empreiteiras e o Governo anterior. Desse acordo, tinha 26 empresas participando da licitação. Essas empresas se consorciaram e criaram seis concessionárias e a tarifa foi estabelecida não pelo menor preço, mas pelo preço único, pelo preço que havia sido estabelecido pelo DER, pela Secretaria dos Transportes.

Então, quero dizer que o projeto é inconstitucional, é ilegal e mais ainda, é um projeto que visa justamente conceder mais benefícios às concessionárias, até porque pergunto ao nobre Deputado Elio Rusch: olha, Deputado Elio Rusch, se vendida à questão da constitucionalidade nesta Casa, queria dizer o seguinte: por que não tem no seu projeto um artigo que possa dotar os contratos das concessionárias atuais da mesma taxa interna de retorno? Por exemplo, a Econorte tem aqui no lote 1, Taxa TIR, 17,4 do contrato, 17% do contrato. A VIAPAR, 19; Rodovia das Cataratas, 16; Caminhos do Paraná, 19; Rodonorte, 19; Ecovia, 19. Enquanto o trecho, por exemplo, a OHL ganhou São Paulo a Curitiba, a TIR é de 8,68; Belo Horizonte/São Paulo, 8.65. Vejam a diferença, quase 1/3 da TIR do Paraná!

Ora, podíamos ter um artigo também neste seu projeto de lei, Deputado Elio Rusch, se tivéssemos discutido com seriedade a redução da tarifa. Vou trazer os custos das obras de serviço das concessionárias para os níveis dos custos de mercado atual e não nos valores que estão estimados, superfaturados, na planilha daquele contrato feito há 10 anos atrás. Rever também os organogramas de obras

e serviços elencados no termo aditivo de 2002, tanto nos seus aspectos financeiros como temporais. Propor ainda a redução nos custos de administração proporcionais à redução de investimentos estabelecidos nos termos aditivos de 2000/2002. Sabemos que apenas 22% de tudo que estas empresas arrecadam, apenas 22% são investidos nas rodovias; o resto se dispersa nos chamados custos administrativos, custos de operação e outros.

Um artigo também assim: propor reduções nos custos de operações proporcionais à redução de investimentos em obras e melhorias e ampliação da capacidade estabelecida nos termos aditivos de 2000/2002. E propor redução nas tarifas proporcionais à extensão de trechos de rodovias estaduais a serem retiradas do sistema de concessão.

Quero, por último, dizer a V. Exas., até para desmistificar alguma coisa aqui: pagamento de verba de fiscalização e de verbas de reaparelhamento, estas verbas significam apenas 1,6% da tarifa. Pelo critério matemático, no critério de arredondamento, 1,6 é o que arredonda a tarifa, não significa nada, além do que o seu projeto beneficia de uma forma objetiva, tentando retirar da responsabilidade aquilo que deu a concessão onerosa às empresas do estado do Paraná.

Por isso encaminho contrário à constitucionalidade e à legalidade, mas gostaria que, se vencido este tema, pudéssemos aqui apresentar o projeto com estes artigos, estes itens aqui que eu elenquei, porque seria muito bom ver estas concessionárias, ao invés de apoiar um projeto igual a esse, que pudessem sentar para reduzir a tarifa do estado do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para discutir, Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (**Para Discutir**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Em primeiro lugar, não entendi o Deputado Romanelli sobre dois aspectos, quando ele fala da inconstitucionalidade do projeto. Primeiro, ele não é inconstitucional, ele é legal. Tanto é que a CCJ deu a sua constitucionalidade. Segundo, o Deputado Romanelli diz que esse projeto visa trazer mais benefícios para as concessionárias.

Deputado Romanelli, acho que V. Exa. não deve ter lido o projeto que o senhor acaba de discutir.

(Lê):

**“SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 068/08**

Art. 1º Para efeito de reduzir as tarifas de pedágio nas rodovias que compõem o Anel de Integração no estado do Paraná, fica o Poder Executivo autorizado a desonerar as respectivas empresas concessionárias quanto:

I - ao pagamento das verbas de fiscalização das rodovias pedagiadas, destinadas ao DER;

II - ao pagamento das verbas de reaparelhamento das Polícias Rodoviárias Federal e Estadual;

III - a responsabilidade das concessionárias sobre as estradas vicinais que não compõem o Anel de Integração e que retornarão à tutela do Governo do Estado.

Art. 2º O valor proporcional às desonerações dos custos previstos no artigo anterior, deverá ser deduzido da tarifa pelo usuário da rodovia.

Art. 3º Esta lei passa a vigorar na data de sua publicação.

Curitiba, em 25/03/08.

(aa) ELIO RUSCH

DURVAL AMARAL”

Então, não vejo daonde o senhor tirou essa palavra que esse projeto, ao invés de beneficiar o usuário, ele estaria beneficiando as concessionárias. Pelo contrário!

Srs. Parlamentares, vamos entender uma coisa: o caminhoneiro que puxa o transporte, a produção do estado do Paraná, que leva a produção para o porto de Paranaguá. O Anel de Integração é formado pelas rodovias principais, de Curitiba ao litoral é a 277. Dá quantos quilômetros? Oitenta, 90 quilômetros de Curitiba a Paranaguá. Agora, por que o caminhoneiro tem que pagar a conservação da rodovia que liga Alexandra a Matinhos? Por que o caminhoneiro tem que pagar aquela rodovia que liga Praia de Leste à 277? Por que o caminhoneiro tem que pagar a conservação da rodovia, que liga Antonina a Morretes, Morretes à 277? Por que o caminhoneiro tem que pagar no pedágio a conservação da Estrada da Graciosa? Não tem nada a ver com isso.

Srs. Parlamentares, essa é a fórmula que encontramos, ao menos sugerir ao Governador do Estado do Paraná, para que ele possa, através desse projeto, dessa autorização legislativa, negociar com as empresas concessionárias.

Deputado Edson Strapasson, veja o seguinte: passa o usuário em qualquer uma das praças de pedágio do Paraná, lá ele tem que pagar uma taxa, independente de alta ou baixa. Deputado Romanelli, independente de alta ou baixa, o usuário tem que pagar para o Governo do Estado fiscalizar a rodovia. O usuário, além de pagar alto pelo pedágio como todo mundo fala, ele tem que pagar para que o Governo do Estado possa reaparelhar a Polícia Rodoviária Estadual e a Polícia Rodoviária Federal.

Ora, Srs. Parlamentares, todos falamos sempre que o pedágio é um absurdo, o pedágio é caro. Alguém diz que o pedágio é um roubo. Ora, se o pedágio é alto e caro, tem uma fórmula aí: o Governo senta com as concessionárias, deixa de cobrar a taxa e a concessionária não cobra do usuário. O Governo que compre o pedágio e assuma tutela das rodovias vicinais e as rodovias secundárias que fazem parte do Anel de Integração. Aliás, que não fazem parte do Anel de Integração, elas alimentam o Anel de Integração.

Aí é que está a grande diferença, Srs. Parlamentares. As rodovias secundárias, e neste momento entendemos que todo mundo conhece aquela rodovia Alexandra a Matinhos, que é dupla, são 32 quilômetros de rodovia dupla que tem que ser conservada pela rodovia que conserva esse trecho.

E o que estamos propondo, através do nosso projeto? É dar oportunidade para que o Governo do Estado, sim, possa sentar com as empresas e faça um encontro de custo. O que representa esta taxa de fiscalização? O que representa a taxa de reaparelhamento da Polícia Rodoviária e a Polícia Rodoviária Federal? Se é 2, 4, 5, 6%, não sei, Deputado Luiz Claudio Romanelli. Só sei que o Governo do Estado recebeu, até 2007, quase R\$ 160 milhões! Isto poderia ser transferido em desconto para os usuários. Por que o usuário tem que pagar isso? Este é o primeiro passo.

O segundo passo: se o Governo é contra o pedágio, então ele assuma as rodovias que são de suas responsabilidade. São todas as rodovias que alimentam o Anel de Integração. São rodovias estaduais. Srs. Parlamentares, já aprovamos aqui na Casa. O Deputado Luiz Claudio Romanelli diz que todos caíram na sua inconstitucionalidade.

Deputado Luiz Claudio Romanelli: o primeiro projeto que aprovamos aqui na Casa, no Governo Roberto Requião, foi a encampação do pedágio. E alertávamos: não tem como encampar o pedágio se não indenizar as empresas. Indeniza as empresas e encampa o pedágio. Agora, não se pode encampar o pedágio sem dar indenização pelos investimentos que foram feitos. Outras projetos que caíram na Justiça, na inconstitucionalidade, foi quando aprovamos aqui a isenção de determinadas categorias de carros que circulam pelas praças, pelas rodovias concessionárias.

Ora! Isto é inconstitucional! É claro que é inconstitucional! Agora, o que o Governo deve fazer? Faça o que ele fez. Olha esta assinatura aqui, não é do Elio Rusch, é do Roberto Requião, é do ex-Secretário Waldyr Pugliesi, é do Rogério Tizzot, Diretor do DER, quando assinaram um contrato preliminar. E o que diz o contrato preliminar? Na letra "g", veja o que diz o contrato assinado pelo Governador Roberto Requião - não é o Elio Rusch, é o Governador do Paraná - diz o seguinte: *A alteração das obrigações contratuais das concessionárias, mantendo-se as obrigações relativas à operação, conservação e restauração das rodovias e excluindo-se os investimentos referentes às obras e melhorias de ampliação de capacidade.*

Este foi o contrato assinado pelo Governador Roberto Requião. Alterou o contrato original. Sim, senhor. Vou passar às suas mãos, Deputado Luiz Claudio Romanelli. É o contrato assinado pelo Governador. Com que objetivo? De reduzir o custo do pedágio.

E o que estamos propondo, agora, através da nossa lei? Ou aprovamos esta lei, e quem votar este projeto, que por favor não fale mais aqui na Assembléia que o pedágio é muito caro. Não fale mais, porque estamos dando uma luz, um caminho para o Governador do Estado do Paraná.

Agora, se a Assembléia, os Deputados não aceitarem isso, que nunca mais venha alguém a esta tribuna e diga, desta tribuna ou de qualquer microfone aqui no plenário, que o preço do pedágio é um absurdo, é muito caro.

Vamos aprovar este projeto. E o Governador, sim, senta com cada empresa, com cada concessionária, Deputado Luiz Claudio Romanelli, e negocia o que representa isso, o que representa esta taxa. Não interessa quantos por cento. Mas é um primeiro caminho, é um passo que podemos dar para encontrar uma forma legal e constitucional. É um contrato que o Governo do Estado fez.

E não venhamos nós aqui dizer, agora, se o Governador do Estado do Paraná quer discutir e quer negociar com as empresas sobre a taxa interna de retorno que cada concessionária tem, que ele o faça, que ele sente com as empresas e negocie. Mas, existe um contrato, Romanelli, e tivemos em um estado de Direito democrático. E o que quer dizer isso? Que a lei tem que ser respeitada. Você só pode negociar um contrato quando existe interesse e o acordo de ambas as partes, senão não tem forma. Não tem como fazer o rompimento unilateral: só eu quero. Agora, aqui sim, nesta nossa lei é uma sugestão ao Governador do Estado do Paraná: o Governo aceita esse projeto e a sua Bancada vota o projeto para que possamos encontrar uma saída.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para discutir, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Presidente Nelson Justus, ouvi atentamente o nobre Parlamentar e grande Líder, Romanelli, e o nosso grande colega Elio Rusch, sobre essa novela. Tinha uma novela que passou no Brasil e passa há uns 40 anos nos Estados Unidos, faz 40 anos que a novela está em exibição na televisão e não é reprise, não. Mas, assim está parecendo a história do pedágio. O pedágio melhorou a rodovia? Melhorou e muito. Eu sempre viajo de carro ou de ônibus, mas peguei um tempo em que a Rodovia do Café ou para Foz do Iguaçu era uma buraqueira danada. Então, as concessionárias estão de parabéns, porque estão "dando um trato", estão conservando as rodovias. Temos lá o guincho, em determinados pontos temos até um eventual socorro para um acidentado ou para quem passar mal, mas por outro lado, se as nossas rodovias melhoraram - a nossa homenagem para que quem trabalha conservando as rodovias, porque isso também preserva vidas e evita acidentes - por outro lado as concessionárias estão ganhando um dinheiro, na minha maneira de ver, até de forma ilícita ou de forma imoral, porque quando veio a história do pedágio para o Paraná, eu estava consciente, pelo que ouvi no rádio, li no jornal e vi na TV, que a rodovia, por exemplo, de Curitiba a Londrina, que já está duplicada até Ponta Grossa e em um trecho da Serra do Cadeado, que teríamos uma segunda pista ligando Curitiba a Londrina, Curitiba a Maringá,

ligando Maringá a Foz do Iguaçu, a estrada que vai daqui para Guarapuava e dali também para Cascavel e Foz do Iguaçu. No entanto, as concessionárias, de maneira arrogante, de maneira imoral, não estão cumprindo com o que está no contrato.

E agora, com quem vamos ter que falar? Será que vamos ter que falar com o Papa? Pedir uma Audiência com o Papa para ver se o Papa faz um apelo, porque falar daqui da tribuna é ocupar o tempo e até cansar quem está acompanhando a Sessão pela TV SINAL e pela TV MERCOSUL.

Então, a nossa crítica, o nosso puxão de orelha a esses homens poderosos que estão ganhando muitos e muitos milhões explorando o pedágio no Paraná e não estão cumprindo tudo o que está no contrato. O pedágio é caro? Está muito caro, sim! Quando vimos a concessão que o Governo Federal deu, a diferença de preço em relação a esse pedágio do Paraná, isso aqui é, de fato, sim, abusar da paciência do povo, é a concessionária não ter respeito com o dinheiro do povo que usa as nossas rodovias. Agora, tem gente que não tem carro e diz assim: “Ah Belinati, não uso carro e podem cobrar quanto quiserem pelo pedágio”. Não, meu amigo, você não tem carro, mas a comida que você come, o pedágio sendo caro, você vai pagar mais caro pela comida. Você não usa roupas, não usa sapatos? Você vai pagar mais caro pela roupa e pelo sapato, porque tudo depende do frete. E o povo de baixa renda também acaba sendo vítima.

Por isso, a nossa crítica às concessionárias. Pedir a Deus, porque para as autoridades não resolve pedir, que coloque no rumo as concessionárias, para que a população do Paraná pare de ser tão explorada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Antonio Belinati, V. Exa. encaminhou a favor ou contra o projeto?

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Vou votar a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa consulta se tem mais algum Deputado que vai encaminhar contra o projeto do Deputado Elio Rusch?

Não há oradores contra.

A favor, com a palavra o Deputado Plauto Miró.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Analisa com atenção o projeto do Deputado Elio Rusch. É um tanto quanto interessante.

Já fiz presença, como membro, da CPI dos Pedágios em 2003. E agora, neste ano, de uma Comissão Especial. E o objetivo dela sempre seguiu um único sentido: tentar diminuir o valor da tarifa do pedágio. Porque

todas as pesquisas de opinião pública que vemos no estado do Paraná, pelos usuários das rodovias, se mostram favoráveis às condições que as rodovias se apresentam. Mas questionam o valor da tarifa.

Na Comissão Especial, que acabei atuando como Relator e o Deputado Fábio Camargo como Presidente, foram apontados caminhos que ali foram analisados e discutidos, para que pudesse o Poder Executivo agir, tentando diminuir o valor da tarifa.

Foram ouvidos 12 representantes, entre eles representantes de transportadoras, de usuários, engenheiros que fizeram parte da elaboração do processo de licitação, empresas técnicas que fizeram os levantamentos das obras necessárias, representantes de concessionárias. Foi uma Comissão que debateu bastante. Vários pontos foram apresentados ao poder Executivo como sugestão, porque é esse o nosso dever. Na Comissão se discute, se ouve e se encaminha para as autoridades competentes. E essa Comissão encaminhou para a autoridade que pode decidir, que é o Governador do Estado do Paraná, que, por sinal, nas últimas campanhas eleitorais, acabou usando o pedágio como uma bandeira eleitoral e criou uma frase que até hoje todos se lembram: “O pedágio baixa, ou acaba”. E o resultado de tudo isso acabou proporcionando a ele votos nas urnas. Mas o pedágio não baixou e não acabou. E, todo ano no mês de dezembro, tem um reajuste. Um reajuste contratual.

Sugestões foram encaminhadas ao Governador Roberto Requião, mas nenhuma atitude concreta foi tomada. Parece que o Poder Executivo, o Governo, quer um confronto direto com as concessionárias, porque esse confronto acaba dando, de quatro em quatro anos, um resultado eleitoral.

Voltando ao projeto do Deputado Elio Rusch, quero dizer que é um projeto interessante. Por todas as análises e leituras que fizemos, sabemos que o Governo do Estado do Paraná fica com uma parte da tarifa do pedágio. Este projeto do Deputado Elio Rusch faz com que o Governo deixe de receber esse recurso da tarifa do pedágio para que seja utilizado como um desconto para os usuários que utilizam as rodovias pedagiadas do estado do Paraná. Acredito que este projeto, vindo a ser aprovado nesta Casa, vai dar condições ao DER, à Secretaria dos Transportes e para o Governador Roberto Requião discutir o começo de uma diminuição da tarifa. Não é um valor tão significativo que vá ao encontro da vontade de todos os paranaenses e de usuários das rodovias, mas é um percentual que vai ser possível diminuir do valor da tarifa, que é tão criticada por todos aqueles que transitam nas rodovias que compõem o Anel de Integração do estado do Paraná.

Deputado Elio Rusch vai ter o nosso apoio neste projeto e quero pedir para os Deputados lerem com atenção este projeto de lei que vamos votar, porque pode ser um instrumento real que está sendo dado ao Governador para ele trabalhar e diminuir um pouco a tarifa do pedágio no estado do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Presidente, quero me inscrever para discutir.

(Assentimento)

Não consigo entender este projeto de lei. Não consigo entender, com todo respeito ao Deputado Elio Rusch e aos demais Deputados que apresentaram. Acho que este projeto é muito equivocados e tem alguns problemas sérios. Não podemos contribuir, nesta Casa, para passar uma espécie de ideologia e de senso comum ao povo paranaense que a única possibilidade de baixar o pedágio escorchantes é diminuir os impostos, os atributos e os deveres das concessionárias. Este projeto faz exatamente isso, do ponto de vista do princípio que os orienta. Passamos a falsa idéia que a única maneira de diminuir o pedágio no Paraná é as concessionárias diminuam os investimentos.

Não bastasse isso, vem na pior hora possível: juntamente no momento em que a sociedade paranaense tem, agora, termos concretos de comparação entre pedágios. Um pedágio que foi denunciado de todas as formas, pelas mais diversas forças sociais do nosso estado. Lembro-me, Deputado Romanelli, das cooperativas paranaenses de produção, do sindicato das transportadoras, do Movimento Brasil Caminhoneiro, dos caminhoneiros parando, fazendo greve nas estradas contra esse pedágio que está um absurdo da forma que foi implantado. Agora, temos um parâmetro real que é o pedágio estabelecido pelo Governo Federal, que é muitas vezes mais barato. Infelizmente, não tenho dados de comparação, mas é entre cinco, seis, sete e até 10 vezes mais barato o pedágio nas rodovias federais, licitados pelo Governo Federal, que é o pedágio atual do Paraná. A taxa de retorno da atual licitação é muito menor do que a taxa de retorno desse contrato.

Isso é muito ruim. Passamos a idéia que não, pedágio não se pode mexer, daí vemos a teoria jurídica de contrato que não pode ser mudado, como se o interesse público fosse submetido a qualquer outro interesse menor. Será que essa é a lógica do estado de Direito? Será porque aconteceu, um contrato, uma licitação? E, que licitação? Vamos conversar que licitação que aconteceu. Foi uma licitação limpa? Foi uma licitação correta? Mas digamos que mesmo que fosse, será possível que uma empresa que ganha uma concessão, ela passou a ser dona de estradas, mesmo que as forças sociais, que todas as análises técnicas demonstrem o absurdo do pedágio, isso não se pode mexer? Isso é o estado de Direito do Brasil.

Não, eu não posso concordar, nem do ponto de vista do princípio, nem do ponto de vista filosófico. Esse projeto encobre uma realidade cruel das nossas rodovias. Se voltarmos, tantos discursos aconteceram aqui, me lembro que fiz muitos discursos nesta tribuna, há anos atrás, quando era Deputado, dá para fazer um teatro da solicitação. Lembro-me.

As maiores empreiteiras nacionais se reuniram em uma sala e as estradas foram divididas. Bom, essa empreiteira fica com essa estrada, essa com aquela, a outra empreiteira fica com a outra estrada.

Em primeiro lugar, a caixa preta do pedágio não foi desvendada, porque a equação que ajusta a tarifa é uma equação com índice inflacionário. Ninguém sabe até hoje como foi que se estabeleceu o preço do pedágio no Paraná, Deputado Elio Rusch.

Desafio aqui algum Deputado vir a esta tribuna explicar para o povo do Paraná como é que se estabeleceu a tarifa do pedágio, com base em que cálculos, quando se analisou a chamada proposta comercial que as concessionárias apresentaram com justificativa para tarifa. Mas não é que o estado demonstrou, porque isso não aparece. Vamos ver o superfaturamento numa praça de pedágio: R\$ 5 milhões. Lembro-me que denunciei. Esses pórticos simples na estrada, pedágio dois quilômetros, R\$ 37 mil um pórtico. Tudo é superfaturado na proposta comercial, tudo, todos os índices. Diga-me uma coisa: Como é que vai incidir esse desconto aqui? Vai se desvendar a caixa preta? Então esse é o primeiro problema grave.

Agora tem mais um problema. Eu teoricamente defendo o projeto autorizatório - acho que tenho aprovado projetos autorizatórios - mas não este. Este não. Este não tem cabimento, porque o estado, se tiver interesse de fazer um desconto, que mande um estudo, qualquer que seja o governante, mande um estudo rigoroso para esta Assembléia desvendando a caixa preta que chegou a compor a tarifa básica, e dizendo: "Olha, vamos deixar de arrecadar tanto imposto, em consequência da tarifa reduzir tanto". Isso é papel do estado, mas discordo totalmente, mesmo que viesse do Governador Requião uma proposta desse tipo.

Temos que antes lutar, através da sociedade civil, chegando até o extremo da desobediência civil organizada, porque agora temos um parâmetro de comparação entre o pedágio federal e o pedágio do Paraná. É inaceitável, na minha opinião, esse projeto de lei. Tenho o maior respeito pelos Deputados, mas acho um equívoco. Por causa dessa postura filosófica, não assinei o parecer da Comissão da qual fiz parte, porque a postura filosófica diverge da minha. Acho que temos que buscar cada vez mais estudos jurídicos, mais aprofundados. Não é possível que as estradas paranaenses pertençam agora àqueles que ganharam a concessão e já ganharam muito e muito dinheiro.

Aliás, quero fazer um apelo, aproveitando o debate desse projeto, para pedir que o projeto de minha autoria que faz a fiscalização on-line do pedágio, permite que o DER faça a fiscalização, seja aprovado por esta Casa. Rogo para que a Comissão de Justiça aprove esse projeto e que venha aqui para a Casa, para aprovarmos para que o DER receba diretamente on-line, para que possamos ter, com rigor, o número exato de automóveis, o tipo de automóvel de caminhão, o número de eixos que passam diariamente nas rodovias pedagiadas. Até isso eu desconfio, porque não é possível! Aumentou enormemente o tráfego nas rodovias paranaenses. Vou de Ponta Grossa a Curitiba, toda semana, duas, três, quatro vezes, eu sei, comparado hoje o número de carros com há 10 anos atrás, nas estatísticas que chegam para avaliarmos e fazermos a fiscalização, aumentou muito pouco o número de veículos, Deputado Tadeu. Não é possível.

Voto contra, com a minha consciência absolutamente tranqüila e rogo aos Pares que também votem contra.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para discutir o Deputado Stephanes Júnior.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, membros da Mesa, Deputados, Deputadas, senhoras e senhores.

Começo dizendo que fico muito contente vendo o Péricles, Deputado Estadual do PT, defendendo o pedágio. Se a forma que ele defende o pedágio é entregar para uma concessionária sem cobrar pelos benefícios feitos na estrada, e por isso o pedágio mais barato, é uma mudança de posição do que aconteceu quando o Fernando Henrique ou o Jaime Lerner fizeram privatizações de estradas no Brasil, aonde eles cobraram pelos investimentos feitos, por isso o preço ficou mais caro.

Mas, de qualquer maneira, é mudança. Não agüento o PT, 20 anos atrapalhando para depois chegar lá e manter o caminho que já vinha sendo mantido. Para dizer aqui, a questão não é filosófica. Mas, um privatizou cobrando pelo investimento feito, e o outro cobrou, por isso os custos são diferentes.

Encerrando esse assunto do PT, tinham uma posição, agora mudaram de posição. Honestidade, todo mundo tem que ser honesto, tanto de Direita como de Esquerda. Às vezes penso o seguinte: que mudaram o cachorro que era gordo para o cachorro que é magro. De qualquer forma, esse assunto do Elio Rusch vou votar contra, porque acho que essa não é a forma de baixar o preço do pedágio. Acho que os custos são altos no Paraná, tem que se fazer alguma coisa. Mas, tanto esse caminho que o Governador adotou, de enfrentamento, não está certo, quanto isto também não está correto.

Muito obrigado.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, não posso deixar de manifestar a minha opinião neste projeto de lei do Deputado Elio Rusch, que é um Deputado por quem tenho um respeito enorme. Mas não concordo, de forma nenhuma, com esse projeto. Para baixar o pedágio tem que tirar o percentual, que é muito pequeno, dos impostos. E falou-se aqui até em desonerar as concessionárias com os trechos que são mantidos, chamados alimentadores da rodovia.

Acho isso um absurdo e só quero deixar no ar uma pergunta: como já foi falado aqui, dentro de alguns dias, alguns meses, vão ser colocadas em prática as novas concessões liberadas pelo Governo Federal, que entram em funcionamento logo, logo.

Esse trecho da BR, que liga Curitiba a Porto Alegre, me parece que a tarifa vai ser em torno de R\$ 1. Como é que vai se comportar a população brasileira

diante desse disparate enorme que, nesse trecho que vai de Curitiba a Paranaguá, um automóvel paga quase R\$ 12? E em outro trecho paga R\$ 1? Nesse trecho de Curitiba a Paranaguá não houve grandes investimentos. A estrada já se encontrava duplicada.

E, Srs. Deputados, um dia desses, um feriadão, assistindo pela CBN, a previsão da Polícia Rodoviária naqueles dia era de 38 mil carros, entre automóveis e caminhões. Trinta e oito num dia, Deputada. Isso ia arrecadar, a concessionária, mas de R\$ 500 mil num dia! Isso pelo menos tem que dizer que é uma imoralidade com o povo do Paraná.

Portanto, projeto como esse não devemos nem discutir.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Deputado Nelson Justus, Srs. Deputados, eu que estou licenciado da Liderança da Oposição e que sou substituído pelo Deputado Elio Rusch - Deputado Elio Rusch, eu não suportei ouvir esse debate sobre o pedágio e não encaminhar. Eu tinha feito aqui quase que um voto de silêncio, mas não é do meu estilo, esse voto de silêncio não tem jeito. Queria voltar somente depois, no mês de agosto. Mas que coisa toda especial o encaminhamento contra o projeto do Deputado Elio Rusch.

Veja aqui, Deputado Rangel, no artigo 2º do Deputado Elio Rusch, diz que o valor proporcional às desonerações dos custos previstos no artigo anterior deverá ser reduzido da tarifa paga pelo usuário. Diz tudo. Está dito tudo. O que diminuirmos de impostos ou taxas, melhor dizendo, será diminuído do usuário.

Aí eu ouço uma história, o seguinte: vejo um Parlamentarista governista dizendo que tem uma caixa preta no pedágio. Ora, Deputado Péricles, V. Exa. abre a caixa preta. Por que não abrir a caixa preta? V. Exa. está autorizado! Eu não sei, talvez o Deputado Nelson Justus seja a maior autoridade sobre esta questão, porque foi Secretário dos Transportes, está autorizado. Acredito, sinceramente, na seriedade do Deputado Nelson Justus.

Segundo, que brincadeira é esta de afirmar que este projeto do Deputado Elio Rusch, inteligente, diz o seguinte: vamos desonerar, tirar as taxas de cima do pedágio, para diminuir o custo para o usuário. E aí vejo aquele Governo que no 1º mandato já ganhou uma eleição em cima do estelionato, porque ele disse, taxativamente, que ele, Governador, ou baixaria, ou acabaria - "Ou baixa, ou acaba" - os mesmos que são do time do baixa ou acaba, agora que o Deputado Elio Rusch encontrou uma forma que não vem resolver o problema do preço do pedágio, mas pelo menos que subiram na tribuna do baixa ou acaba, agora serem contra o projeto do Deputado Elio Rusch. Como é que suportamos isto?

Vamos trabalhar aqui! É inconstitucional, não vou nem entrar nesta questão! Está bem, é inconstitucional. Mas não seria uma demonstração de boa vontade do time do baixa ou acaba votar favorável ao projeto do Deputado Elio Rusch? Ou eu estou equivocado?

Deputado Bertoldi, de repente posso estar equivocado, mas não vejo equívoco. É tão nítido isto, é tão palpável, é tão visível, e tão fácil de compreender!

Ainda espero o encaminhamento do Deputado Romanelli, que é o Líder do baixa ou acaba o pedágio. Quero ver o Líder subir naquela tribuna e dizer que é contra baixar o pedágio, porque a lei do Deputado Elio Rusch é clara. Vamos deixar aqui transparente isto. Ele quer tirar as taxas para que essas taxas convertam em benefícios ao usuário. Estou equivocado, Deputado Elio Rusch? Não estou equivocado. Agradeço a V. Exa.

Então, pela minha compreensão, é claro, não sou expert em pedágio, não sou expert em questão que foi levantada aqui, mas é uma simbologia. Quem quer baixar o pedágio e não pode acabar, pelo menos vota em baixar. Está aqui. Está na mão. Se diminuir um centavo de taxa, vai beneficiar o usuário do pedágio!

Deputado Elio Rusch, quero cumprimentar V. Exa. por este projeto de lei, quero dizer que não me contive, V. Exa. encaminhou isso aqui perfeitamente, mas me permita mostrar aqui um pouco de indignação, porque não acredito no que estou vendo aqui, parece que estou assistindo um filme de ficção, o que não existe! Não é possível que alguém venha num programa eleitoral e afirme que vai baixar ou acabar o pedágio. Não encontrou fórmula porque nunca quis, a própria Procuradora do Estado, Josélia, disse que o Governo nunca quis sentar para discutir a questão do pedágio no Paraná. Quem disse não foi o Deputado Valdir Rossoni, foi a Procuradora nomeada pelo Sr. Governador! Temos que ter memória, lembrar o que aconteceu, a Josélia que gozava de todo o respeito e tem hoje o respeito, pelo menos da Assembléia, mas ela tinha autoridade para tratar desse assunto, o Governo nunca quis sentar para tratar com as concessionárias.

Então, hoje acredito que seu projeto pode servir para algo. Pode até não ser aprovado, pelo que eu sinto aqui da grande maioria, mas cai a máscara! Vamos parar com essa história! Olhem, se baixar um centavo, vale a pena o projeto do Deputado Elio Rusch. Agora, dizer que não pode ser aprovado, puxar aqui história de caixa preta, ora, somos Parlamentares, vamos investigar, vamos fazer uma CPI, vamos fazer tudo que temos direito! Agora, não vamos trabalhar contra a realidade, não vamos distorcer aqui o objetivo do projeto do Deputado Elio Rusch. Vamos ser aqui claros, não vamos dissimular!

Por isso vim encaminhar aqui, porque não resisti tanta barbaridade como estou assistindo! Me permitam aqueles que pensam diferente, têm todo direito de pensar diferente, Deputado Nelson Justus, mas quem votar contra o Deputado Elio Rusch aqui, estará votando para não baixar o pedágio, seja ele o valor que seja calculado!

Sr. Presidente, agradeço sua compreensão, cumprimento os Srs. Parlamentares, em especial o Deputado Elio Rusch.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, para encaminhar, Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como o Deputado Valdir Rossoni, também não queria colocar minha colher neste angu, neste debate. Todavia, ele se tornou importante em função das questões aqui colocadas, fazendo-me refletir e pensar em subir aqui na tribuna e fazer algumas análises em relação a esta proposta do meu querido amigo Deputado Elio Lino Rusch.

Deputado Elio Lino Rusch, eu vi aqui nesta Casa um experiente Parlamentar dizer que, se aprovado o seu projeto, ele terá um efeito granada: grana para as concessionárias e para o povo nada! Esse seria o efeito da aprovação do projeto de V. Exa., porque até concordaria em retirar aqui taxas, como disse o Deputado Rossoni, eliminar aqui encargos dos contratos para reduzir a tarifa do pedágio, desde que a comunidade não perdesse os benefícios. O que está se tentando é eliminar benefícios da população, benefícios como o aparelhamento das Polícias Rodoviárias Federal e Estadual, como a conservação das alimentadoras, bem colocadas pelo Deputado Dobrandino da Silva, que talvez sejam as únicas coisas boas que existem no contrato de privatização das rodovias do Paraná.

Quer dizer, na minha avaliação, retirar estes benefícios é retirar as únicas coisas que prestam neste contrato, que levam algum benefício para a população do nosso estado. Seria como, por exemplo, a Rodovia das Cataratas parar de conservar a estrada da BR-277 ao município de Campo Bonito, ou da BR-277 ao distrito de Juvenópolis, em Cascavel. Seria deixar de preservar trechos que assumiu contratualmente.

Portanto, se V. Exa. colocasse aqui que iríamos reduzir nas concessionárias o valor da tarifa, sem que elas deixassem de continuar contribuindo com o dinheiro abusivo que ganham em relação à privatização, V. Exa. teria meu apoio e meu voto favorável. Agora, não dá para aceitarmos, porque seria uma traição ao povo do Paraná. Nós, desde o primeiro instante, e eu me lembro muito bem da privatização das rodovias do Paraná, não era o Deputado Nelson Justus o Secretário dos Transportes, porque tenho certeza que se fosse o Presidente desta Casa, este processo seria totalmente diferente.

Participei de diversas Audiências Públicas como Deputado Estadual desta Casa, para questionar o modelo da privatização. O Deputado Péricles de Mello, engenheiro civil, fez um estudo fantástico e extraordinário, que serviu como base para que pudéssemos contestar, naquela época, o projeto colocado pelo Governador Jaime Lerner, que tinha como Secretário dos Transportes nosso amigo lá do sudoeste do Paraná, o ex-Ministro Deni Schwartz.

Portanto, tenho certeza, porque esta intriga que o Deputado Valdir Rossoni tenta criar com o Deputado Péricles de Mello e Deputado Nelson Justus é, na verdade, um esquecimento de quem foi que criou, de quem implantou,

de quem projetou, de quem elaborou, no forno quente, no forno que queima, no forno ardente, a idéia do pedágio mal elaborado, mal concebido, um pedágio algoz, perverso e cruel, que maltrata o povo do nosso estado, nossa economia, nossos usuários, nossa sociedade.

Lembramos que em 1998, na reeleição do Governador Jaime Lerner, o pedágio tinha três meses apenas. O povo do Paraná se mobilizava contra aquele projeto terrível e cruel. E o que fez o Governador Jaime Lerner? Numa “taquarada”, numa “dedada”, num “canetaço”, reduziu o pedágio a 50% do valor. Aonde se pagava R\$ 4, começou-se a pagar R\$ 2. E aí os caminhoneiros e usuários das rodovias diziam: “Bom, agora com o pedágio neste valor dá até para votar para o Jaime Lerner se reeleger Governador!”

E o que ocorreu nas eleições de 1998? O Governador Jaime Lerner foi reeleito Governador, principalmente em função de ter reduzido o pedágio pela metade. E ali, sim, se estabeleceu o maior golpe eleitoral, a maior fraude eleitoral da história do Paraná, naquele absurdo, quando se reduziu o pedágio pela metade. E passada a eleição, aumentou-se o pedágio em 116% no estado do Paraná.

Portanto, temos memória. Lembramos a história, sabemos exatamente como é esse pedágio, o pedágio mais caro do mundo, porque o Governador Requião e todas as forças deste estado lutam para reduzir a tarifa do pedágio, encontrando barreiras na questão jurídica, porque ele foi bem elaborado na concepção técnica e jurídica. Mas, Deputado e amigo Elio Rusch, vamos repensar o seu projeto, porque além de ser inconstitucional, ele está onerando o povo do Paraná, ele está beneficiando as concessionárias apenas e tão-somente fazendo, como disse esse Deputado com quem conversei, fazendo um grande efeito granada no Paraná: para os empreiteiros e concessionários, a grana; para o povo, nada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Pela ordem, Sr. Presidente.

Na verdade, só quero dizer que o meu encaminhamento terá mais um caráter de esclarecimento do encaminhamento. Então, se alguém do Governo quiser encaminhar favoravelmente, já estou colocando o meu voto claramente que, com muita dor no coração, vou votar contra o projeto do Deputado Elio Rusch, mas se alguém do Governo quiser fazer o encaminhamento, porque o meu encaminhamento é mais como uma justificativa de voto, Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. pode encaminhar.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Há algum tempo tivemos funcionando nesta Casa uma CEI da questão do pedágio, e tivemos apresentado aqui por um dos nossos Parlamentares o Relatório Final de algumas situações que poderiam baixar o preço do pedágio e lá, entre outras questões, se colocou a questão, por exemplo, de isentar o pagamento de ISS nos municípios onde as praças de pedágio estivessem instaladas, essa coisa toda. Mas, queria um esclarecimento e o meu posicionamento é por falta desses esclarecimentos ou dúvidas que tenho a esse respeito.

Votamos nesta Casa o orçamento do estado do Paraná. Veio para cá a LDO, veio para cá o orçamento, nós propusemos emendas, estudamos o orçamento, questionamos, votamos e aprovamos o orçamento. Entendo que esse orçamento é constituído de todas as rubricas orçamentárias que decorrem aí, e nessas rubricas orçamentárias tenho, no meu entendimento, que já está calculado que o Governo não tem a responsabilidade que hoje é das concessionárias, sobre as estradas vicinais. Entendo que quando chegamos aqui e mudamos a regra do jogo, inviabilizamos o jogo. Com que dinheiro o Governo do Estado se responsabilizará pelas responsabilidades, hoje, das concessionárias, se não pontuamos isso em um orçamento? Quanto vai significar e qual é o impacto financeiro, por exemplo, de se abdicar de taxas? Uma série de situações que para mim pairam como dúvidas. Acho que a forma clara de se trabalhar com a diminuição do pedágio é abrir definitivamente, de uma forma transparente, as planilhas de lucro das concessionárias e fazer com que se abdique desse lucro. Isso é uma forma de diminuir, o resto é só maquiagem. Não consigo ver. Mas daí: o pagamento das verbas de fiscalização das rodovias pedagiadas destinadas ao DER. Quem vai substituir esse dinheiro dentro do DER? De onde vamos tirar? Como trabalharemos essa questão do orçamento? Hoje está constando no orçamento aprovado por esta Casa.

É nesse sentido que meu voto é contra o projeto.

Todo mundo sabe que o PV faz parte da base do Governo. Declaro, publicamente, o meu voto ao Governador Roberto Requião. Mas tenho me aliado com a Oposição, tenho votado junto com a Oposição, tenho colocado meu voto favorável a todos os requerimentos que indagam, questionam pedido de informação, junto com a Oposição. E nunca sofri nenhuma pressão do meu partido para agir diferente. Tenho me posicionado a favor do que acho que é de interesse da sociedade paranaense.

Neste momento acho o nosso pedágio caro. Entendo que toda a sociedade paga esse pedágio. Mas não entendo que abrir mão das obrigações dessa concessionária seja o mais correto.

Gostaria de um dia ver abertas as planilhas de lucros e custos, para que pudéssemos debater e pudéssemos comparar com todo o projeto de pedágio do Governo Federal e rever os cálculos do pedágio do Paraná. Também entendo que esses contratos foram firmados por outro Governo, que tinha legitimidade como este tem. Um Governo constituído

democraticamente pela maioria dos votos do povo paranaense. Quando dizem que vão invadir praças de pedágio, também não acho correto.

Hoje, temos que honrar esse contrato firmado pelo Governo anterior. Temos que rezar para que passem rápido esses anos que faltam das concessionárias, para dar legalidade e legitimidade que o Governo anterior também tinha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Com toda honestidade, ou eu estou desaprendendo, ou o projeto que os Deputados têm não é aquele que estamos apresentando. Porque é uma questão de interpretação.

Deputado Nereu Moura, com todo respeito que tenho por V. Exa., mas V. Exa. que fala que é contra o aumento do pedágio, o senhor, como tantos outros Parlamentares, Deputada Rosane que acabou de descer da tribuna: “O preço do pedágio é muito caro!” Se o preço do pedágio é caro, Srs. Parlamentares, só existe uma forma de trabalharmos: é negociar com a concessionária para reduzir o custo do pedágio. Não tem outra forma.

Srs. Parlamentares, vivemos no estado democrático de Direito. Você não pode romper um contrato unilateralmente. Não existe forma para isso. Agora, não consigo entender os Srs. Parlamentares que vão nessa tribuna e dizem que o pedágio é caixa preta. Ora, Parlamentares, quem é o Governo? É o PMDB. Que o Governo abra a caixa, mostra para a sociedade o que existe de errado. Este Governo já está há seis anos no poder. O que estamos fazendo aqui, Srs. Parlamentares? Dando uma oportunidade para o Governo do Estado reduzir o custo do pedágio. Ora querer falar em orçamento do estado, que com este projeto estaríamos retirando investimentos, me perdoem, Srs. Parlamentares.

A maior injustiça que se faz, hoje, é cobrar do usuário que paga o pedágio para reaparelhar a Polícia Rodoviária Estadual e a Polícia Rodoviária Federal do sudoeste, do norte pioneiro, de onde não existe pedágio! O que o caminhoneiro, o cidadão que vem do oeste do Paraná vem para cá, que vem para Curitiba, tem a ver para pagar, ele, cidadão, usuário do pedágio, para reaparelhar a Polícia Rodoviária? Ora, Srs. Parlamentares, vamos entender, não vamos jogar para o outro lado não! Não vem com esse negócio de “projeto granada”! Vocês querem desvirtuar! Os Srs. Parlamentares, com todo respeito, não querem votar a favor do projeto. Quem votar contra esse projeto, Sr. Presidente Deputado Nelson Justus e Srs. Parlamentares, dá o direito de dizer o seguinte: quem votar contra o projeto não quer reduzir o custo do pedágio! Não quer!

Este projeto não é fura pedágio não! Este projeto é embasado tecnicamente e constitucionalmente. Fazer de forma legal, fazer de forma correta, é isso que nós queremos. Queremos que o Governo do Estado, sim, sente com as empresas e diga, Srs. Deputados que usaram essa tribuna, quanto representa na planilha de custos. Não sei o quanto representa a Alexandra-Matinhos, o quanto representa o custo de planilha, o quanto representa a rodovia que liga a 277 à Praia de Leste. Agora, querer dizer que vamos retirar benefícios, Deputados? O Deputado Nereu Moura disse, aqui, que o projeto do Deputado Elio Rusch visa retirar benefícios.

Ora, o Governador Roberto Requião é contra o pedágio. Então, ele que assuma a tutela dessas rodovias que são do estado do Paraná. Essas rodovias vicinais, as secundárias, Deputados, não são o Anel de Integração. O Anel de Integração de Curitiba para o oeste do Paraná é a 277, que vai até Foz do Iguaçu; daqui para o litoral é 277; e não são as rodovias vicinais. Ou paramos de falar que o preço do pedágio é alto, ou vamos votar a favor deste projeto. Perdoem-me, mas os Srs. Parlamentares não estão entendendo. Não quero ler o projeto de novo, mas sei que, neste momento, não é só aqui na Assembléia que estamos falando. Está claro, Deputado Romanelli. Como é que ele vai beneficiar as concessionárias? Não tem como, o artigo 2º está claro. Vou ler, mais uma vez, o artigo 2º.

(**Lê artigo**)

Mais claro que isso, não existe. É impossível. Ou vamos dar essa oportunidade de reduzir o custo do pedágio, ou vamos ver quem vai falar daqui para frente: “Ah, o pedágio está muito caro!”

A oportunidade está aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, Deputado Elio Rusch. Quero dizer que V. Exa. nunca será perdoado, porque se o projeto do pedágio tem uma mãe, não tenho dúvida, V. Exa. certamente é um tio do pedágio que foi implantado no Paraná. E digo isso porque V. Exa. votou a favor do pedágio. E tenho autoridade moral para chegar a esta tribuna e questionar o pedágio, porque eu e a minha Bancada do PMDB, e do PT, votamos contra o pedágio.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Pela ordem, Sr. Presidente. Pergunto: estamos votando o nosso projeto ou estamos votando no que o Deputado Romanelli está falando?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Procede a questão de ordem. Por gentileza, Deputado Romanelli, encaminhe o projeto, favoravelmente ou contrário.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sei, Sr. Presidente, que a verdade dói. Tanto que é bíblico. Sei, Deputado Elio Rusch, que V. Exa. fica incomodado de eu dizer para a opinião pública que o senhor é responsável pelo pedágio, com alto custo, que temos no estado.

E quero dizer a V. Exa., é o projeto granada, como disse aqui o Deputado Nereu Moura. É granada porque as concessionárias ficam com a grana e o Governo fica com nada.

O fato, Exa., o seu projeto é para beneficiar ainda mais as concessionárias. Nunca vi, nesta Casa, um projeto que pudesse ser tão a favor das concessionárias. E fico pensando qual é a motivação, Deputado Elio Rusch, para V. Exa. ir àquela tribuna e, com tanta ênfase, tanta paixão, defender aqui as concessionárias. Sinceramente, não consigo entender quanta motivação leva um homem da sua estatura defender as concessionárias de pedágio do Paraná.

Por isso, quero aqui dizer a V. Exas., lamento profundamente que estejamos aqui perdendo nosso tempo para discutir o nada. Isso não é real, é virtual. Isso aqui é uma brincadeira com a opinião pública, porque esse projeto é uma piada. É uma piada, porque V. Exas. sabem, está aqui o parecer do DER, o que ele propõe de redução é 1,46%. O pedágio do Paraná já arrecadou R\$ 6 bilhões. Dava para construir duas vezes o Anel de Integração. E V. Exa., Deputado Elio Rusch, sabe muito bem que as rodovias que o senhor quer tirar da manutenção das concessionárias, deu exemplo da rodovia de Alexandra a Matinhos, sabe por quê? Foi ali que deu para a Ecovia, a concessão. De Morretes até a 277 que é a concessão onerosa. O Chiminazzo deve estar vibrando com esse projeto. Por isso que quero dizer, poderia debater seriamente esse projeto com os pareceres técnicos. Mas não estamos falando em questões como aquela que aconteceu em 1998, quando o ex-Governador Jaime Lerner reduziu a tarifa do pedágio na véspera da eleição em 50% e depois fez um acórdão com as empreiteiras.

Quero dizer que o “projeto granada” vai ficar na história aqui desta Assembléia, porque, olha, as concessionárias ficarem com a grana e o povo e o Governo ficarem com nada...

Por isso, Deputado Elio Rusch, tenho certeza, V. Exa. nunca será perdoado pelo produtor do oeste paranaense por ter aumentado o custo, porque nós que representamos o norte pioneiro sabemos o custo que tem o pedágio na nossa economia, na nossa região.

Por isso, Deputado, vou sempre lutar muito fortemente aqui desta tribuna, e com todas as minhas forças, para reduzir a tarifa de pedágio, porque é o bom exemplo, Deputada Luciana, que deu o Presidente Lula, fez licitação na BOVESPA, limpa, transparente, vai custar R\$ 1 e pouquinho o pedágio do Governo Federal, contra R\$ 11,40 o pedágio do Jaime Lerner, que ele implantou no estado do Paraná e que V. Exa. é tio desse pedágio.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado pela atenção.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, a irritação é a melhor demonstração de quem não tem argumento.

Se o Deputado Elio Rusch é tio do pedágio, tem gente que é pai e tem gente que é melhor ser tio. Melhor ser pai do que enganar a população.

Eu não sei, talvez eu não saiba ler, não saiba interpretar o que li na lei. Pelo menos no artigo 2º, que o Deputado Elio rusch escreveu, ele é claro, diz com todas as letras que se diminuirmos algumas taxas vamos tirar esta diminuição do custo do pedágio do usuário. Ponto.

Agora, o que acontece? Faz-se um discurso e se pratica diferente. E o pior de tudo, com uma capacidade fora do comum de tentar distorcer a palavra do Parlamentar.

Ora, deixem, pelo menos, dêem o direito ao Deputado Elio Rusch de defender a sua tese. É inconstitucional? Até argumente-se. Agora, o que me parece é que, o que acontece? Faz-se um belo discurso aqui da tribuna contra o pedágio, com o qual nós concordamos, e à noite toma-se uísque com os donos das concessionárias. É isso que acontece. Aí, na hora de tomar uísque, agora é hora de tomar uísque com as concessionárias, aí não dá para votar, porque quer ajudar as concessionárias.

Meu Deus do céu! Será que não está certo o que estou lendo aqui? O que o Deputado Elio Rusch - está escrito, não há como mudar o teor da lei - o Deputado Elio Rusch está dizendo o seguinte: “Quero diminuir as taxas para diminuir o pedágio.” Ponto. E acabou.

Agora, aí vem distorcer a realidade, distorcer a verdade, tentar induzir a população e esquece do que prometeram. O mesmo cidadão, Parlamentar respeitado, Líder do Governo do baixa ou acaba, acha o tio, acha a mãe, acha a avó, a bisavó e não quer baixar o pedágio. Será que não vão dar uísque hoje à noite? Será que não vai ter banquete das concessionárias? Qual o objetivo que temos aqui? Vejo aqui tantos Parlamentares fazendo um esforço para diminuir o custo do pedágio e quando um Deputado tem uma brilhante idéia como esta, aí tripudiam a própria pessoa do Parlamentar. Parece que o Parlamentar não tem direito de apresentar um projeto de lei. Se o projeto de lei não for de autoria de um Deputado governista, Deputado Belinati, vem o mundo abaixo. Se fosse um projeto de um Deputado governista, esse projeto do Deputado Elio Rusch, que dá um sinal de que estamos imbuídos do bom propósito de baixar o pedágio, esse Parlamentar está equivocado, distorce o que está escrito, só falta eles votarem ao tempo que estávamos na escola, usar a borracha, apagar o que V. Exa. escreveu no projeto e escrever o que eles querem para irem à tribuna lhe criticar, Deputado Elio Rusch.

Paranaenses, nós vivemos um momento totalmente diferente, tudo que nós falamos não vale. Outro dia V. Exa., Deputado Elio Rusch tinha culpa do porto de Paranaguá. Aí veio o Ministro aqui, uma coisa engraçada, veio o Ministro aqui, vejam a autoridade do Diretor do porto de Paranaguá, respeitado, veio o Ministro dos Portos aqui e o Diretor do porto não foi convidado! Este é o Governo que temos no Paraná!

Concluindo, Sr. Presidente, a grande verdade é a seguinte: nem o que assina vale, e eu darei o meu voto favorável ao projeto do Deputado Elio Rusch, mas muito preocupado com Parlamentares aqui que estão imbuídos do bom propósito de achar uma solução para o pedágio. Cuidado, senão vocês estragarão o jantar das concessionárias!

Obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, escutei as posições, li profundamente, com muita atenção, o projeto de lei do Deputado Elio Rusch, só que chegou a um ponto que comecei a ver que os Deputados que são do lado do baixa ou acaba começaram a pegar um caminho, tentando dizer que o projeto que vamos votar é um projeto que vai fazer com que os paranaenses dêem uma condição e um ganho a mais para as concessionárias.

Sr. Presidente, este projeto de lei, é bem claro, é só ler o projeto. Parece que alguns Parlamentares não leram, ele diz claramente que vai se tirar o encargo que as concessionárias, quando cobram o pedágio dos usuários, remetem para os cofres públicos, para o DER, para o Governo do Estado do Paraná um determinado valor. E o projeto do Deputado Elio Rusch deixa claro que as concessionárias não mais vão precisar repassar este valor e sim elas vão descontar este valor diretamente da tarifa que o usuário paga! Agora, tentam pegar este projeto que terá o meu voto, porque é um instrumento que vamos ter de reduzir o valor da tarifa no estado do Paraná, porque estamos há cinco anos vendo o Governador Roberto Requião dizendo que vai baixar e vai acabar o pedágio, só que de concreto, nada! Todo período de reajuste da tarifa, no mês de dezembro, ele entra com uma ação contra as concessionárias, ações estas que, parte delas o Governo do Estado do Paraná não está conseguindo êxito, só que os paranaenses não querem briga na Justiça, os paranaenses querem a redução e isso o Governador vai conseguir quando ele tiver a humildade, o equilíbrio, Sr. Presidente, de sentar com os representantes das concessionárias e discutir o valor da tarifa, ver quais são as alternativas para reduzir no diálogo. À força, infelizmente, o Governador não teve êxito nenhum! Agora tentar dizer que um projeto importante como esse, que dá condição para a redução da tarifa do pedágio é um projeto que vai ajudar as concessionárias, esta conversa é para tentar enganar a opinião pública como um todo.

Então, como o próprio Deputado Valdir Rossoni falou, os Deputados do baixa ou acaba têm nesse projeto a condição de baixar, porque com esse projeto não acaba, mas baixa. Eles têm a condição de votar e aprovar esse projeto de lei do Deputado Elio Rusch.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Vai se proceder a votação. O painel esta zerado. Os Deputados terão de digitar novamente as suas senhas.

Aqueles que forem favoráveis ao projeto votam com a expressão SIM. Os que forem contrários votam com a expressão NÃO.

Trinta e cinco Srs. Deputados votaram.

Vinte e um Deputados NÃO.

Treze Srs. Deputados SIM.

Uma abstenção.

O projeto está **rejeitado**.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (Pela Ordem)

Pediria a V. Exa. a folha de votação dos Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa fornecerá em seguida a V. Exa.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1690 a 1692, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1693, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1695, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1696, de autoria do Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1697-A, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 533/07, 061 e 168/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 039, 060 e 147/08.

Levanta-se a Sessão.

